

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS - PPGL
ESTUDOS DA LINGUAGEM**

ILDA MARIA BEZERRA GOMES

PODER-VERDADE-SUBJETIVIDADE NO DISCURSO POLÍTICO

MANAUS

2018

ILDA MARIA BEZERRA GOMES

PODER-VERDADE-SUBJETIVIDADE NO DISCURSO POLÍTICO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, Área de Concentração em Estudos da Linguagem, Faculdade de Letras, Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientador: Prof. Dr. Leonard Christy Souza Costa.

MANAUS

2018

G633p Gomes, Ilda Maria Bezerra
Poder-verdade-subjetividade no discurso político / Ilda Maria
Bezerra Gomes. 2018
172 f. : il. color, 31 cm.

Orientador: Leonard Christy Souza Costa
Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal do
Amazonas.

1. Discurso. 2. Política. 3. Poder. 4. Verdade. 5. Subjetividade. I.
Costa, Leonard Christy Souza II. Universidade Federal do
Amazonas III. Título

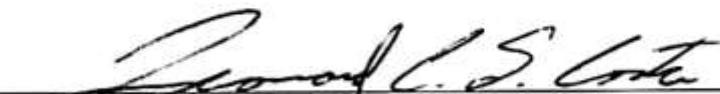
DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

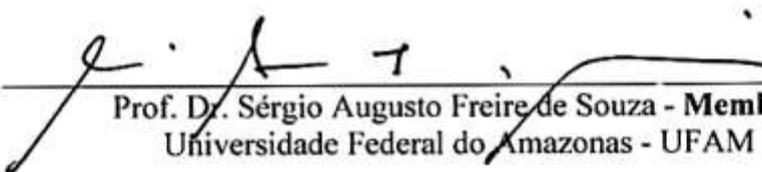
Universidade Federal do Amazonas
Programa de Pós-Graduação em Letras

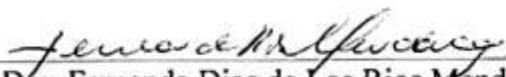
Mestranda : Ilda Maria Bezerra Gomes

“PODER – VERDADE – SUBJETIVIDADE NO DISCURSO POLÍTICO”

Banca Examinadora:


Prof. Dr. Leonard Christy Souza Costa - **Orientador**
Universidade Federal do Amazonas - UFAM


Prof. Dr. Sérgio Augusto Freire de Souza - **Membro**
Universidade Federal do Amazonas - UFAM


Profa. Dra. Fernanda Dias de Los Rios Mendonça - **Membro**
Universidade Federal do Amazonas - UFAM

Profa. Dra. Marta de Faria e Cunha Monteiro - **Suplente**
Universidade Federal do Amazonas - UFAM

Prof. Dr. Wagner Barros Teixeira - **Suplente**
Universidade Federal do Amazonas – UFAM

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, pela vida, por sempre me permitir acreditar que todos os esforços valem a pena e que nada é impossível.

Agradeço aos meus filhos por serem a fonte inesgotável de toda minha força, de todo meu amor. Sem eles nada teria o mesmo valor.

Agradeço aos meus pais por terem sempre cultivado em mim o valor da educação. Minha mãe, minha primeira educadora, minha incentivadora. Meu pai, meu maior fã.

Ao meu esposo por sempre acreditar o quão longe poderia chegar e por sempre me apoiar nas decisões mais desafiadoras.

Ao meu orientador que pude conhecer em 2008 e que desde lá tenho a maior admiração. Um grande incentivador do meu trabalho.

Aos meus colegas do mestrado, Josana e Amarildo, pelo apoio, solidariedade e incentivos nessa caminhada chamada Mestrado. Sempre estiveram dispostos a me ajudar.

Enfim, agradeço a todas as pessoas que fizeram parte desse momento tão importante e decisivo em minha vida.

RESUMO

O discurso é uma fonte inesgotável de sentidos operando na representação das ideias da sociedade. O seu dinamismo é o reflexo da sociedade em interação com o mundo das coisas e das pessoas num ritmo cada vez mais rápido. Constantemente os discursos são reconfigurados e atualizados a fim de refletir o desenvolvimento social e a análise de discurso ergue-se como possibilidade de compreensão das relações dos sentidos entre os discursos. Ao analisá-los, compreende-se os sentidos no mundo, mas também como sua constituição foi possível na sociedade. O discurso político é o discurso do poder, da verdade e do sujeito por excelência. É o discurso que nos forma sujeitos numa constante interação com o poder e a verdade. Os dois elementos determinam como as relações sociais estão dispostas. O poder se mostra, age nas regulações e na organização do mundo, sujeitando o indivíduo. A verdade é elemento compartilhado criação do homem. Resultado do poder. A reunião desses três elementos compõe o discurso político. Um discurso que nunca se mostra por completo, sempre é opaco. A compreensão do discurso político neste trabalho e sua respectiva formação são baseados nos filósofos Michel Foucault, Hanna Arendt e Jean-Paul Sartre que tiveram contribuições pontuais para cada elemento analisado: poder, verdade e subjetividade. A análise ocorreu nos quatro últimos discursos de posse da Presidência da República do Brasil e as conclusões acerca da ocorrência desses três elementos, elucida a atuação de cada elemento nos discursos de posse, cujo objetivo primordial é a persuasão da instância cidadã.

Palavras-chave: Análise de discurso político. Poder. Verdade. Subjetividade.

ABSTRACT

Discourse is an inexhaustible source of meanings operating in the representation of the ideas of society. Its dynamism is the reflection of society in interaction with the world of things and people at an ever faster pace. Constantly discourses are reconfigured and updated in order to reflect social development and discourse analysis stands as a possibility of understanding the relations of the senses between discourses. In analyzing it, one analyzes the senses in the world, but also how their constitution was possible in society. Political discourse is the discourse of power, truth and the subject foreexcellence. It is the discourse that form us subjects in a constant interaction with power and truth. The two elements determine how social relations are arranged. Power shows itself, acts in the regulations and organization of the world, subjecting the Truth is the shared element of man's creation. Result of power. The meeting of these three elements composes the political discourse. A speech that never shows itself completely, is always opaque. A speech that shows and hides at the same time. The understanding of the political discourse in this work and its respective formation are based on the philosophers Michel Foucault, Hanna Arendt and Jean-Paul Sartre that had specific contributions for each analyzed element: power, truth and subjectivity. The analysis took place in the last four inauguration speeches of the Presidency of the Republic of Brazil. The conclusions about the occurrence of these three elements, elucidates the performance of each element in the speeches of possession, whose primary objective is the persuasion of the citizen instance.

Keywords: Political discourse analysis. Power. Truth. Subjectivity.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus filhos, Duda e Gui. A herança mais valiosa que posso deixar a eles é a sede de conhecimento.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 PODER.....	15
2.1 NOÇÕES ACERCA DO PODER.....	15
2.2 ORGANIZAÇÃO DO PODER NA POLÍTICA.....	22
2.3 RELAÇÕES DE PODER NA MONARQUIA.....	24
2.4 PODER NAS INSTITUIÇÕES DISCIPLINARES.....	27
2.5 NORMALIZAR-REGULAR.....	31
3 VERDADE.....	37
3.1. A VERDADE NA FILOSOFIA.....	41
3.2 A CORAGEM DA VERDADE.....	44
3.2.1. Parresía política.....	46
3.2.2. Parrésia ética.....	47
3.3 O <i>ETHOS</i> E A VERDADE.....	48
3.4 VERDADE E POLÍTICA.....	52
4 SUBJETIVIDADE.....	61
4.1 O CERNE DA QUESTÃO: SUJEITO.....	61
4.2 A SUBJETIVIDADE NA POLÍTICA.....	67
5 RELAÇÕES DE PODER NO DISCURSO DE POSSE.....	81
5.1 PODER DO DISCURSO DE POSSE NA POLÍTICA.....	81
5.2 UMA QUESTÃO DE SOBERANIA.....	89
6 O DISCURSO DE POSSE E SUA RELAÇÃO COM A VERDADE.....	93
6.1 VERDADES NO DISCURSO POLÍTICO.....	93
6.1.1 Povo.....	94
6.1.2 Educação.....	97
6.1.3 Mulher brasileira.....	101
6.2 O <i>ETHOS</i> DISCURSIVO COMO RECURSO DA VERDADE.....	105
6.3 PARRESÍA, UMA INTERPRETAÇÃO POSSÍVEL.....	111
7 AS SUBJETIVIDADES DOS PRESIDENTES.....	115
7.1 SUJEITOS DO DISCURSO DE 2003 E 2007.....	116
7.2 SUJEITOS DO DISCURSO DE 2011 E 2015.....	120
REFERÊNCIAS.....	125
ANEXO A.....	128
ANEXO B.....	138
ANEXO C.....	149
ANEXO D.....	160

1 INTRODUÇÃO

Somos como viajantes num labirinto.
Agimos como se houvesse uma saída.
Mas não sabemos ainda onde está.
(Norberto Bobbio, Qual democracia?)

O presente trabalho é uma reflexão e uma sugestão de descrição dos sentidos nos discursos políticos por meio da linguagem. Não evidenciamos uma ideologia como mais adequada que outra, aliás, talvez isso nem seja adequado e possível de realizarmos. O propósito é oferecer mais um dentre tantos olhares já oferecidos sobre a estrutura dos discursos da política brasileira. Esse “olhar” precisa buscar por sentidos nas suas categorias mais profundas até chegar à superfície dos sentidos que hoje assistimos. É preciso trazer à tona sentidos, significados e modelos que nos constituem como cidadão. E para isso encontramos nas contribuições de Michel Foucault o aporte teórico que atende nossos anseios.

O trabalho foi pensado a partir de uma inquietação a respeito da verdade no mandato da ex-presidente Dilma Rousseff. Após os questionamentos internos sobre o posicionamento da verdade e até mesmo descrença da sua existência na política, propus-me aprofundamento desse tema para primeiramente obter embasamento para discussões informais do dia a dia. Com o aprofundamento de nosso país em escândalos de corrupção, o que era apenas curiosidade se tornou inquietação científica. Pela saturação de discussões baseadas em crenças ou “achismos”, encarei a tarefa de buscar subsídios teóricos para falar de política num campo de visão mais científico, além das costumeiras paixões partidárias. A premissa de que política não se discute deve fazer parte de tempos passados, porque vivemos uma era em que a discussão séria e baseada em fundamentações coerentes deve ser cada vez mais incentivada. Talvez seja esse o motivo pelo qual pagamos agora o preço da omissão e da falta de participação ativa na política de nosso país. Somos um país democrático, mas que ainda não consegue pôr em prática de forma efetiva a democracia. Influenciada pelos assuntos da política do dia a dia, uma pergunta científica surgiu e foi o “start” de uma investigação: Como o poder atua no discurso de posse? Como a verdade está representada na política? Qual o sujeito-presidente de um discurso de posse? Qual a representação desses três elementos num discurso político? Sem dúvida, muitos outros trabalhos surgiram a fim de justificar esse ou aquele discurso,

mas como antes proposto aqui, não queremos em hipótese alguma dizer o que é certo ou não, apenas sugerimos uma reflexão a respeito do tema. Essa contribuição será importante para se juntar às demais e assim nos oferecer uma gama de análises, servindo para o crescimento do tema e das questões envolvendo a política de nosso país.

Poder, Verdade e Sujeito são as áreas de conhecimento que nos desdobramos para trazer à tona a interdiscursividade e chegar a uma descrição da discursividade nos discursos políticos. As contribuições de Michel Foucault para esses três temas conseguem estabelecer um entrelaçamento interessante para a análise dos discursivos políticos. Quando pensou no Poder, Foucault realizou um trabalho ímpar na constituição de um pensamento muito diferente para sua época. A genealogia do Poder pretendia clarear a ideia de que existem relações de poder nas interações mais banais do dia a dia. Além de combater a ideia marxista, de que o Poder é um item que existe nas lutas de classe, Foucault conseguiu analisar os sujeitos que são portadores desse poder e como se estabeleciam essas relações.

Engajado em desfazer a ideia de que ele é um elemento negativo na sociedade, o respectivo autor entrelaça o Poder ao Saber e tece considerações consagradas a respeito da união desses dois elementos “O saber é poder e vice-versa”. Nos trabalhos mais marcantes sobre Poder, Foucault se dedica a pensar nos sistemas carcerários desde o seu nascimento até o que conhecemos hoje. O interessante é observar a acuidade de seu trabalho em demonstrar o desenvolvimento de “técnicas” de poder que servem de reflexões para outras áreas como no nosso caso a política.

Nesse sentido, incidiu de nossa parte, todo um cuidado em atrelar o Poder na política na forma de representações. Como percebo o Poder, como ele está organizado, quais os mecanismos acionados para ele ser notado e por último porque a sociedade se organizou dessa maneira. A organização dessa maneira deseja na análise recobrar essas representações a fim de descrever, por meio do discurso, o Poder hoje articulado.

Nos assuntos ligados a verdade, é possível perceber que ela não é um elemento natural da sociedade. O que acontece é que o ser humano passou a construir, ao longo da história, verdades universais que são basicamente fruto de consensos manipulados por grupos sociais. A verdade para Foucault é sempre um elemento que se busca, mas que dificilmente é para todos. Para ele há uma série de critérios que são precisos para que haja verdade e esses critérios tem mais uma

relação com a virtude e com a moral. Numa sociedade como a nossa e principalmente na área que analisamos (política) ela não é um elemento muito presente, porque concorre sempre com a mentira interesseira.

A verdade proposta aqui é mais um jogo de aparências que realmente a determinação de sua existência. Não há propósito algum em afirmar o que é ou não verdade, mas observar, refletir sobre as estratégias de verdade e como ela é concebida em nossa sociedade. A consagração de uma verdade é muito mais baseada em quem tem poder para determiná-la que sua constatação de fato. Aliás, a verdade só é tida como tal por uma sociedade, porque são instituídas por alguém e reforçadas por um saber dando o aspecto de “transparência”. Foucault vai afirmar que é preciso coragem para dizer a verdade e além disso é preciso não haver interesses individuais para a verdade na política.

Por último, o sujeito. O que procuramos evidenciar foi a de que poder e verdade são elementos responsáveis pela criação de subjetividades. De que governantes falamos? Como é a relação com o Poder e a Verdade? Quem são os cidadãos brasileiros nos discursos? Essas perguntas movimentaram nossas reflexões a respeito do tema, mas principalmente porque percebemos que o sujeito é o término de um processo de construção, é o resultado da articulação desse poder e verdade na política. A partir dos sentidos de verdade e poder, as subjetividades são criadas e percorrem a sociedade que acaba sendo a representação concreta da construção do sentido de verdade e poder que constitui nossa política. Perceber como cada enunciador concebe o cidadão brasileiro e como também se coloca no mesmo cenário discursivo, às vezes como amigo, líder, companheiro, essas são as inquietações a respeito do sujeito no discurso político.

Os discursos que utilizaremos para esse trabalho são os quatro últimos discursos de posse da Presidência da República. Todo discurso retoma aquele que o antecede, baseia-se no que já foi dito para construir novos significados, estabelecer referências, ou até mesmo rechaçar ideias antigas, ou seja, apresentar o discurso da “esperança”, do “otimismo”. É o primeiro contato do novo presidente com os cidadãos e, portanto, deve ser estratégico para criar os primeiros laços de confiança entre o povo e o líder da nação. A escolha pelo primeiro discurso do presidente da república se justifica pelo fato de que nesse primeiro momento como enunciador-presidente é possível ter contato com toda a ideologia que integra cada discurso, além de conhecer também os pilares que estruturarão o governo nos quatro anos seguintes. Com

certeza a partir desses discursos é possível identificar as relações que cada um faz com *Poder, verdade e sujeito*. Os quatro discursos utilizados estão disponíveis na internet sendo considerada fácil sua busca, porém, utilizaremos dois sites oficiais: <http://www.brasil.gov.br> e <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br> por não sofrer nenhuma intervenção ou supressão textual.

A metodologia de nosso trabalho o coloca dentro da pesquisa qualitativa, porque não há preocupação alguma de medição. O que nos propusemos foi refletir a partir de um local social (estudante) a organização e o entrelaçamento desses três elementos nos discursos políticos. A natureza do trabalho não envolve nenhuma aplicação para resolução de problemas, mas apenas explanação de assuntos de interesses sociais. A metodologia utilizada consoante Fonseca (2002) é a documental visto que nossa análise recai sobre documentos oficiais do governo brasileiro.

A organização estrutural do trabalho está feita em duas partes importantes: subsidio teórico e análise. No subsidio teórico há uma subdivisão baseada nos temas explorados na análise.

O primeiro tema exposto é o do Poder. Descreve-se três momentos de poder na sociedade, fornecendo uma compreensão dos mecanismos utilizados para evidenciá-lo. O segundo item corresponde à Verdade. A verdade aqui mostrada visa aprofundar os conhecimentos superficiais a respeito dela e também sugerir um novo olhar para compreensão de sua respectiva ocorrência nos eventos sociais e políticos. Por último, tratar da subjetividade. Traçar uma espécie de panorama da concepção do sujeito. Compreender suas especificidades e conhecer melhor como sua constituição social é importante para a discursividade.

A segunda parte do trabalho se dedica à descrição e análise simultânea. Por meio dos discursos propostos, far-se-á um recorte com o propósito de evidenciar trechos relativamente importantes para demonstração e estudo sistemático. A análise será feita baseada no arcabouço teórico que serão recobrados nessa parte do trabalho.

Justifica-se a análise na teoria exposta que anseia responder as duas perguntas abaixo:

- 1- Quais as representações de Poder nos quatro últimos discursos de posse da Presidência da República?
- 2- Como o tema “verdade” é evidenciado nos quatro últimos discursos de posse da Presidência da República?

São essas as perguntas que incitam o respectivo trabalho. Buscar-se-á pelas respostas.

2 PODER

“... o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo, por que, pelo que se luta, poder do qual podemos nos apoderar”. (A Ordem do Discurso, Michel Foucault)

2.1 NOÇÕES ACERCA DO PODER

Definir o poder não é uma das tarefas mais simples. A noção a respeito dele perpassa diferentes áreas com diversos enfoques, impedindo delimitar de forma precisa *o que é* pertinente ao conceito de Poder. Complexas e vagas ao mesmo tempo, as noções de *Poder* circulam por diferentes áreas de conhecimento nas Ciências Humanas integrando uma gama de epistemologias, cujas abordagens ora são semelhantes ora divergem completamente. Diante dessa variedade, far-se-ia necessário adentrar as diferentes noções de Poder para encontrar aquela que é mais próxima ao tom desse trabalho; no entanto, privilegiou-se tratar de um Poder próximo ou inserido na política. Mesmo assim as possibilidades de falar através de diferentes “olhares” a respeito desse tema não excluem nenhuma outra noção, apenas delimitam e apontam para um caminho a seguir.

A necessidade de uma escrita fundamentada em um conceito único e global não faz parte dos anseios das pesquisas da área humana. Essa objetividade dificilmente é utilizada para tratar de temáticas acerca das questões que envolvem a sociedade e, como já mencionado anteriormente, torna-se ineficiente um único conceito a respeito de *poder*. Para Blackburn (1997, p. 301), *poder* é a capacidade de alguém ou instituição conseguir algo, conquistar os objetivos, seja por direito, controle ou influência. Na busca desses objetivos, o autor fala de “mobilizar forças econômicas, sociais ou políticas” para se obter o resultado desejado e a possibilidade de medir o poder - maior ou menor - recai na probabilidade de esses resultados serem alcançados diante dos obstáculos predispostos. Um ponto interessante destacado pelo autor é a ressalva que faz em evitar buscar os efeitos/resultados do poder por meio dos agentes. Possivelmente porque para ele o poder não pertença a uma pessoa, mas ao sujeito social que atua na prática dele. Mesmo aceitando que o poder ocorre de forma deliberada, ele diz que é possível acontecer na ignorância de sua existência e efeitos.

A concepção de Blackburn manuseia uma definição simplista, porém muito válida para um primeiro contato com o termo. Aliás, é válido inferir um olhar a respeito

do tema de uma maneira leiga, mas que de certa forma acaba sendo o início para uma reflexão aprofundada do assunto.

Seguindo na possibilidade de elencar mais uma concepção de *Poder*, Bobbio (1998) também teceu considerações específicas do poder restritamente no campo político. O poder nessa área específica acaba se fundindo ao conceito de política de tal maneira que às vezes é impossível não o analisar quando se trata de política. Segundo Bobbio (1998, p. 933), o poder é “[...] capacidade ou a possibilidade de agir, de produzir efeitos”. Além de tecer informações gerais a respeito do poder na sociedade, encontra-se um foco muito pertinente para a compreensão que se quer destacar neste trabalho que é o poder sobre o próprio homem. Verificou-se que a existência do poder ocorre porque é pautado na existência do outro, no embate em impor o comportamento de um ao outro, foi essa a dinâmica que Bobbio atribui à organização do poder num âmbito geral. Essa concepção é muito próxima à concepção de Michel Foucault.

Ambos seguem uma linha em acreditam que o *poder* não é só a busca de bens materiais, mas uma relação de medir forças com o outro a fim da obtenção de qualquer elemento que o coloque numa categoria acima. Bobbio (1998) afirma que o poder estabelece uma relação “tríade”, porque é capaz de localizar e classificar as entidades envolvidas nessa relação. Essa possibilidade faz com que se possa conhecer quem é detentor de poder, qual é o grupo/pessoa que está sujeito a esse poder e o principal é determinar qual o local de ação desse poder. Ao seguir essa lógica, reforça-se a ideia de que o poder não somente se liga ao material como também regula as relações entre homens num local pré-concebido socialmente. Na questão ligada à esfera social, o poder revela todas as partes envolvidas como uma espécie de “raio-X”, possibilitando saber por meio dele o perfil, a identidade de quem o detém, de quem se sujeita a ele e principalmente oferece conhecimento minucioso da esfera social que o engloba (educacional, médica, política, etc.). Dessa maneira, o poder para Bobbio é pautado no relacionamento entre as pessoas e que é a partir daí que muitos outros elementos sociais são detectados compondo no geral uma grande organização social com mecanismos próprios de organização e atuação. O Poder existe, segundo ele, porque há uma relação de disputa entre as partes que desejam e a possível falta de “disputa” inviabilizaria qualquer ocorrência do conceito *poder*; em outras palavras, o poder existe porque há um desejo de uma espécie de assimetria em relação ao outro.

Filosoficamente e politicamente o poder circula na sociedade de forma natural como mais uma das formas de relação humana e sua atuação depende muito da participação do outro, caso contrário não haveria relação possível onde o *poder* atuasse. Proveniente do *materialismo histórico*, existe uma noção pré-concebida do *poder* que o liga a uma gama de conceitos negativos impregnados de autoritarismo, típicos de nações que o instituíram a partir da violência e da força, construindo assim um caráter de legalidade para sua representação baseada nos excessos e contribuindo para fixar na mente das pessoas a imagem de que o poder é por si só abusivo, injusto, opressivo e autoritário. Sem dúvida essa concepção só existe porque houve momentos na história que propiciaram para a criação dessa imagem tão forte e enraizada no conhecimento das pessoas causando o afastamento delas em relação a apropriação desse conceito como se houvesse um certo repúdio ao estudo/discussão dele. Ao poder está sempre designado um “*não*” em sua essência conspirando para essa ideia negativa que o transforma numa “noção negativa, estreita e esquelética que curiosamente todo mundo aceitou” (FOUCAULT, 1979, p. 8).

O entendimento que se faz necessário esclarecer é que a essência do conceito de *poder* vai além das questões políticas envolvendo apenas o Estado. Para Foucault o exercício dele está também fora dos limites estatais (macroestrutura), acontecendo também no nível microestrutural, no plano da interação individual desmistificando a crença em que ele atue unicamente nas representações do contato de classes sociais distintas, mais especificamente na repressão. A imagem de um poder inquestionável e inviolável do Estado nas relações com as pessoas não é o único atuante nas sociedades democráticas. Observa-se que ele pode ser exercido por todos sem se restringir a uma classe específica ou a uma função de prestígio ou importância na sociedade; todas as pessoas são atingidas pelo poder e o exercem na regulação de suas interações sociais, porém, ainda hoje a concepção mais utilizada é a que se refere à classe dominante, à luta de classes, às elites, aos dominantes.

Essa concepção do *poder* como uma relação vertical de cima para baixo, baseado em um modelo econômico que o considera fruto de uma relação financeira vantajosa para uma das partes não é a mesma para Foucault (2014b, p. 189) já que:

[...] temos que deixar de descrever sempre os efeitos de poder em termos negativos: ele “exclui”, “reprime”, “recalca”, “censura”, “abstrai”, “mascara”. Na verdade, o poder produz; ele produz realidade; produz campos de objetos

e rituais da verdade. O indivíduo e o conhecimento que dele se pode ter se originam nessa produção.

Em Foucault (1979), Roberto Machado na introdução afirma que o *poder* “ não é um objeto natural, uma coisa; é uma prática social e, como tal constituída historicamente”. Infere-se neste caso que as interações humanas são responsáveis em construir o Poder que hoje conhecemos nas relações sociais como determinando os protagonistas e as situações concretas de sua atuação. A fabricação dos papéis sociais dos que “[...] tem poder” e dos que “não tem” seguiu por muito tempo uma ordem econômica muito discutida por Karl Marx, o qual afirmava que as relações de poder giram em torno da classe dominante e dos dominados e são restritas à essa organização. Foucault, no entanto, preferiu refletir nas relações periféricas de poder como a base de todo um modelo de organização social, talvez propondo assim um modelo mais abrangente e próximo da realidade.

Destarte, a vida social, real e concreta, de todos os indivíduos é perpassada por um poder que se mantém no próprio nível ínfimo, atingindo o indivíduo na sua vida cotidiana sendo chamado por Foucault de Micropoder ou Subpoder. Esses micropoderes atuam na regulação das interações sociais, nos embates do dia a dia, na vida comum das pessoas e são às vezes integrados ou não ao Estado.

São esses micropoderes que provam que o poder não se localiza apenas no Estado como reduto único e absoluto de atuação; Foucault quer dizer que o poder é completamente social e, portanto, está nos diferentes níveis da sociedade e em todos os eventos em que se observa uma interação. O Estado é apenas um dos instrumentos em que se encontra a representação do *Poder* e que qualquer outra situação cotidiana estaria atravessada por relações baseadas em *Poder*.

Trata-se [...] de captar o poder em suas extremidades [...], lá onde ele se torna capilar; captar o poder nas suas formas e instituições mais regionais e locais, principalmente no ponto em que, ultrapassando as regras de direito que o organizam e delimitam, ele se prolonga, penetra em instituições, corporifica-se em técnicas e se mune de instrumentos de intervenção material, eventualmente violento (FOUCAULT, 1979, p. 182).

Ancorados na ideia de que o poder ocorre em todas as interações sociais, desperta interesse analisar as representações de Poder numa sociedade democrática como o Brasil. Todo tipo de *poder* implica intimamente numa representação. A verdade é que ele sempre é revestido de diferentes formas e em diferentes momentos destacando que numa sociedade ele precisa aparecer, mostrar-se, visto que ele atua

constantemente e dinamicamente numa prática social contínua “[...] que seus efeitos de dominação não sejam atribuídos a uma ‘apropriação’, mas a disposições, a manobras, a táticas, a técnicas, a funcionamentos” (FOUCAULT, 2014b, p. 30).

A visão já mencionada aqui de que, historicamente, é possível tê-lo como um objeto, como algo que é tomado ou conquistado fez que se criasse a ideia de locais de Poder. Isso acontece por conta de uma ideologia fabricada e disseminada como verdade. Ela reforça o pensamento de que existam “locais” sociais que por si mesmo possuem poder, mas esses locais sociais que supostamente possuem poder são criações socioculturais que por si só não garantem seu reconhecimento.

De nada bastaria existir *poder* se ele não é visto e manipulado para o propósito pretendido, reforçando sua assimetria nas relações. Se o poder é exercido, logo é notado, além disso atua ora baseado pelo direito que lhe é atribuído, ora pela legitimação identificada.

No prisma foucaultiano de que o poder atravessa as mais diferentes práticas sociais sendo elemento constitutivo e fundamental delas, pensou-se que nessas práticas também existem formas de legitimar o *poder*. Envolvidos numa dinâmica peculiar e muito própria, politicamente falando, as pessoas envolvidas nessas relações começam a adotar comportamentos que não passam da prática desse *poder* e que fazem parte da legitimação.

O que se pensa a respeito dessa legitimação é que o local não é garantia de um poder legitimado. Para acontecer a legitimação é preciso que o “jogo” proposto seja entendido e praticado numa representação coerente com o local em que se encontra, recebendo justamente legitimação pelo encaixe perfeito entre esses dois elementos, local e prática. O que se observou a respeito dessa “mecânica” é que existem engrenagens que são utilizadas de forma concomitante e fazem com que o poder seja um *continuum* de práticas já usadas anteriormente. Na questão de legitimação existem aquelas que são baseadas por um direito constitucional e outras por reconhecimento social.

A legitimação do poder advindo do direito constitucional é baseada nos mecanismos jurídicos que o determina no local e não na pessoa. Na política um exemplo possível é o que corresponde aos cargos políticos. O poder está preso ao local e é legitimado por meio do aparelho jurídico, no entanto, esse mesmo poder que está preso no cargo ocupado extrapola limites, levando muitas vezes a falsa ideia de que ele seja parte constituinte da pessoa que o detém.

O presidente da república tem poder garantido por direito baseado em toda ordem jurídica que o ampara, no entanto, em outras relações sociais que fujam da relação de presidente, ele pode se manter ainda fazendo uso dele, ou pode ser neutralizado por um outro *poder* que não reconhece o primeiro. É o caso de situações íntimas e familiares, em que talvez o Poder de esposa tenha mais peso na educação dos filhos que o de pai/ presidente.

Além do exercício do poder ser motivado pelo interesse e se basear em fundamentos materiais e de obediência, a legitimidade buscada por ele é item importante no processo de constituição e regulação de forças. Compreende-se que existam pessoas (ou grupos) desprovidas de qualquer cargo representativo de poder, mas que ainda são fontes de poder, porque de algum modo são reconhecidas como pessoas legítimas para essa representação.

Destituídas de uma legitimidade “constitucional/jurídica”, existem pessoas que reúnem outros fatores que o colocam com poder. O que acontece é que é preciso que A identifique o poder em B e o valide demonstradas por meio das sanções ou compensações que possivelmente B possa fazer. Caso contrário isso impossibilitaria o jogo de poder na relação das duas partes. Quando A não localiza interesse, sanção ou compensação em B, significa que não o reconhece, não o acha legítimo a ponto de iniciar uma interação neutralizando qualquer tipo de atuação.

Em Bobbio (1998, p. 935), existem três formas de legitimar o poder de alguém ou de um grupo: a forma *legal, tradicional e carismática*. Cada forma de legitimação conta com mecanismos próprios para fazer isso, não significando que haja aquela que seja melhor ou pior.

O poder atual se enquadra na forma legal, regido por ordenamentos jurídicos, ao qual estão sujeitos os que obedecem e os que mandam. É o caso de uma autoridade policial, que legalmente ocupa um poder legal para parar um carro e solicitar documentação. A legitimidade é formal e se apoia em Instituições Jurídicas que determinam a função dos que detém o poder mesmo que provisoriamente. Órgãos do aparelho jurídico especificam o tipo de poder que está em jogo, quem o exerce e até onde é o seu limite. Observe que os aparelhos jurídicos é que regem as fronteiras do poder com as pessoas, sem necessariamente haver uma relação pré-estabelecida. Isso talvez explique governos totalitários que determinavam leis respaldados pelo aparelho jurídico.

O poder tradicional é o que tem caráter sacro. O que acontece nesse tipo de legitimação é uma questão mais de crença que legalidade. Socialmente, acredita-se no poder intocável, constante e imóvel, que conta com uma localização muito específica e que se solidifica justamente pela relação que mantém com o sagrado, aceito mais por costume e tradição que por competência. Aqui é possível perceber como exemplo a questão do chefe e dos seus funcionários. O poder a ele atribuído é uma tradição nas relações com seus funcionários. Atribui-se a ele um poder inquestionável pelo fato de ocupar tal posição, pelo fato de ser tradição tê-lo numa posição de comando e decisão, porém é preciso que essa legitimação seja completada pela ação. Todos esperam que o Poder seja posto em prática em situações que o exijam.

O último Poder é o carismático. Dedicar-se a esse tipo de legitimação a relação de afeto e empatia pela figura do líder, do profeta, do demagogo. A esse poder se percebe uma questão pautada no aspecto do novo que essas figuras podem apresentar à sociedade. Não há nenhuma incisão legal, nenhuma ordenação burocrática, o que há é uma identificação simbólica com a figura do líder. Não há mais vínculos determinados. O que se tem são verdadeiramente relações ideológicas, afetivas e religiosas entre A e B.

Nesse poder reconhecido no local ou na pessoa, uma problemática se produz quando se pensa em poder e política juntos. A possibilidade de se pensar que a política conte com um poder próprio movimentar a ideia de que cada esfera tenha produzido um tipo de poder particular. Questiona-se se o poder está *na política* ou exista o *poder da política*, atribuindo um papel de importância à política. Fala-se de um poder que pertença à política de modo particular ou é apenas um só? Ainda existe um desconcerto em afirmar o que rege o poder quando se fala em política, porém, Bobbio (1998) afirma que o que se tem é um poder na política, e que esse mesmo poder também possa estar em outras esferas caracterizando tipos e formas específicas. Muito forte no imaginário social que acredita que a política por si só já represente um poder independente, autoformado no interior *de e para si mesma*, não observa que na verdade o que existe é uma mobilização de espaço, de papéis sociais e de uma linguagem; um o poder que movimentar forças diferentes para a conquista de um objetivo. Apoiando-se nisso, fala-se de um único poder que se adapte, revista-se dependendo da esfera social em que se encontra. Poder é sempre Poder.

Sem dúvida ampliar o foco do Poder disponibilizaria muitos conceitos a respeito da sua atuação na sociedade, porém impossibilitaria a acuidade do trabalho por conta dessa mesma amplitude. Como existe um foco muito bem delineado, limita-se a apenas olhar para o Poder no âmbito político e nas suas regulações sociais.

2.2 ORGANIZAÇÃO DO PODER NA POLÍTICA

O gerenciamento das relações de Poder se faz entre duas partes importantes no processo de interação. De um lado estão os sujeitos cidadãos que assumem o papel social e coletivo e do outro os sujeitos políticos que assumem o papel de líder dos sujeitos cidadãos. Esse contrato estabelecido pelas duas partes não se dá em nenhum momento por meio do confronto ou da ameaça.

Pelo contrário, acontece por meio do que aqui se denomina julgamento de capacidade. O que se pensa a respeito disso é que o poder circula no formato de recompensa àquele que demonstra maior capacidade ou maior força em realizar ações. Nesse caso existe uma espécie de hierarquia do poder dedicada aos que mais podem agir em nome do sujeito cidadão.

Charaudeau (2015, p. 17) coloca o que se chama aqui de “[...] julgamento de capacidade” como intenção seguida de efeito. Para ele, as partes envolvidas seguem medindo forças até que uma reconhece na outra a possibilidade de agir a fim de concretizar o que era apenas uma intenção. Seria esse “[...] julgamento de capacidade” que faz com que o poder se estabeleça de forma assimétrica entre as partes. É preciso que o sujeito cidadão julgue o outro capaz de realizar, de agir na busca pela realização do que foi prometido ou ajustado entre eles.

Segundo Charaudeau (2015, p. 17), a ideia de que “[...] a ação política que, idealmente, determina a vida social ao organizá-la tendo em vista a obtenção do bem comum” confere a primeira fase do poder na política e determina como o sujeito cidadão atribui poder ao sujeito político, colocando-o numa relação desigual de forças e justificando a sua escolha. Essa escolha passa com certeza pela legitimação carismática citada anteriormente por Bobbio.

Ao pensar na classe política, entende-se que o que mais está em jogo é identificação com o outro, o reconhecimento no outro de um pouco de si mesmo, ou melhor, do que se gostaria para si. Quando isso ocorre nenhuma interferência da legitimação legal ou tradicional consegue impedir a legitimação carismática. Não é

possível encontrar objeções para que o sujeito político seja legitimado e colocado numa relação de poder perante ao sujeito cidadão quando o seu carisma é a fonte geradora desse poder.

O que se compreende é que o poder político tem sua origem no sujeito cidadão e retorna para si no formato de uma espécie de dominação legítima. Arendt (1972 *apud* CHARAUDEAU, 2015) acredita que esse movimento de partir *da esfera cidadã* e retornar *para si mesma* coloca o poder político como um elemento também dos sujeitos cidadãos, não sendo preciso uso de força para que essa dominação se estabeleça. Para Weber (2003 *apud* CHARAUDEAU, 2015, p. 19), a dominação legítima “[...] vai até a justificação da violência, legal, como meio necessário para que ‘os homens dominados se submetam à autoridade’”.

Diante da concessão de um poder político, começa-se a mediação de desejos, anseios e da ação concreta do que estava no plano da intenção. Aqui se inicia o processo, pode-se dizer, mais duro e árduo do poder na política. Com o poder nas mãos, o sujeito político precisa gerenciar a relação com o sujeito cidadão, estabelecendo leis que de certa forma se aproximem dos anseios, dos objetivos do sujeito cidadão.

É nessa árdua tarefa que a problemática se instaura. O poder não é pensado num tempo provisório, momentâneo. O que se observa é que há uma busca contínua por um Poder duradouro e para isso é preciso atender às metas, ou parte delas, contratadas pelo sujeito cidadão. Charaudeau (2015, p. 19) afirma que a maioria dos políticos acreditam que “[...] a arte política reside em uma boa gestão das paixões coletivas” e seria esse o uso correto do poder duradouro e contínuo.

Portanto, é possível observar alguns modelos de Poder na política ao longo da história da humanidade passando por formas primárias de governo como a monarquia até o que se conhece como presidencialismo em países que adotam a democracia. Apesar de conhecer outras formas de organização política, não se fez necessidade evidenciar as “demonstrações” de poder de gestões totalitaristas, ditatoriais ou qualquer outro tipo que se distancie do foco desse trabalho que é oferecer uma visão aprofundada do *poder* na política do Brasil, sistema presidencialista, democrático, eleitoral. Sendo assim o aporte teórico do Poder funciona mais como um viés teórico que contribui para a soma de ideias que um dogmatismo fechado e acabado.

O propósito neste trabalho é descrever como nós, sociedade, percebemos o poder e a partir dessa percepção expor algum modelo político que tenha,

respectivamente, posto em prática. Ao traçar o caminho mais conveniente para essa pesquisa, pensou-se nas diferentes percepções que giram em torno deste tema. Chegou-se a ideia que o Poder é identificado na sociedade de diferentes maneiras, mas que aqui será discutido as seguintes formas: Violência, Disciplina e Regulação. Essas três maneiras são as que serão a essência para o que se pretende abordar a respeito de poder dentro da esfera Política.

Sem dúvida, nota-se nessas três maneiras de abordar a percepção do poder em um movimento crescente em relação a um melhor desenvolvimento humano. Parte-se da Violência, demonstração hoje reprovada. Caminha-se para uma manobra disciplinar muitas vezes não notada pela sociedade. E chega-se ao que se tem hoje, a regulação, a validação por diferentes motivos, mas que é feita principalmente pelo saber e sua respectiva gerência.

2.3 RELAÇÕES DE PODER NA MONARQUIA

Na história da humanidade as manifestações de poder aconteceram das mais diversas formas. Existem representações clássicas que expõem tipos de poder muito significativos para explicar essas relações criadas na história. Se o poder se mostra nas relações de interação e utiliza estratégias para circulação, é preciso evidenciá-lo na teia social para assim traçar um panorama da sua constituição como elemento social presente na história da sociedade. A figura simbólica do rei suscita o poder na monarquia e explica como as relações de poder eram estabelecidas entre as pessoas.

A imagem do rei é a figura mais representativa do poder estabelecido por meio do corpo sendo parte atuante e importante na constituição da esfera jurídica. Montesquieu (*apud* Schwarcz, 2000) afirmava que "[...] o esplendor que envolve o rei é parte capital de sua própria pujança" refletindo o caráter emblemático atribuído a ele. Um corpo, uma imagem, uma "persona" são as faces em que o poder se mostrava na monarquia, como "[...] numa sociedade como a do século XVII, o corpo do rei não era uma metáfora, mas uma realidade política: sua presença física era necessária ao funcionamento da monarquia" (FOUCAULT, 1979, p. 145). Sua imagem era importante para a criação de um poder inquestionável, inviolável e absoluto. Sua força, sua coragem, sua justiça, sua genética, tudo fazia com que seu poder fosse legitimado, além de ser elemento que o constituía como soberano.

A demonstração do poder na monarquia era fabricada como forma estratégica para impor a submissão da população. Todo o ritual real servia como reafirmação da autoridade real; o rei agindo sobre outros sujeitos, determinando-lhes e punindo caso fosse necessário. A construção da imagem pública era o elo principal entre o rei e o poder, sendo importantíssimo mantê-lo a todo custo, seja pelas concessões ou acordos, seja pela imposição ou violência.

Detentor de um poder absoluto ele estabelecia e determinava as leis, as convenções sociais e conseqüentemente as punições. Esse poder conquistado era a todo momento testado pelos súditos e a forma mais representativa de expô-lo era por meio da força. A figura real era cercada de idealismos e simbolismos. Sua linhagem revelava conseqüentemente que ele era bom, aliás, não se questionava sua bondade e sua aptidão para ocupar aquele lugar; sua natureza o colocava apto a usar um poder em conseqüência de ser rei. A imagem real era encoberta por uma espécie de áurea e para isso basta remontar a questão do “corpo duplo”. O corpo do rei era entendido como sendo dois; um era o mesmo que dos demais homens, passível de sofrimento e alegrias, o outro representava um rei laureado pelos seu feitos e conquistas, um homem diferente e único, uma figura sacra.

Com toda atenção voltada para a questão do corpo, as relações de exercício do poder também eram baseadas nisso. Concentrava-se esforços em demonstrar a amplitude do poder real por meio das punições da época e uma delas era o suplício “Pena corporal, dolorosa, mais ou menos atroz [dizia Jaucourt]; e acrescentava: ‘é um fenômeno inexplicável a extensão da imaginação dos homens para a barbárie e a crueldade’ ”(FOUCAULT, 2014b, p. 36).

A constituição dessa prática impunha uma realidade cruel nas relações de poder. Não se questionava o poder que o rei tinha por conta de uma série de propriedades que a ele pertenciam o colocando num patamar superior. Mas em face a necessidade de imposição recobrada à sociedade, a ordem era imposta por meio do suplício. Nas situações em que era necessário regular as condutas sociais, o rei fazia valer seu papel, impondo sua figura superior, mas destacando principalmente aqueles que não possuíam poder para agir a altura.

O suplício tem então uma função jurídica-política. É um cerimonial para reconstituir a soberania lesada por um instante. Ela a restaura manifestando-a em todo o seu brilho. A execução pública, por rápida e cotidiana que seja, se insere em toda a série dos grandes rituais do poder eclipsado e

restaurado[...] ela exhibe aos olhos de todos uma força invencível (FOUCAULT, 2014b, p. 36).

O objetivo dessas punições severas nunca era estabelecer a justiça, mas mostrar aos súditos a relação de poder desigual em que viviam, como uma forma de lembrá-los da condição desigual em que estavam, além de impor o medo como recurso de poder.

A essência do suplício era fazer com que os criminosos da época se arrependessem dos crimes e da desobediência ao rei. Utilizando meios cruéis, decretava-se uma punição ou a morte cujo objetivo principal era estabelecer uma ação moralizante, educativa e disciplinadora. Não bastava tirar a vida de maneira simples, era preciso agir de modo a amedrontar as pessoas por meio dessa prática.

Os criminosos, expostos a um sofrimento impensável, redimiam-se e aceitavam o suplício com o pretexto do perdão da alma. Destroçando partes dos corpos, puxadas por cavalos, decapitando e esquartejando ou enforcando em praça pública, o poder era garantido através do tom desumano e frio, mas muito eficaz juridicamente.

A aplicação do suplício só foi possível por conta de um excesso de poder concentrado em uma só pessoa: o rei. O “superpoder” monárquico se misturava ao poder pessoal do rei em julgar através do que lhe convinha; esse direito de julgamento só era possível por conta de estratégias do rei em negociar ofícios de justiça. Essas negociações atraíam diversos tipos de homens, mas todos com uma característica em comum: eram subjugados ao rei por conta de interesses financeiros.

Esse absolutismo real fazia com que a punição e outras medidas não encontrassem opositores. “A disfunção do poder provém de um excesso central: o que se poderia chamar o ‘superpoder’ monárquico que identifica o direito de punir com o poder pessoal do soberano. [...] que faz do rei *fons justitiae*” (FOUCAULT, 2014b, p. 80). Diante desse “superpoder”, o rei mantinha nas suas mãos um poder rigoroso e ilimitado para agir em nome de tudo e de todos na justificativa de prezar pela ordem social, mas que na verdade revelava os anseios subjetivos do rei.

Portanto, o poder na monarquia era medido pelo notável medo que a população sentia por seu monarca. A configuração do poder agia de forma a regulá-lo através de práticas severas de punição do corpo. Aliás, o corpo era fonte de poder nesse período. Tanto o corpo do rei como daquele que era punido atuavam concomitantemente no

¹ Em português: fonte de justiça

estabelecimento da ordem, estabelecendo as regras e por último asseverar a continuação do poder nas mãos do rei, resultando com uma relação baseada na submissão e no medo, imperando o aspecto negativo e pejorativo do poder.

2.4 PODER NAS INSTITUIÇÕES DISCIPLINARES

O poder representado pelo suplício foi útil até certo momento. A intimidação por meio do medo instaurou um ambiente de terror e submissão completa dos súditos. Mesmo assim o poder de sentenciar e supliciar o criminoso começou a ser questionado pela sociedade que passou a acreditar em outras formas viáveis de punir enfraquecendo a teoria de que a violência fosse a única maneira de instaurar o poder do rei. Segundo Foucault (2014b, p. 31), o poder implica no saber e vice-versa “[...] o poder produz saber [...] poder e saber estão diretamente implicados [...] não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder”.

O poder exercido na forma mais dura e severa, o suplício, fez com que com o tempo esse mesmo poder perdesse forças por conta de um saber novo que configurava uma nova forma de instituí-lo e de prezar por sua continuidade. As lutas que fazem parte da constituição do poder também fizeram com que um campo de saber novo fosse conhecido e é a partir desse fato que a violência e a força deixaram de ser demonstrações de poder. “O corpo, tornando-se alvo dos novos mecanismos do poder, oferece-se a novas formas de saber” (FOUCAULT, 2014b, p.152).

A partir disso, o Estado precisou de manobras para aplicação e demonstração de poder de outras maneiras. O caminho da violência já não era mais possível por conta da gama de “saberes” conhecidos por todos, mas mesmo assim era preciso outras estratégias a fim de reconduzir e reforçar os efeitos de poder. Surge então algo ainda investido no corpo, mas com o propósito de evitar o suplício por meio de uma disciplinarização dos corpos.

Disciplinar é a palavra-chave para atuação do poder. Só pode disciplinar as pessoas quem tem poder para isso. A necessidade de evitar o castigo é construir uma sociedade altamente instruída a fazer o que se quer, da forma que se quer. A sociedade passa a ser pensada como corpos “dóceis”, sujeitos manipulados e treinados, cujos dogmas são repassados e as crenças impostas. A sociedade é pensada como uma “máquina natural de corpos” como afirma Foucault (2014, p. 153),

portadora de elementos específicos, de ordem própria, de condições internas, com elementos singulares e únicos.

Uma sociedade é treinada a obedecer por meio de técnicas exaustivas de adestramento do corpo. Nesse período, acreditava-se que as pessoas deviam aprender técnicas em que prezassem um bem coletivo e único. Nessa dinâmica se começa a visualizar um local em que a ação deve partir do individual para um resultado coletivo. As pessoas passariam de um âmbito individualizado para um enfoque homogêneo “transformam as multidões confusas, inúteis ou perigosas em multiplicidades organizadas”. (FOUCAULT, 2014b, p.145). Disciplinar é construir um lugar para o poder atuar sem encontrar aquilo ou aquele que o contradiga ou o impeça de acontecer.

Conhecido o caminho a percorrer, é preciso pensar como aplicar na esfera social de uma maneira mais fácil todo o sistema de dominação individual e para isso era necessário implantar em instituições sociais modelos” de disciplina que atuariam em concordância com uma regra geral estabelecida entre todas essas instituições. Essas instituições responsáveis em disciplinar a sociedade não surgiram de maneira súbita; elas foram pensadas como locais de atuação do poder e local de disciplina sendo peça importante na composição de um poder político.

Onde existem concentrações de pessoas, torna-se local importante de persuasão e manobra política. A escola, os hospitais e a organização militar são locais que farão o papel de agir em prol da disseminação de um ideal de disciplina. O que se deve pensar é que para que a ordem pudesse ser um bem passível a todos, precisar-se-ia de órgãos que tivessem no seu próprio âmago e conforme Foucault (2014, p. 135) “o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade” sempre motivados por exigências conjunturais e políticas.

Nessas instituições disciplinares os métodos nem sempre seguiam a mesma ordem, mas eram sempre motivados por uma mesma regra. As técnicas essenciais eram sempre formadas de detalhes, de minuciosas questões que não passavam indiferentes aos olhos dos disciplinados. A disciplina segundo Foucault (2014b, p.137) é uma anatomia política do detalhe” e são essas minúcias que fazem com que o poder possa agir a fim de um controle político. Essas técnicas definem como as forças políticas investiam nos corpos e como as relações de poder no cotidiano atuavam nas relações sociais.

Foi assim que um dos mais importantes elementos da organização disciplinar foi criado: o local. Até hoje é crível que esses locais são importantíssimos na disseminação de ideias. Ao observar toda a sua forma, sua construção, seus dogmas, chega-se à conclusão que se existem locais para agir politicamente; esses locais existem e são lugares frágeis nessa organização social. A escola, por exemplo, é local extremamente frágil se pensarmos na questão ideológica. É possível contaminar toda uma sociedade utilizando a escola como meio mais efetivo e significativo para isso.

Essa noção de espaço único e exclusivo de disciplina vai reconfigurar a tradicional consciência de que apenas a igreja podia fazê-la. Antes apenas os abastados e as pessoas importantes tinham acesso à disciplina e após o desenvolvimento do conhecimento, passou-se a acreditar que a disciplina pudesse ser a estratégia mais próxima para atuação do Poder. Um local fechado em si mesmo, local criado para especificamente disciplinar. Era essa concepção que fez com que a escola, o exército, as prisões fossem reconhecidas até hoje pelo papel que exercem na atuação da ordem social. Lugares sociais de disciplina. Após a delimitação do local específico, fez necessário a repartição da sociedade em lugares individuais. A ideia era de que não há disciplina por meio de grupos, através do conjunto. A disciplina precisa atuar de forma individual os corpos para que após o processo pessoal de disciplina se consiga um efeito coletivo “Cada indivíduo no seu lugar; e em cada lugar, um indivíduo” (FOUCAULT, 2014b, p. 140). Ocorre um “quadriculamento” em que a proposta se mostra benéfica porque anula possíveis encontros de forças inúteis e desocupadas. Ainda no âmbito da distribuição física da sociedade, é preciso atribuir uma segunda função além da função de disciplinar. O pensamento era adequar os espaços disciplinares com uma função útil na formação social. Para isso são distribuídas funções para cada espaço: a escola educa, o exército prepara os homens para defesa da nação, os hospitais cuidam e as prisões reformam. Com essa configuração, a ordem comum a todas essas instituições era manter a disciplina mesmo que para isso se utilizasse de recursos diversos.

Outro princípio importante no conjunto diz respeito ao tempo. Para um controle rigoroso do corpo, precisa-se estipular o tempo como o seu senhor absoluto. Os corpos subjugados a isso se tornam passíveis de planejamento e acabam sendo previsíveis, tornando-se suscetível de controle “O tempo penetra o corpo, e com ele todos os controles minuciosos do poder” (FOUCAULT, 2014b, p. 149). O propósito da questão do tempo como recurso de disciplina se justifica na questão da previsão da

ação, do ato. Quando se pode determinar todo o planejamento dos indivíduos, calcula-se, manipula-se, determina-se toda e qualquer ação maléfica que interfira na manutenção da ordem social.

Na união desses e outros princípios existe a reunião das individualidades para construção de uma massa homogênea de disciplina. Pensados de forma singular o corpo é fabricado para no final do processo se unir a tantos outros e assim formar a massa de força que compõe uma sociedade. A relação criada pela disciplina atravessa também a questão da obediência. Os corpos treinados tendem a seguir uma ordem, a acatar uma lei porque já estão tão imersos num processo de ação e execução que acabam tomando a disciplina como elemento que os compõem. Esse poder atuante é descrito como sendo um evento singular e particular “Outras vezes, contudo, um certo uso do Poder pode constituir um caso particular de uma lei ou de uma uniformidade geral. Isso se pode dizer, por exemplo, em determinadas situações, de uma particular relação de mando e obediência” (BOBBIO, 1998, p. 936).

A prática disciplinar só foi passível de sucesso por conta de um recurso muito importante que foi a tática. Por meio dela, foi possível reunir diferentes tipos de força com o único propósito de aumentar o *poder*. Através de diversas táticas, localização, emprego do tempo e aptidão, os corpos foram adestrados para “retirar e se apropriar ainda mais e melhor” (FOUCAULT, 2014b, p. 167). E esse sucesso além de ter sido permeado de táticas, também contou com elementos residuais do *poder* na monarquia, tais como; o olhar hierárquico, a sanção normalizadora e o surgimento do exame.

O que se pode afirmar é que o poder disciplinar foi uma das maneiras até aí pensadas em desenvolver um tipo de poder muito mais abrangente e efetivo, o poder estabilizado.

O Poder diz-se estabilizado quando há uma alta probabilidade de que *B* realize com continuidade os comportamentos desejados por *A*, corresponde uma alta probabilidade de que *A* execute ações contínuas com o fim de exercer Poder sobre *B*. O Poder estabilizado se traduz muitas vezes numa relação de comando e obediência (BOBBIO, 2014, p. 937).

Portanto, diferente do poder na monarquia, cuja exposição se apresentava como um fator inerente ao poder do rei, o poder na disciplina está alheio a exposição porque o compromete, colocando-o em evidência, exibindo todo seu aparato de táticas, todos seus métodos de adestramento. O poder torna-se invisível aos

disciplinados, mas os coloca ao mesmo tempo numa posição de visibilidade obrigatória por parte dos disciplinadores.

2.5 NORMALIZAR-REGULAR

Ao pensar no *poder* hoje como elemento percebido por todos, chega-se à conclusão de que talvez o mais correto, no que tange às técnicas de poder, é não se mostrar mais. Estar oculto ou impreciso talvez seja a técnica mais sábia nos tempos do agora. Ao avaliar todas as forças movimentadas para estruturação do poder, o rei que expunha através do suplicio, o Estado que disciplina o indivíduo, e agora a norma, a regra.

Segundo Blackburn (1997, p. 269), “[...] norma é uma regra ou um modelo, definido de comportamento, cujo não cumprimento sujeita uma pessoa a um certo tipo de censura”. De acordo com esse conceito, acredita-se que normalizar tenha se transformado na mais recente técnica de Poder. Reunindo tudo que se viu de descobertas, percebe-se que o homem percorreu caminhos “expostos” no manuseio do poder a fim de evidenciar uma violência que vinha da opressão, da soberania do rei. Em sociedades democráticas, pode-se dizer que há vários modelos de representação do poder e que a normalização seja apenas um entre muitos outros, porém, politicamente, é a que mais consegue traduzir o poder que se busca destacar na política do século XXI.

Pensar na política hoje é uma das tarefas, talvez, mais obscuras que exista nas Ciências Humanas e Políticas porque há uma exposição demasiada que mesmo sendo aparente, na verdade se faz opaca. Mesmo com uma crescente discussão e os recursos informativos que uma pessoa possa ter, ainda assim se percorre caminhos movediços. A tarefa cada vez mais se faz complexa e árdua tendo a ideia de que mesmo sabe muito, pouco se compreende. O que se pode dizer é que na política há uma forte presença da regulação como moeda de troca pelo poder.

Quando se toca no assunto regular, não se parte da criação de leis políticas, mas numa espécie de controle social sem parecer controle, sem se apresentar como tal. Leis são colocadas na sociedade como imposições que só conhecem o sim e o não. Foucault diz que existem alguns pontos que diferenciam leis de normas, mas que no final de todo o processo, as leis acabam por fazer parte do caráter regulador.

Eu não quero dizer que a lei desapareceu ou que as instituições de justiça tendam a desaparecer; mas sim que a lei funciona cada vez mais como uma norma e que a ...instituição judicial se integra mais e mais a um *continuum* de aparatos (médicos, administrativos, etc. cujas funções são sobretudo reguladoras (FOUCAULT, 1988 *apud* CASTRO, 2009, p. 310).

As leis não são normas por uma série de motivos, entre eles porque a lei não compara, não diferencia, simplesmente enxerga um corpo individual que é posto dentro de um contexto de códigos e textos e o parâmetro de análise é apenas o da lei. Outra questão é que a lei impõe apenas o que é permitido e o que é proibido, a norma hierarquiza condutas. Por fim, a diferença mais significativa é que a lei não consegue prever o que está do lado exterior a ela, o que não se enquadra nos seus códigos e regras. A norma consegue muito bem traçar fronteiras e perceber o que está além de seus limites. Por conta disso não é a lei que representa o poder hoje na política, mas as normas que pressionam a criação de leis, porque socialmente atuam mais próximas à sociedade. A norma é a lei que ainda não foi denominada como tal.

Se o ponto de partida para o entendimento da normatização- regulação não é a lei, o que subsidia a instauração de uma norma? Para essa resposta, deve-se compreender que a instauração de uma conduta social, política e econômica nunca foram pensadas num aspecto individual do ser-humano. Quando se fala em norma é preciso atentar para o fato que no poder, elemento disciplinador, o foco estava no ser humano como indivíduo, um a um sendo treinado para um melhor desempenho de seus corpos e conseqüentemente uma fragilidade no pensar e no agir, acarretando num poder contínuo. No poder relacionado à norma, fala-se de população, da grande massa que está inserida num conjunto que recebe de Foucault o nome de biopolítica.

A biopolítica é uma recente tecnologia do Poder do hoje. Sua compreensão reside no fato da ampliação do alvo desse poder que passa do individual para o global. Com o propósito de gerenciar o ser humano, o Poder atua respaldado pelo desejo incessante de proteção da vida.

[...] trata-se de um conjunto de processos como a proporção dos nascimentos e dos óbitos, a taxa de reprodução, a fecundidade de uma população, etc. São esses processos de natalidade, de mortalidade, de longevidade que, justamente na segunda metade do século XVIII, juntamente com uma porção de problemas econômicos e políticos (os quais não retomo agora), constituíram, acho eu, os primeiros objetos de saber e os primeiros alvos de controle dessa biopolítica (FOUCAULT, 2010, p. 204).

A política do agora manipula dados e saberes que se tornarão materiais importantíssimos para a estipulação de normas. Isso só é possível porque existem saberes que estão por trás dessa normalização, determinando o quê, como e onde esse conjunto de aspectos de ordem fisiológica, social e econômica atuam e podem atuar. O saber confere legitimidade à normalização advogando para o processo de regulação.

A ideia de saber não corresponde aqui a ideia do certo ou errado, aliás, o conceito de saber foucaultiano se entrelaça ao de norma destacado por Foucault. Tanto a norma e o saber se colocam no campo das possibilidades. O saber não é um conjunto de conhecimentos adquiridos ao longo da história, mas tudo que, por meio da positividade, é possível de acontecer numa determinada *Formação Discursiva*. O saber é que está dentro e forma a norma, é tudo aquilo possível de se dizer e pensar porque foi de alguma forma trabalhado, aceitado ou refutado, ou seja, é tudo que se sabe de algo.

Um saber é aquilo de que podemos falar em uma prática discursiva que se encontra assim especificada: o domínio constituído pelos diferentes objetos que irão adquirir ou não status científico [...], o espaço em que o sujeito pode tomar posição para falar dos objetos de que se ocupa em seu discurso [...]; campo de coordenação e de subordinação dos enunciados em que os conceitos aparecem, se definem, se aplicam e se transformam [...]; possibilidades de utilização e de apropriação oferecidas pelo discurso (FOUCAULT, 2008, p. 204).

Nesse ponto se retoma a grande ideia de Foucault de que o saber e o poder estão intimamente ligados e atuam de modo a se reforçarem constantemente. Seguindo essa mesma ideia, pensa-se que na política o domínio em normalizar uma conduta, um pensar é o grande cerne do poder que tanto se busca. A pessoa que consegue gerenciar por meio do saber a aplicação de uma norma ou sua completa mudança estabelece uma relação muito mais superior no que diz respeito ao Poder na política. Isso acontece porque como foi colocado anteriormente, existe um recurso muito respeitado na nossa sociedade que é o saber. Contra ele ainda não se encontrou nenhum outro recurso que consiga se colocar superior. A sociedade em si clama pelo saber e ele ainda hoje é o único que confere normalidade ao que diz respeito ao ser humano. A medicina por exemplo é um dos Saberes mais respeitados na sociedade porque ao mesmo tempo que incide no corpo individual, também trata da população de uma forma geral. Por conta disso há um lugar de destaque para esse

Saber específico e as regulamentações apoiadas pelo saber médico são muito efetivas e decisivas confirmando o que já havia sido dito a respeito do peso que a norma pode ter dependendo do saber que a sustenta.

Um exemplo clássico dessa normalização com finalidades políticas foi o que Hitler fez para exterminar milhares de judeus nos campos de concentração. Baseado num saber médico, Hitler conseguiu normalizar a ideia de que os judeus deveriam ser exterminados por conta do pensamento de que era uma raça inferior em comparação a dos Alemães. O saber médico que recebeu o nome de Eugenia (seleção genética nas coletividades) e evocado por Hitler afirmava por meio de experimentos e testes científicos que a raça judia era impura e deveria ser exterminada do contato com os alemães. Baseado nesses testes, Hitler conseguiu apoio para normalizar essa ideia contando também com a aceitação por parte da maioria dos Alemães. Esse pequeno e breve exemplo consegue muito bem sintetizar como a norma agiu nos assuntos referentes à Política, apoiadas num Saber, persuadindo as pessoas a acreditar naquilo em que se quer que acreditem e no que muitas vezes não passa de manobra política com finalidades incoerentes e que visam apenas interesses individuais ou de um grupo específico.

Envolvida nessa teia de fundamentos (Saber-Poder-Norma), a biopolítica passou a ser a percepção do poder no mundo moderno. Mas o que vem a ser biopolítica? O que se tinha antes era um poder muito mais voltado para a conquista de bens materiais, de riqueza. Ainda hoje é possível verificar essa prática, mas hoje conta-se com uma técnica mais apurada e menos baseada na violência. Se na monarquia, o rei representava poder e o fazia de maneira a decidir quem devia morrer ou sofrer o suplício, hoje se tem uma técnica muito mais opaca e oculta que a utilizada pelo rei. Sofisticada, a biopolítica centra suas forças no homem como espécie, como população. Mencionado anteriormente, o foco da biopolítica é a vida do ser-humano que é destaque. Assegurar direito a viver é a grande investida para obtenção dos mesmos bens materiais e riquezas que se sabia antes do século XVIII.

O que aparece hoje são mecanismos mais sofisticados de poder, porém com objetivos ainda muito semelhantes. A biopolítica se preocupa com questões que diz respeito ao “bem viver” das pessoas garantindo uma vida mais segura à população garantindo aos responsáveis que possibilitam isso, uma espécie de “recompensa” na forma de obediência ou aceitação passiva de ideais políticos. Essa foi a grande ideia da biopolítica, garantir condições de saúde para a população agindo ao mesmo tempo

na imposição de normas, cujo responsável consegue garantir tudo isso, além de determinar um ritmo de vida baseado no interesse. Seria uma troca justa?

Garantir condições básicas para viver com segurança é o que a biopolítica se compromete a fazer. Isso acontecerá por meio da identificação, medição, intervenção e resolução de problemas. Primeiramente, a biopolítica precisa identificar tudo que oferece risco à vida do ser humano: endemias, vírus e enfermidades agindo para solução e extermínio completo de possíveis riscos. Outro item que ela se propõe analisar é a medição. Medir a população em todos seus aspectos, nascimentos, mortes, fecundidades, etc. Compreendendo o desenvolvimento da população, consegue-se pensar nos meios precisos de intervenção. A preocupação advém dos fatos de que é preciso investigar para prevenir qualquer risco evitando assim algum grande impacto na vida humana. Diante de tudo isso a política se estabelece. Pensa-se com esse propósito, cria-se medidas baseadas na coletividade para uma total garantia da vida e do bem viver e assim a política se sustenta nos dias de hoje. Mas como pensar nisso tudo numa representação mais concreta? O que acontece é que se pensa que tudo isso esteja num plano muito longínquo no dia a dia, mas é preciso entender que o que aparentemente se mostra abstrato para a população advém da biopolítica aqui mencionada. Uma série de leis, medidas, decretos são criados baseados num poder médico, administrativo, etc. que conseqüentemente chegará até a população de uma forma mais oculta, menos transparente. É próprio da biopolítica ser compreendida num limite de especialistas do que num limite global, da grande massa. Não existe o propósito dela estar exposta a todos, ela é opaca e foi feita para permanecer oculta com propósito de deixar a margem de saberes a grande massa representada pelo povo. O que é possível ganhar com uma política opaca? Ao tentar visualizar a política nos últimos séculos, percebe-se que ela participa de um jogo em que a dinâmica do mostrar e esconder é constante. Os segredos de estado ainda hoje são mantidos, descobertas são guardadas e limitadas a especialistas, estratégias são conspiradas, tudo isso faz parte da política opaca e o que se ganha disso tudo é o poder de conhecer o que a maioria da população desconhece, aliás, mesmo em uma democracia, o poder não pertence a uma maioria. Mesmo o povo sendo o cerne da democracia, o “governar” ainda está nas mãos de uma minoria, assim como em outras formas de governo (monarquia, aristocracia, etc.). O que distingue essas formas de governo é “o modo como essas minorias emergem, governam e caem” (BOBBIO, 2014, p. 23).

Assim sendo, a biopolítica é a recente técnica de poder criada com o objetivo de normalizar assuntos relacionados ao homem sejam eles de ordem econômica, comportamental, médica, etc. Essa nova fase da política fez nascer um novo tipo de poder chamado por Foucault de biopoder.

Dizer que o poder, no século XIX, tomou posse da vida, dizer pelo menos que o poder, no século XIX, incumbiu-se da vida, é dizer que ele conseguiu cobrir toda a superfície que se estende do orgânico ao biológico, do corpo à população, mediante o jogo duplo das tecnologias de disciplina, de uma parte, e das tecnologias de regulamentação, de outra” (FOUCAULT, 2010, p. 213).

Portanto, na atual conjuntura existe um Poder que circula no âmbito da vida, ou pelo menos na garantia de vida a todas as pessoas. Essa “garantia” é o contrato firmado pela classe política às pessoas para a legitimação de um poder político. No compromisso de garantir e resguardar a vida humana em todas as esferas (social, econômica, médica, educacional, etc.) a classe política recebe o direito de exercer o poder por tempo determinado através de um consenso popular firmando uma responsabilidade política e justificando esse poder.

Concorda-se com Bobbio (1998) que o poder está na interação com o outro, na assimetria das relações, e ainda como descreve Charaudeau (2015) na consciência de quem tem mais capacidade em agir em prol do outro, na capacidade de conquistar objetivos indicada por Blackburn (1979) e por fim na ação de exercer o poder em todas as categorias sociais como recomenda Foucault (2010).

Conclui-se que no atual contexto, exerce o poder aquele que tem acesso a informações, dados, medições, descobertas e estudos que busquem pela melhoria da vida do ser-humano; representa poder quem consegue ter acesso a toda essa gama de informações criando normas que atuam com a finalidade específica de preservar a vida no conceito de sobrevivência; opera poder quem, a partir da instituição de normas, consegue transformá-las em leis adequando-as juridicamente ao fluxo da sociedade moderna; pratica o poder quem consegue usar tudo isso no interesse coletivo e por fim, desempenha poder quem usa a normalização dos aspectos da vida para proveito individual ou de uma classe social.

3 VERDADE

O homem sempre buscou conhecer o mundo físico e metafísico e sua natureza o impeliu a uma incessante busca pela criação das coisas que fazem parte da nossa vida. Ao se lançar ao mar, almejou conquistas de ordem política e econômica juntamente com a necessidade de domínio da vida e tudo que a compunha. Muito antes das expedições europeias para descoberta e domínio de civilizações, a curiosidade em conhecer e lidar com o próprio homem fez disso uma tarefa permanente e constante. O desejo em desvendar o ser humano e sua maneira de organização social é fonte inesgotável de conhecimento e indagações. O que se viu e se sabe até os dias de hoje faz com que seja possível compreender as relações sociais e sua respectiva organização.

As indagações acerca da *verdade* fazem com que o tratamento dessa questão retome preceitos muito utilizados na filosofia. Não é propósito algum apresentar teorias inflexíveis e paralisadas a respeito desse tema, mas sim despertar para as variadas formas de compreender a *verdade* no nosso mundo real. Os estudos que fizeram e ainda fazem a respeito desse assunto indicam para uma relação próxima com o tema política. Seja pela ausência ou pela presença, a verdade é assunto um tanto quanto recorrente quando se pensa em política.

Uma ordenação natural da sociedade insiste em definir e classificar o que pertence ao verdadeiro e aquilo que se encontra no lado de fora como falso. No entanto, a tarefa em definir verdade daquilo que é falso não se faz de maneira muito pacífica e segue um caminho muito pessoal. Ao mesmo tempo que configura como um elemento pessoal e com uma organização singular, a verdade também circula na esfera do coletivo a partir do momento que passou a sofrer regulamentação determinando o que é verdade. A procedência da verdade é muito particular porque a sua composição envolve aspectos muito fechados na moral do ser humano, tratando-se de um item imprescindível para o bom convívio da sociedade, por isso passou do pertencimento individual para uma questão coletiva a fim de determinar um parâmetro de conduta social. De acordo com Blackburn (1997), tratar do tema verdadeiro e falso engloba tratar dos dois possíveis valores de verdade clássicos que uma proposição pode tomar. Verifica-se que a respectiva definição enfatiza que a verdade é princípio inicial a ser buscado, e que o caráter “falso” é sequela de uma verdade insuficiente

nos parâmetros da sociedade. As afirmações produzidas possuem condições pré-determinadas suficientes para configurar no plano “verdadeiro”. Contudo, atender a essas condições de verdade na sociedade implica em reproduzir conceitos já estabelecidos em contextos singulares que nem sempre pautaram pelo critério justo das afirmações. Assim, “[...] a veracidade é a principal noção normativa que rege a produção de uma afirmação, apesar de as considerações acerca da vagueza poderem introduzir alguns matizes neste esquema em preto e branco” (BLACKBURN 1997, p. 403).

Busca-se sempre construir uma verdade que atenda aos requisitos preestabelecidos socialmente e que assim receba a marca que a valida e a propaga, no entanto, nota-se que nesse “esquema preto e branco” existe um lugar vago e é nesse local que a verdade se ajusta, reconfigura-se de acordo com aquele que retém o poder de escolher os “matizes” que serão usados.

A fabricação de verdades nada tem a ver com as questões morais do homem. Apesar da visão vigente de que apenas o sujeito íntegro e moralmente elevado pode “criar” verdades sendo fonte inquestionável de sabedoria, o que se tem de fato é o poder em criar afirmações que atuem como verdades. Não há aqui nenhuma relação com a verdade de fato, mas com aquilo que se pretende que seja verdade, ou seja, não há um contrato entre homens e a verdade, mas uma espécie de disputa cujo alvo é produzir afirmações que sejam acolhidas pela sociedade.

Organizações instituídas pelo poder que elas fabricam, criam condições específicas que subsidiam afirmações, rótulos, classificados em verdadeiros ou falsos. Não existe nenhuma ordem no âmbito do espontâneo, mas algo arquitetado por um grupo de prestígio e poder na finalidade de normatizar e regulamentar as ações da sociedade. As verdades são fabricadas como maneira de ajustamentos das pessoas num convívio em comum. Além da função normalizadora e regulamentadora, a vontade de saber a verdade também se baseia no fato de que a sociedade segregou os discursos verdadeiros e falsos como forma de exclusão e coerção reiterando a temática do poder.

A verdade “[...] não existe fora do poder ou sem poder” (FOUCAULT, 1979, p. 12). Ingênuo pensar que há por trás do esclarecimento da verdade uma ordem de natureza ética ou como Foucault (1979) coloca “[...] recompensa dos espíritos livres”. A verdade é artefato desse mundo e criado pelo homem para normalizar os efeitos de

poder. Cada sociedade estabelece os discursos que estão dentro do regime de verdade, sua política geral como colocado em:

[...] os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros do falso, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro. (FOUCAULT, 1979, p. 12)

A ligação entre a verdade e o poder se faz de maneira íntima e inevitável. Mesmo imperceptível no dia a dia, a verdade tem a capacidade de criar distinções sutis entre as pessoas e uma consequência dessa distinção é o poder delegado àquele que dela faz uso. O que precisa vir à tona é o fato que as sociedades criaram uma espécie de recompensa para os que atendem aos princípios sociais básicos que incluem o uso da verdade como virtude humana, mas que normalmente é fruto de um consenso antigo que determinou e instituiu o que se “passa” por verdade e aquilo que não se sustenta como tal.

O que se vê é disseminação de verdades pelo simples fato de que “sempre foi assim”. No entanto, isso não anula o fato de que a verdade é dinâmica e varia de acordo com todo um contexto social que ora preconiza determinada afirmação ora outra. Portanto, a necessidade de verdade caminha lado a lado com os interesses de alguns grandes aparelhos políticos ou econômicos que transmitem e controlam suas fundamentações a fim de validar ou mascarar o caráter parcial da verdade.

A produção da verdade na sociedade segue algumas características históricas importantes e reproduzidas num processo cíclico. Esse modelo confere um aspecto de norma, engendrando afirmações, delimitando caminhos e projetando modelos.

O primeiro ponto a observar dentro dessas “características históricas” é perceber que existem discursos que, por excelência, concentram a verdade de uma maneira muito próxima como se ela fosse elemento básico e inquestionável na produção desses mesmos discursos. Um exemplo disso é o discurso científico. Apoiado em suas respectivas instituições, o discurso científico segue um caminho muito previsível na questão do poder em instituir verdades. A primeira questão a se perceber é que nesse tipo de discurso, muitas vezes, é dado mais importância a quem produz o discurso que ao seu conteúdo de fato. Não que seja menos importante conhecer a procedência do discurso científico, mas o que acaba sendo melhor

“acolhido” como verdade é o discurso que segue alguns paradigmas pré-fixados na ciência.

Esse fato revela que o poder em validar discursos ultrapassa o poder da verdade, ligando à “economia política” da verdade que está “centrada na forma do discurso científico e nas instituições que a produzem” (FOUCAULT, 1979, p. 13). Quer dizer que nesse caso específico, existe na ciência, um modelo histórico pautado no “formato discursivo” e na instituição que o manuseia e cria esse modelo. Um exemplo usado por Foucault é o que ocorreu na biologia com Mendel. Após uma descoberta a respeito dos traços hereditários, ele não conseguiu que sua “verdade” fosse aceita por conta que “...falava de objetos, empregava métodos, situava-se num horizonte teórico estranho à biologia da sua época” (FOUCAULT 2014a, p. 32). Esse descompasso discursivo em relação a “verdade” remete a essas contingências impostas criadas pelos homens e para os homens.

O discurso científico como provedor de verdades não é o único elemento histórico a fazer parte da “economia política” da verdade. Junto a ele existe a questão econômica e política que incita a criação de discursos verdadeiros a fim de agirem na produção de economia e na instauração de poder político. Outro ponto que faz parte diz respeito às esferas sociais que produzem e se alimentam da criação de verdades como a educação e a informação. Além de tudo isso a verdade está nas mãos de aparelhos políticos dominantes como universidades, exército, meios de comunicação. Por fim, a verdade é elemento político por excelência e está diretamente ligada aos confrontos ideológicos. Destarte, a organização histórico-política dela segue, ainda hoje, o caminho de:

- Produzir verdades apoiadas em paradigmas e no poder institucional;
- Incitar a economia e instituir poder político;
- Ser ao mesmo tempo fonte de criação e alimentação por parte de algumas esferas sociais;
- Estar nas mãos de aparelhos dominantes;
- Ser tema de constantes confrontos ideológicos.

A economia política é uma maneira de construção social para compor um critério acerca do que deve receber o status de “verdadeiro”. As regras do jogo são formadas e os discursos são produzidos a partir dessas regras, mas para Foucault

importante o importante é entender quais mecanismos agiram para compor essa regra.

Há um combate “pela verdade” ou, ao menos, “em torno da verdade” entendendo-se, mais uma vez, que por verdade não quero dizer “o conjunto de coisas verdadeiras a descobrir ou fazer aceitar”, mas o “conjunto de regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder”; entendendo-se também que não se trata de um combate “em favor” da verdade, mas em torno do estatuto da verdade e do papel econômico-político que ela desempenha. (FOUCAULT, 2009, p. 13)

O mais importante nas questões acerca da verdade não é discutir o conteúdo dessa verdade, mas analisar de uma maneira abrangente os mecanismos sociais que são mais importantes na determinação dela. As regras pensadas, articuladas e disseminadas socialmente são o foco dessa grande virtude, *a partir de que e de onde* é possível compreender a verdade. A compreensão de como essa organização se estabelece e de como é reforçada constantemente pela sociedade é o ponto mais significativo.

3.1. A VERDADE NA FILOSOFIA

O entendimento da verdade retoma a filosofia clássica para compreender os sentidos que vigoram nos dias de hoje. Nenhum conhecimento é inédito, nada nasce ao acaso e tudo é consequência de uma série de fatos, experimentos e pensamentos ao longo da história. Para compreender o homem e sua relação com o mundo é preciso saber o início do pensamento, seus desvios e obstáculos que culminaram com o que se tem hoje. No encargo dessa difícil tarefa, a Filosofia conforme Blackburn, (1997, p. 149] é o “estudo das características mais gerais e abstratas do mundo, e das categorias com que pensamos: mente, matéria, razão, demonstração, verdade [...]” e se se apresenta como aquela capaz de nos indicar o caminho já percorrido pelos grandes pensadores até o momento atual.

Sem dúvida falar de verdade é transitar por caminhos espinhosos já que na crença popular cada pessoa aceita ou instaura um tipo de verdade. O que se faz importante é captar que cada compreensão a respeito dela deriva de outras discussões ocorridas e impostas pela sociedade.

Alétheia e *Aléthés* são designações gregas para se referir respectivamente a verdade e verdadeiro. De forma direta, tem na formação dessas palavras a junção do

prefixo *-a* (negação, privação) e do radical *-lethe* (esquecimento), portanto, seus sentidos se baseiam no “não esquecimento, na privação de esquecimento”. Dessa forma se diz que o “não esquecimento” é o que se chama de realidade, a verdade, incluindo também nessas duas palavras gregas os sentidos de não oculto e não dissimulado. Portanto, o conceito de verdade se relaciona ao que é real, autêntico, honesto, público e declarado.

Na Grécia antiga, segundo Foucault (2011), havia quatro significados para atestar e instaurar algo como sendo verdadeiro. As quatro formas, avaliando com cuidado, cumpriam com a função específica de organizar um padrão a ser seguido para a conquista de verdade por todos e essa forma de padronização é um recurso estritamente utilizado nas sociedades para cumprir com a função de instaurar a ordem. O primeiro significado de verdade implica na relação com aquilo que é real. A verdade só pode aparecer na realidade das coisas, dos fenômenos e da vida. É verdade aquilo que não dissimula, que não oculta e que está diante dos olhos de todos em sua totalidade e plenitude. O que não trapaceia, nem engana. O que é fiel ao que lhe é seu, ao que não tapeia.

A realidade aqui disposta é uma realidade passível a todas as pessoas. Os conceitos referentes ao que é real, dizem respeito ao que qualquer pessoa está sujeita a passar. Portanto, aquilo que foge ao crivo do real, que é pouco usual, inédito tende a não fazer parte da realidade. Uma vida baseada na realidade tende a seguir o fluxo comum das coisas.

O segundo conceito atrelado a *Alétheia* corresponde àquilo que é puro, ao que se encontra em estado natural e preservado, “não recebe nenhuma adição e suplemento, o que não sofre nenhuma mistura com outra coisa além de si mesmo” (FOUCAULT, 2011, 192). Como se pode falar em verdade se algo não está em seu estado puro e real? Para atestar verdade é preciso ter algo que não tenha sido alterado, manipulado ou dissimulado. Tudo isso faz com se desconheça o cerne de qualquer coisa, aquilo que é essência, elemento único e insubstituível. A ausência dessa característica coloca a verdade no terreno da dúvida, da incerteza ou da incredulidade tornando-a fraca e incapaz de agir de forma eficaz. Portanto, tudo que não se encontra no seu estado de pureza tende a ter sua verdade posta em xeque.

Já no terceiro sentido dessa palavra há o conceito ligado à honestidade das ações independente do teor moral que elas apresentem. O destaque é dado ao que precisa ser feito e é feito sem contar com nenhuma intromissão ou obstáculo. A retidão

se mostra como verdade por ser imune a qualquer influência ou interferência, mantendo-se íntegra e capaz de agir dentro da coerência e honestidade necessárias. Nesse caso específico, fala-se da verdade baseada em princípios que não se desviam e que se mantém na direção reta e certa das coisas. É verdadeiro aquilo que segue seu caminho sem percursos oblíquos, dobras ou desvios agindo de forma incisiva.

O último conceito grego aborda a identidade como elemento verdadeiro. Quando há um reconhecimento da identidade de algo, há também a facilidade em atestar sua veracidade. O que os gregos pensavam era que tudo que preservava suas particularidades tendiam a expor uma verdade natural. É verdadeiro aquilo que mantém e preserva sua identidade, não se influencia, não se modifica, conserva-se imutável e incorruptível. Esse último significado destaca o que se conserva desde sua origem, que não dissimula, não se mistura, mantém-se no caminho reto e consequentemente consegue preservar sua essência.

Essas foram as quatro maneiras organizadas pelos gregos “[...] nas quais, pelas quais e segundo as quais alguma coisa pode ser dita verdadeira. (FOUCAULT, 2011, p. 192). As quatro formas utilizadas para atribuir a Verdade (*Alétheia*) a algo podem agir em conjunto ou de forma isolada respeitando os valores em questão e seus campos de atuação. Essas várias possibilidades de comprovar ou refutar a verdade não se aplicam apenas a proposições ou enunciados, mas também pertencem a uma esfera maior de organização, tais como como a maneira de ser, maneiras de fazer, maneiras de conduzir, formas de ação e maneira de falar. Nesse último é preciso entender a maneira de falar como *lógos aléthes*.

O *lógos aléthes* é uma maneira de falar na qual, primeiramente, nada é dissimulado; na qual, em segundo lugar, nem o falso nem a opinião nem a aparência vêm se misturar ao verdadeiro; [em terceiro lugar], é um discurso reto, um discurso que é conforme às regras e à lei; e, enfim, o *aléthes lógos* é um discurso que permanece o mesmo, não muda, não se corrompe nem se altera, não pode nunca ser vencido nem revertido nem refutado. (FOUCAULT, 2011, p.193)

A força da palavra e a maneira de falar rejeitarão tudo que possa desqualificar e contaminar a verdade de acordo com a organização baseada em uma das proposições gregas para *alétheia*. Para os gregos a verdade se marca nos discursos e por meio dessas proposições é possível identificá-la.

3.2 A CORAGEM DA VERDADE

Se a verdade configura como algo positivo visto por meio do significado de *Alétheia*, qual o propósito de relacionar verdade com coragem? Por que dizer que a verdade requer necessariamente coragem? Por que essa virtude é apenas para algumas pessoas? Não há dúvida de que a verdade seria o caminho correto a seguir para se viver uma vida digna e honesta. No entanto, nem sempre é possível vê-la como um preceito primordial em algumas pessoas. Isso acontece porque (o dizer) a verdade provoca consequências na vida política e pessoal. E essas consequências nem sempre são encaradas como algo bom e positivo.

Uma palavra dentro da Filosofia expressa a coragem de dizer a verdade, *Parresía* “é, primeiro, fundamentalmente, uma noção política” (FOUCAULT, 2011, p. 9). Esse termo grego refere-se a expor tudo de maneira franca, mesmo que contrarie o outro. Arraigada na esfera política, o termo posteriormente passou também a fazer parte da esfera da ética pessoal, principalmente quando abordada a questão de sujeito, verdade e poder.

Reunindo esses três elementos, juntamente com a noção política, passou-se a olhar para a *Parresía* como um instrumento de análise para o que se pode chamar “governo de si mesmo e dos outros”. Apoiados nessa base política, os três termos (verdade, poder e sujeito) vão trabalhar em conjunto para estruturar um grupo de técnicas que permitem atestar a verdade de si mesmo, além daquilo que fala. Foucault sintetiza perfeitamente essa questão:

[...] sob que forma, em seu ato de dizer a verdade, o indivíduo se constitui e é constituído pelos outros como sujeito que pronuncia um discurso de verdade, sob que forma se apresenta, a seus próprios olhos e aos olhos dos outros, quem diz a verdade, [qual é] a forma do sujeito que diz a verdade. (FOUCAULT, 2011, p. 4)

Apesar da ideia de que *Parresía* é um termo que circula no lado positivo do dizer a verdade, é importante ressaltar que existem dois valores possíveis aplicado a esse termo. O termo positivo é mais óbvio porque se relaciona com a virtude da sinceridade acima de tudo, sem dissimulação, sem ornamentos na retórica, é simplesmente ser franco. Já o valor negativo de *Parresía* se relaciona com “o dizer qualquer coisa”, um dizer mais ligado ao interesse da fala, com a paixão, ou seja, dizer o que se quer ouvir. Os dois possíveis termos circularam nos escritos

filosóficos, descrevendo principalmente situações ligadas a política da época, da má gestão política.

Primeiramente, o homem que utilizava da *parresía* com o sentido positivo era aquele que se posicionava acima de tudo como um homem preocupado com a cidade, com as pessoas. Seu papel era o de alertar, auxiliar nas decisões da cidade. Já na má gestão política, a pessoa que utilizava a *parresía* com o valor negativo proferia palavras indiferentes, brincava com as paixões humanas e apenas satisfazia o interesse daqueles que desejavam ouvir o que queriam. É o dizer por dizer, a palavra sem valor.

Mas tanto a *parresía* com seu valor positivo e negativo precisam estabelecer uma relação muito importante entre o que se diz e quem diz. O *parresíasta* precisa estar ciente de que o dizer a verdade só chegará a ser considerado como tal se ele o fizer da maneira correta. Para que essa verdade tenha efeito é importante que o *parresíasta* mantenha um vínculo com o que se diz. É preciso que a verdade dita antes de tudo seja a verdade do *parresíasta*, caso contrário não tem efeito de verdade.

Determinado este primeiro ponto, é necessário também que haja uma relação próxima entre os interlocutores que estão envolvidos na revelação dessa verdade. Importante chegar até o outro, porque o foco é iluminar uma verdade de algo que esteja próximo de quem a receberá. E por último é necessário a coragem. O *parresíasta*, ao anunciar a verdade, corre riscos de ordem física como a violência e também de romper os laços de amizade que o ligam ao interlocutor da verdade.

A parresía é, portanto, em duas palavras, a coragem da verdade naquele que fala e assume o risco de dizer, a despeito de tudo, toda a verdade que pensa, mas é também a coragem do interlocutor que aceita receber como verdadeira a verdade ferina que ouve (FOUCAULT, 2011, p. 12).

Dessa maneira é possível compreender as perguntas iniciais a respeito do termo coragem atrelado a verdade. A relação de verdade não é disposta a todos, mas só aqueles que se arriscam, que desafiam e que estão conscientes que podem sofrer castigos físicos ou então a extinção de vínculos de amizade.

Assumidos os perigos em dizer a verdade e aceitá-la respectivamente, faz-se necessário compreender de que verdade tanto se fala. A filosofia determinou diferentes formas de dizer a verdade que concorriam com a *parresía*. Cada modalidade tinha a preocupação em dizer a verdade de determinada esfera social.

O futuro tinha sua veridicção nas palavras do profeta, o saber por meio da veridicção do sábio, a técnica por meio do professor e por último o *éthos* por meio do parresiasta. Cada uma dessas modalidades eram muito bem estabelecidas e institucionalizadas na Antiguidade, por isso a determinação muito clara e funcional da função delas.

A palavra *éthos* de acordo Blackburn (1997), significa ética, caráter, “estudo dos conceitos envolvidos no raciocínio prático: o bem, a ação correta, o dever, a obrigação, a virtude, a liberdade, a racionalidade, a escolha”. A função do parresiasta, portanto, era dar um veredito sobre a conduta de outras pessoas, dizer a verdade sobre o homem por meio do seu discurso. Retomando o início do sentido de *parresía*, confirma-se que suas iniciais aparições estavam ligadas à esfera política, aos homens que cuidavam da *pólis* (cidade). Após esse primeiro sentido, a *parresía* passou também a se concatenar com as questões ligadas à maneira de fazer, de ser e de se portar dos indivíduos como elementos da constituição de um sujeito moral.

3.2.1 Parresía política

No sentido ligado à cidade (*pólis*), todo cidadão bem-nascido, honrado tem o direito e o privilégio da *parresía*. No entanto, o fato de que todo cidadão é um parresiasta por direito faz nascer na democracia um problema ligado ao que Foucault vai chamar de “diferenciação ética” (FOUCAULT, 2011, p. 33). Para fazer a compreensão da crítica ligada à *parresía* no modelo democrático é preciso retomar que todo cidadão pode ser parresiasta. No regime democrático há um apreço em partir do povo para o povo no sentido de fazê-lo o elemento primordial na gestão da cidade. Reunindo esses dois elementos, nasce o problema de quem vai dizer a verdade e seus respectivos interesses de fato. Essa liberdade em se falar a verdade para a cidade é perigosa porque permite que qualquer pessoa exponha uma verdade para satisfazer apenas interesses pessoais e não coletivos. Nasce a partir daí o problema da diferenciação ética.

Assim, nessa liberdade parresiástica, entendida como latitude dada a todos e a cada um de falar (bons e maus oradores, homens interessados ou homens devotados à cidade), discurso verdadeiro e discurso falso, opiniões úteis e opiniões nefastas ou nocivas, tudo isso se justapõe, se entrelaça no

jogo da democracia. Vemos, portanto que, na democracia, a parresía é um perigo para a cidade (FOUCAULT, 2001, p. 34).

Portanto, esse aspecto da parresía na democracia vem expor a falha das instituições democráticas em avaliar o discurso corajoso e altruísta de verdade do discurso falso e interesseiro de algumas pessoas. Essa falha não reside no âmbito do conteúdo dessa verdade, mas pelo fato do modelo democrático ser passível a isso. É o próprio cerne da democracia que a faz impotente em julgar o discurso parresiástico positivo do discurso parresiástico negativo. Uma solução para o problema da parresía na democracia é a diferenciação ética.

3.2.2 Parrésia ética

Se a parresía política lançava olhares para a esfera da *pólis* almejando identificar discursos verdadeiros e que se preocupassem de fato com ela, a parresía ética e moral busca olhar para o homem como ser individual e não pertencente a uma sociedade. A parresía ética nada tem a ver com identificar os bons dos maus, os justos dos interesseiros, nada no plano político, mas sim preocupado com a esfera pessoal.

Parresía ética é o dizer a verdade sobre o outro com o intento de melhorar sua respectiva relação com a verdade da vida, com a verdade da alma, para cuidar de si mesmo. Esse conceito muito distinto do outro tipo de parresía também tem outros objetivos. Não há preocupação com a cidade, mas com o ser, com a alma que segundo o qual, não é capaz de construir um bom *éthos* se distanciando da verdade.

Já a função do parresiasta, nesses casos, está longe de abrir os olhos dos políticos da cidade; seu objetivo é menos eloquente que a parresía política. Digamos que sua esfera é menor e sua responsabilidade também. Isso porque o parresiasta ensina e diz a verdade às pessoas, mas a decisão de fazer bom uso dessa verdade só cabe ao indivíduo “...diz às pessoas o que é preciso fazer, e depois, uma vez dito, se desvia delas e deixa as pessoas se arranjamem como puderem consigo mesmas e com a verdade” (FOUCAULT, 2011, p. 75).

O argumento mais importante da parresía ética é que dizer a verdade é de certa forma cuidar de si. Cuida de si aquele que caminha lado a lado com a verdade, aquele que pauta sua vida numa relação direta com ela. Cuidar de si não está relacionado

com as coisas do mundo, mas com as coisas da alma. Cuidar de si é cuidar de sua razão, da verdade e da alma.

A partir daí existe a dificuldade em enxergar a verdade ética tão importante quanto a verdade política. Se no caso da política havia um bem comum, no caso da ética não existe essa característica do coletivo. Não há nada que valide a importância da verdade ética em relação à política. A concepção dessa verdade pauta-se na verdade como um bem individual e intransferível, algo que deva ser inerente a todos por razões de cunho moral, que propicie um convívio honesto e que proponha ajustamentos pessoais. Essa é a verdade ética de Aristóteles, uma verdade para cada pessoa, sem uma ideia na cidade, mas no empenho em formar uma sociedade preocupada consigo mesmo que, conseqüentemente, refletirá na organização social.

3.3 O *ETHOS* E A VERDADE

A verdade cria uma teia que se entrelaça de uma forma que tende a reforçar ainda mais os laços que a envolvem. Isso porque seu movimento acaba por intensificar tudo que foi estabelecido e criado para constituição e desenvolvimento da verdade. É esse conceito que percorre toda a sociedade e faz com que um discurso seja verdadeiro e outro não. Além disso, a sociedade tende a criar uma atmosfera que propicia a veridcção do que é verdade e daquilo que não é.

Um elemento que faz parte dessa teia diz respeito a purificação do sujeito. Essa premissa trabalha com a ideia de que a verdade está nos sujeitos puros e alheios a vida cotidiana, como se estivesse num rompimento com mundo físico e mais ligados ao mundo espiritual. O sujeito puro na medida que se afasta do envolvimento de questões mais ínfimas, acaba por cair dentro dessa teia da verdade. Há muito tempo se compartilhou essa noção a respeito de quem fala a verdade. Acreditou-se que esses sujeitos puros tinham mais credibilidade no dizer, porém essa questão vem de encontro com a formação do *ethos* discursivo da sociedade. Quem pode? Quem fala a verdade? Como constrói a imagem de ser “verdadeiro”? Existe uma arquitetura para contribuir na constituição dos discursos de verdade, moldando um sujeito que expresse confiança, interferindo diretamente no efeito de verdade estabelecido nos primeiros instantes. Nas Ciências Humanas não há o mesmo trabalho de experimentação, comprovação específico das Ciências Exatas e Biológicas em que a verdade está mais ligada antes a uma “prova” que ao empenho discursivo em fazer

possível um saber ser constatado como verdadeiro ou não. Nesse empenho discursivo, vários outros elementos são recobrados na composição de um discurso de verdade; não é apenas o próprio discurso em si que terá força suficiente para instaurar um efeito de verdade. Nessa questão, o *ethos* trabalha juntamente com esses outros elementos que ajudam a sustentar os discursos. Nada adianta se o discurso parte da verdade, mas não tem efeito de verdade. Existem outros recursos que precisam atuar no fortalecimento disso; a persuasão é também recurso importante para o efeito da verdade:

A noção de *ethos* permite ainda refletir sobre o processo mais geral de *adesão* dos sujeitos ao ponto de vista defendido por um discurso, processo particularmente evidente no caso de discursos como a publicidade, a filosofia, a literatura, a política etc., que-diferentemente dos que são parte de gêneros “funcionais” como formulários administrativos ou os manuais de instruções-devem conquistar um público que tem o direito de ignorá-los ou recusá-los (MAINGUENEAU, 2016, p. 271).

Nessa linha de pensamento, a sociedade incutiu no homem a questão do cuidar de si. Cuidar daquilo que você mostra para os demais. Se o cidadão quer ser visto como um sujeito da verdade, ele precisa cuidar da alma. Assim conseqüentemente seu *ethos* discursivo tratará de servir como um aparelho de verificação da sua vida. Sendo assim a relação de *ethos* e verdade funcionam como elementos que se apoiam entre si na busca por uma interligação essencial para funcionarem e atuarem de maneira concisa e fundamentada. Caso contrário, a verdade não encontraria meios para se estabelecer como tal e o *ethos* é construído quando das verdades são postas em jogo.

O conhecimento a respeito do *ethos* foi primeiramente tratado na antiguidade por Aristóteles que o inseriu nos assuntos a respeito da oratória e da retórica. Nessa área de conhecimento, o *ethos* funciona como uma espécie de técnica pura e exclusivamente enunciativa, cujo objetivo é persuadir o interlocutor. O que acontece é que o locutor não tem por obrigação reunir elementos alheios ao próprio ato de enunciar para fazer parte do jogo discursivo e compreender o *ethos* do interlocutor, ou seja, sua preocupação precisa estar voltada não para o discurso em si, mas como esse discurso será articulado e dito. Se nos retermos a isso, nota-se que o interlocutor é conduzido pelo locutor a pensar igual a ele e conseqüentemente atestar a verdade de seu discurso. Não se tem no primeiro contato a resposta do que seja verdadeiro ou falso, mas o que se tem são meios de conduzir um discurso para o caminho da verdade.

Persuade-se pelo caráter [= *ethos*] quando o discurso tem uma natureza que confere ao orador a condição de digno de fé; pois as pessoas honestas nos inspiram uma grande e pronta confiança sobre as questões em geral, e inteira confiança sobre as que não comportam de nenhum modo certeza, deixando lugar à dúvida. Mas é preciso que essa confiança seja efeito do discurso, não uma previsão sobre o caráter do orador (ARISTÓTELES, 1356, 4-7, *apud* MAINGUENEAU, 2016).

Nesse ponto há uma discordância em relação a *parresía*, porque enquanto esta última preza pelo caráter e pela coragem de quem enuncia o “possível” discurso de verdade, Aristóteles coloca o caráter como elemento periférico do discurso, sendo item que não deve ser o único na validação da verdade. O que é possível apontar é que enquanto Sócrates coloca o caráter como elemento diretamente ligado com a verdade, Aristóteles ameniza essa questão, porque confia plenamente em uma técnica capaz de atestar verdade por meio da confiança sem necessariamente conhecer o caráter real do locutor.

A questão de caráter como um elemento que pertence à verdade tanto pra Sócrates como para Aristóteles, é um elemento que não se configura sozinho. É preciso a reunião de outros elementos que concorram juntamente com o caráter para fortalecer a imagem do *ethos* e consequentemente da verdade. No *ethos* retórico, outros elementos, a prudência, a virtude e a benevolência também vão juntos trabalhar na formação positiva do *ethos* do locutor.

O que precisa ficar claro nessa relação de *ethos* e verdade é que o *ethos* trabalha na construção social da verdade também, aliás, no efeito de verdade que os discursos podem apresentar. É mais uma vertente que se expõe como recurso de verificação da verdade, porque articula elementos que corroboram com ideário de verdade estabelecida socialmente. Aquele que se apresenta de uma maneira positiva e honesta é o sujeito da verdade, ou pelo menos, consegue persuadir os outros a pensarem assim e isso acontece no ato enunciativo no *ethos* retórico.

Já a noção de *ethos* discursivo vai além do simples ato de enunciar. Sua atmosfera é mais densa e profunda, lidando com elementos tanto discursivos como extra-discursivos. Um dos teóricos que trataram de estudar o *ethos* na Análise do Discurso foi Dominique Maingueneau trazendo conhecimento a respeito desse tema, fazendo transbordar para assuntos além dos enunciados orais e eloquências jurídicas já praticados no *ethos* retórico.

Em Fiorindo (2012), há um trecho em que Barthes (*apud* MANGUENEAU, 2005, p. 70) define a construção da imagem como “os traços de caráter que o orador

deve mostrar ao auditório (pouco importando sua sinceridade) para causar boa impressão: são os ares que assume ao se apresentar [...] o orador enuncia uma informação e ao mesmo tempo diz: eu sou isso e não aquilo”.

Na concepção de Maingueneau, o *ethos* é a imagem criada pelo discurso envolvendo aspectos próprios ao discurso e que ocorrem em qualquer ação enunciativa, seja escrita, oral ou visual. Quando o processo enunciativo acontece, uma série de elementos agirão na construção do *ethos* que conseqüentemente marca o jeito pessoal do ser social. Dessa forma, o jogo discursivo conta com aquele que apresenta e aquele que recebe o *ethos* discursivo. Juntos, eles formarão um emaranhado de significações, onde tudo que esteja ligado à formação de sentidos será recuperado e levado em conta na formação do *ethos*. É um jogo que não pode ser jogado por uma só pessoa. Isso explica a nossa necessidade de comprovar certos *ethos* consagrados na sociedade, tais como o modo médico, do professor, do padre, etc.

Essa imagem “pré-concebida” na Análise do Discurso é chamado de *ethos* pré-discursivo em que basicamente é definido como o que se sabe anterior ao processo de enunciação e que pode ser confirmado ou não pelo *ethos* discursivo. Nesse processo, o *ethos* pré-discursivo conta com dois outros elementos que o constituem, o *ethos* dito e o mostrado. O *ethos dito* é tudo aquilo que é dito diretamente sobre o interlocutor. Imagina-se que, por exemplo, o interlocutor ouça, conheça a respeito do interlocutor, uma imagem construída socialmente e que em uma oportunidade o interlocutor poderá comprovar se a imagem pré-construída é de fato aquela ou não. Isso acontecerá porque na outra extremidade do *ethos* dito está o *ethos* mostrado, é nesse momento que o interlocutor comprovará por meio daquilo que é mostrado no momento discursivo. Essa dinâmica do conhecer previamente e constatar no momento discursivo pode ser algo positivo ou não porque se pode cair na armadilha dos estereótipos, um entrave para a concepção do *ethos*.

Sendo assim, há um deslocamento entre o *ethos* da retórica e o *ethos* da Análise do Discurso. O que se nota é que enquanto um desprezava um saber extra-discursivo sobre o locutor e que se prendia ao momento da enunciação para construir a imagem do interlocutor, a A.D. não dispensará nenhum conhecimento a respeito do interlocutor, seja no momento da enunciação ou em qualquer evento em que haja a possibilidade de construir a imagem daquele que fala. Para o atrelamento do *ethos* e da verdade, chega-se ao ponto de que os discursos que ganham o status de

verdadeiro e outros de falsos também são movidos pelo *ethos* de quem o evoca. Esse saber parte da concepção de que a sociedade iniciou um processo de doutrinação das questões da verdade, determinando um saber sistematizado que envolve não só uma questão, mas um conjunto de saberes que são mobilizados, reunidos e praticados na concepção daquilo que é verdade ou não. Não se fala para isso de um elemento determinante, mas de muitos outros que agirão para determinar a possibilidade de verdade de diversos discursos, tais como: quem fala, o que fala, como fala e por último a veridicção.

Portanto, a dinâmica do jogo da verdade constrói uma atmosfera de representações que são importantes para sua efetivação. Um mundo de representações que partem de análises pessoais e subjetivas, mas que formam um conglomerado de formas, maneiras e “jeitos” em classificar o sujeito da verdade na sua coletividade. Acredita-se, de forma análoga ao teatro, que existe a criação de um personagem a manusear muito bem o ato de representar o *sujeito-verdade* numa espécie de espetáculo, só que neste caso, a vida é o espetáculo e sua atuação precisa ser tão bem realizada para convencer os espectadores daquilo que diz. O ponto importante disso é o fato de que pode haver um certo descompasso da verdade, sua essência, com o sujeito que a enuncia. Isso apresenta um viés de que a verdade possa ser dissimulada de acordo com a capacidade de representação das pessoas e o *ethos* viabilizaria essa interpretação de um sujeito-verdade e conseqüentemente da verdade em si.

3.4 VERDADE E POLÍTICA

Muitas discussões propõem analisar a relação da verdade com a política e até onde essa relação é possível nos dias em que vivemos. Essa apreensão é resultado de uma constante procura do homem em entender as dinâmicas que envolvem a verdade na sociedade como na esfera política. De uma maneira muito simplista e leiga, as pessoas acreditam não haver uma relação de proximidade, porém desconhecem os motivos que afastam uma da outra.

Tida como virtude nobre e corajosa, a verdade na política não tem o mesmo espaço que em outras esferas sociais. Como na citação acima, a verdade que está do mesmo lado do interesse será muito bem recebida e aceita, e aquela que se opõe será repudiada. O que acontece é que a verdade na política precisa concorrer com

outro elemento muito mais estimado que é o poder. Isso acaba enfraquecendo e inviabilizando sua permanência na política, transformando-a em elemento impotente. Como já citado anteriormente, a verdade antes de tudo é um cuidado que o homem deve ter consigo mesmo.

O próprio Hobbes (2008) questiona a função positiva nas relações políticas “uma verdade que mina a paz? ”, fazendo uma reflexão a respeito do caráter opositor da mentira e da verdade como se ambas por diversas vezes trocassem de papéis na busca do estabelecimento de um mundo harmônico mesmo estando na mentira. Esse pensamento desenvolve uma particularidade muito restrita a política. Os homens preferem viver na guerra conhecedores da verdade ou na paz desconhecedores dela?

No desejo da paz ou na busca incessante de poder, a verdade foi sucumbida por interesses que ora se mesclam, ora se mantém evidentes, acarretando prejuízos que a colocam em segundo plano dentro do ramo político. Segundo Arendt (2016), as verdades que estão na política são “verdades de facto”, diferentes das “verdades da razão” (verdades matemáticas, científicas e filosóficas). A verdade de facto é terreno político por excelência, é produzido pelos homens para os homens. É sensível ao poder, é refém às manobras dos homens, é passível de esquecimento, a verdade de facto está em desvantagem em relação à verdade racional porque está nas mãos dos homens e subjugada ao poder.

As possibilidades de que a verdade factual sobreviva ao assédio do poder são de fato por demais escassas; aquela está sempre sob o perigo de ser arditosamente eliminada do mundo, não por um período apenas, mas, potencialmente, para sempre. Fatos e eventos são entidades infinitamente mais frágeis que axiomas, descobertas e teorias-ainda que os mais desvairadamente especulativos- produzidos pelo cérebro humano; ocorrem no campo das ocupações dos homens, em sempiterna mudança em cujo fluxo não há nada mais permanente do que a permanência, reconhecidamente relativa, da estrutura da mente humana. Uma vez perdidos, nenhum esforço racional os trará jamais de volta (ARENDR, 2016, p. 287).

Essa verdade nas mãos dos homens faz nascer um outro elemento que atua como o contraponto da verdade, a mentira. Esse outro item que também está nas mãos dos homens e que atua de modo contrário à “verdade de facto” é mais perigoso que a mentira na “verdade racional”. Isso porque a mentira organizada para atuar de forma antagônica à verdade é construída, montada e pensada para alcançar o objetivo de desestabilizar a verdade, enquanto que essa mesma mentira na verdade racional

é mais fruto de ignorância e ilusão. Percebe-se assim o caráter antagônico da verdade frente ao poder.

Essa delicada relação entre Verdade e Política nasceu da deterioração da verdade. O filósofo, fiel aos seus ideais, sempre considerou que certas verdades eram imutáveis e eternas e que valiam tanto para os assuntos da ciência (racionais) quanto para os problemas humanos. Crível nisso, não considerou que a sociedade estabelecida era volúvel aos assuntos que a cercava. Diante desse impasse, a verdade deixou, para os homens, de ser única e eterna, surgindo o que se chama hoje de opiniões. Esse foi o primeiro ponto que enfraqueceu a relação da verdade com a política. De um lado um ideal hermético, do outro, uma sociedade que mudava continuamente de “opiniões”.

Por conseguinte, o contrário da verdade era a mera opinião, equacionada com a ilusão; e foi esse degradamento da opinião o que conferiu ao conflito sua pungência política; pois é a opinião, e não a verdade, que pertence à classe dos pré-requisitos indispensáveis a todo o poder. “Todo governo assenta-se sobre a opinião”, disse James Madison [...] (ARENDR, 2016, p. 289)

Estabelecidas de lados distintos, a verdade e a opinião foram dando contornos ao que conhecemos hoje na política moderna. De um lado, a verdade com a sua carga de superioridade e prestígio, mas ao mesmo tempo restrita a um grupo fechado e específico (naquele tempo, filósofos), tornando-se impotente para o povo. Enquanto que do outro lado, a opinião, desprovida de garantias, branda e duvidosa, conseguindo aproximar-se do povo por completo porque era mais disponível aos anseios dos cidadãos; a opinião se colocou no intermédio da verdade e da mentira, por isso agradou a sociedade.

Atrelado a esse conceito de que verdade e opinião atuam de forma a concorrerem entre si, existe um outro fator que também distingue as duas concepções. A ideia é que a verdade seja oriunda das experiências e afirmações de poucas pessoas, fazendo-se universais, ligadas a um tipo de raciocínio sólido, tangível e observável, enquanto que no outro extremo, a opinião como “eloquência poderosa”, originária das paixões e interesses humanos. Aí encontra-se o grande caos da verdade na política, distinguir a verdade de uma opinião.

De certo modo a opinião não apresenta apenas a face de vilã da verdade. O que se tinha em relação a verdade eram preceitos seguidos por todas as pessoas e

esses mesmos preceitos eram inquestionáveis fazendo com que o homem se tornasse apenas disseminador de “verdades”. O que a opinião fez foi libertar o homem moderno desse tipo de verdade dando o poder de pensar e questionar aquilo que lhe fosse conveniente antes de aceitar premissas prontas e engessadas. Esse caráter coercitivo da verdade, instigou e promoveu o nascimento da opinião. Antes vista como uma forma de poder, a verdade privava o homem de se comunicar, de ter liberdade para divergir. Foi só com a opinião que o homem moderno passou a compreender a falibilidade da razão humana.

Essa nova compreensão a respeito da falibilidade humana impôs novas organizações e arranjos baseados na fé humana e no compartilhamento de opiniões iguais. Não se media mais o que era parte da verdade racional, mas as opiniões iguais a respeito de um mesmo fenômeno evidenciando a força da opinião. Foi esse aspecto que enalteceu e destacou a opinião nos dias de hoje. O maior número de pessoas compartilhando as mesmas opiniões acaba por fortificar a opinião em jogo, e opinião forte tende a se estabelecer como verdade. O que aconteceu foi uma inversão da origem da verdade; antes partia-se da verdade criada por poucas pessoas, agora o efeito é contrário, a opinião de muitas pessoas é transformada em verdades.

O deslocamento a verdade racional à opinião implica uma passagem do homem no singular aos homens no plural, e isso significa um desvio de um domínio em que diz Madison, nada conta a não ser o “raciocínio sólido” de uma mente para uma esfera onde “a força da opinião” é determinada pela confiança do indivíduo “no número dos que ele supõe que nutram as mesmas opiniões” - um número, aliás, que não é necessariamente limitado ao dos próprios contemporâneos (ARENDR, 2016, p. 292).

Pode-se dizer que é a partir disso (verdades enfraquecidas e opiniões fortalecidas) que a verdade de facto seja incompreensível na política? A liberdade dada aos homens de pensarem e exporem esses mesmos pensamentos influenciou na problemática da falta de verdade na política. No entanto, não foi o único e nem a mais forte razão para essa questão.

O que parece decisivo nessa incerteza toda foi a capacidade do homem em transformar as verdades de facto em opiniões, e o pior foi observar que certas verdades acabaram sendo silenciadas, tratadas muitas vezes como segredos quando na verdade não eram. Lida-se na política com verdades que não precisam ser de conhecimento de todos. Segredos de estados, resoluções de conflito, e tantos outros

motivos fizeram com que existissem maneiras de lidar com a verdade. Especificamente nesse caso se percebe que não se fala em alguns conhecedores da verdade, mas da verdade pública, pertencente a todos, mas que mesmo assim sofre, conscientemente ou não, sanção das pessoas que acabam silenciando-a, transformando-a em matéria proibida, indiscutível e esquecida. Esses ajustes internos do próprio âmago da verdade, afastou-a da política.

Mas por que a verdade de facto é repelida duramente pela política? O que parece acontecer nesse caso é que existem duas forças poderosas que concorrem entre si. A política envolve poder e interesse, já a verdade exige transparência e acima de tudo um grau de honestidade superior, como dizia o velho adágio latino “Fiat justitia, et pereat mundus” (Faça-se justiça, ainda que o Mundo acabe). A verdade está acima dos homens, a política é feita pelos homens para os homens. A partir disso, pode-se dizer que a hierarquia entre verdade e política, coloca uma em degrau superior a outra. Por ser considerada indomável, coercitiva, força incontrolável, a política rechaçaria a verdade porque talvez tentasse evitar um perigo iminente, explicando assim a preferência pela opinião.

Para aqueles que as aceitam (verdades), elas não são alteradas pelas multidões ou pela ausência de multidões que acolham a mesma proposição; a persuasão ou a dissuasão é inútil, pois o conteúdo da asserção não é de natureza persuasiva, mas sim coercitiva (ARENDDT, 2016, p. 297).

A verdade sendo assim assume uma imagem de tirana no sentido de ditar e fixar, de recusar a discussão, de impor aquilo que deve ser acreditado por todos. Esse aspecto impacta com a essência política que atribui a discussão como elemento importante para o seu desenvolvimento. A política é discussão, é opinião, é o plural da verdade. A política se baseia na representação das opiniões, porque cada opinião “vestida” revela que a partir de uma série de outros pontos de vista, serve para representar uma voz, uma pessoa, um ideal. Na política, essa forma de lidar com as opiniões supre a necessidade do cidadão de se fazer presente num espaço em que não esteja de fato presente fisicamente. O cidadão raciocina a maneira mais eficaz de expor sua identidade onde não está; onde não há espaço para ali aparecer. Isso explica porque numa democracia, a escolha de uma pessoa, que represente outras, é um critério unânime para a sua composição. Essa é a responsabilidade de quem

decide representar outras; agir como se fossem as próprias na defesa de suas opiniões, liberto de interesses privados.

Até o presente momento, destacou-se a falta de concordância da verdade de facto com a esfera pública em que incide. A dificuldade da verdade de facto de não se deturpar quando se torna pública revela que os que decidem expô-la em praça pública, assumem risco de fazer com que ela se perca e se extinga. Isso acontece porque a verdade de facto não é mais evidente que a opinião. Não há nada que ateste que aquela seja a verdade de facto; sua materialidade em nenhum momento é vista e sabida de antemão. Não conta com nenhum artifício que a coloque em lugar privilegiado em relação à opinião. Isso porque quem atesta essa verdade de facto são os homens, deixando claro uma materialidade frágil da verdade. O que se vê é que uma verdade que parte dos homens para homens nunca se fará transparente, nunca será completamente lúcida. O julgamento da interpretação dos fatos é um fardo que a verdade de facto carrega consigo dificultando sua verificação.

Existe uma grande lacuna no que diz respeito a teoria da verdade de facto e sua prática. O motivo dessa grande distância entre uma e outra é novamente a relação próxima do homem na concepção dessa verdade. O que se torna digno de ênfase é discriminar o que pertence aos homens e aquilo que é superior a eles. As verdades que transcendem a categoria humana, provém de Deus, são bem acolhidas porque não passam pelo crivo da discussão. Já as verdades que nos rodeiam, as verdades que estão no mesmo patamar dos homens, essas são dignas de discussão, são políticas por natureza e não passam de consentimento humano para circularem como tal. É a partir dessas interpretações consensuais de verdades que a prática se tornou um evento muito raro. Distinta da verdade racional e científica, cuja prática e comprovação se faz de maneira natural, a prática factual esbarra nessa ordenação natural que as outras possuem. Ela tem os homens como testemunhas e interpretadores ao mesmo tempo. Sendo assim as verdades factuais são muito mais afetadas pelos homens que os outros tipos de verdade. Só se torna uma verdade factual aquilo que é observado, interpretado, consensual para todos.

O contato inevitável dessa verdade com os homens fez nascer uma outra vertente da verdade, que seria sua forma contrária, a mentira. Na verdade racional e científica existe o que se pode chamar de “erro” ou “equivoco” que ocorre quando se constrói ou deseja avaliar determinada verdade. Já na verdade factual, o que existe é mentira, um jogo político que faz com que se preze por uma narrativa falsa, errônea.

A motivação para a mentira é o jogo político em que essa verdade está inscrita. Ninguém mudaria a história se ela não fosse alvo de interesse e estivesse na “mira” de pessoas que atuassem efetivamente na interpretação de factos com cunho inteiramente político. Por isso a verdade de facto se coloca mais frágil em relação às demais verdades, configurando-se passivamente diante da mentira. Ela é a simples narração dos fatos. Não movimenta, não atua, não se posiciona. A falta de um ponto a se chegar ou então de um produto a se produzir, a coloca numa categoria secundária na estruturação dos factos na política. “O apagamento da linha divisória entre verdade factual e opinião é uma das inúmeras formas que o mentir pode assumir, todas elas formas de ação” (ARENDR, 2016, p. 309).

Se o mentiroso canaliza mais energia para o desvio da verdade, o verdadeiro precisa resistir aos interesses particulares da classe dominante na política. Sua qualidade de imparcial e íntegra, só resistirá se ela não se tornar a opinião dominante. A combinação de interesse e verdade não resiste ilesa das suspeitas e das acusações de um possível “manuseio” de fatos, isso porque compromete a boa-fé que está implícita na verdade factual. A boa-fé dos homens, que é uma qualidade da verdade, é também fator mais dificultoso e que problematiza essa questão. Quando avaliar se a boa-fé está isenta de interesses? Até que ponto, na política, o homem encara os fatos com coragem na busca pela revelação da verdade? Sem dúvida, cair-se-ia na compreensão superficial e clichê de que a verdade na política só atua baseada em interesses e consensos. Aliás não é difícil optar por essa explicação para definição da estruturação da verdade na política.

A concorrência entre verdade e mentira se estrutura por meio do que parece mais fácil nos dias de hoje. A política contemporânea tratou de aperfeiçoar a mentira por conta da liberdade que há nela. A verdade serve de base para o surgimento de opiniões, as opiniões são movimentadas, mas mesmo assim continuam passivas porque não há empenho na persuasão. Já as mentiras são ativas e funcionam de modo maleável, flexibilizadas contemplando interesses, dissipando energia. Para isso é preciso perder a noção completa de verdade e imergir completamente na mentira para que funcione de maneira próxima do real. Aliás, existem verdades que são mais rechaçadas que mentiras.

Na política há uma mudança no fabricar da mentira em relação ao tradicional e ao moderno. Antigamente o propósito da mentira era ocultar factos internos para um público externo. Considerava-se importante essa “ilusão” criada para os olhos alheios,

mas que não fazia sentido e nem havia necessidade aos olhos internos. Hoje, com o que se pode chamar de 4º poder, a imprensa, não há permissões de falhas, brechas no que diz respeito a um único facto. O que antigamente era comumente vendido aos “outros”, hoje se torna cada vez mais impossível. Aí a mentira política se reconfigura e passa também a ser exercida no âmbito geral das pessoas. Aliás, de regra, a mentira quando é acreditada até mesmo pelos que a fabricam tendem a assumir contornos mais verossímeis.

[...] o gracejador em erro que está no mesmo barco que suas vítimas parecerão imensamente superior, em merecimento de confiança, ao mentiroso empedernido que se permite gozar sua travessura de fora. Somente o autoengano pode criar uma aura de veracidade, e em um debate a respeito de fatos o único fator persuasivo que ocasionalmente tem possibilidades de prevalecer contra o prazer, o medo e o lucro é a aparência pessoal (ARENDR, 2016, p. 314).

Na grande empreitada da mentira, o maior prejuízo de todo esse empenho não é a mentira ser aceita como verdade, passar a configurar como coerente e possível, nem tampouco a verdade ser difamada como mentira. O problema mais grave é quando os princípios que guiam o mundo real começam a ser destruídos. Isso faz com que as pessoas se encaminhem para uma realidade desconhecida, perdendo o elo que as liga à verdade de facto. A noção do que é mentira e do que é verdade torna-se tênue, fazendo com que se viva num mundo estranho e com a impressão de nada saber. É preciso que a demarcação entre mentira e verdade seja aparente, mesmo que não haja certezas. É preciso que ela possa ser vista e que o aceite da mentira ainda parta do querer humano.

Em conclusão, a verdade no contexto político é estável e frágil ao mesmo tempo. A estabilidade da verdade advém do fato de que ela é a própria essência da realidade da vida, que nada cobra e nada oculta. Não há prazos para a verdade, não há contextos que a dissimulem, não há sujeitos capazes de interferir no curso natural de sua essência. É essa estabilidade tão pertencente à vida humana que o poder não conseguiu até hoje subjugar aos seus domínios. No entanto, é preciso compreendê-la como um trabalho coletivo da humanidade produzida ao longo dos anos, determinando um carácter atemporal, mas que mesmo assim apresenta fissuras em sua base que estremecem sua estrutura. As atuais conjunturas da política são essas fissuras na base da verdade. A verdade que tanto se fez presente, na política

denomina-se verdade factual, uma verdade produzida *pelos* e *para* os homens. A partir disso, advém sua problemática nos tempos modernos, porque sua superioridade despertou o interesse dos homens em dominá-la, mas como já citado, sua essência é tão próxima da vida e dos seus ordenamentos naturais que o homem compreendeu que era impossível domá-la e a partir disso, incutiu na sociedade uma premissa de que o poder e verdade concorrem lado a lado e nunca estarão juntos.

Mesmo com toda essa fragilidade, ela é única e não é substituída pelo poder. O poder não consegue resistir ao tempo quando é colocado lado a lado com a verdade factual. Inalterável, ela pode até ser destruída, mas substituída jamais. Seus fiéis adeptos precisam atuar de maneira imparcial e distante de interesses para que ela exista na política. Essa imparcialidade é fundamental para que resista ao tempo e às investidas do poder. Sem isso, sucumbiria a se transformar em opiniões e em último caso em mentiras. A sociedade fez apenas reunir mecanismos que viabilizem interpretá-la, mas que ainda não se fazem completos porque é nítido que se está diante de um elemento tão importante para a vida em sociedade, mas que não está nem perto de ser compreendido em sua totalidade.

4 SUBJETIVIDADE

Todo pensamento moderno é atravessado pela lei de pensar o impensado.
(As palavras e as coisas, Michel Foucault)

4.1 O CERNE DA QUESTÃO: SUJEITO

O objeto mais complexo e misterioso que toda a ciência já encontrou, o sujeito. Esse ser que ao mesmo tempo é o fim e o meio, jogador e alvo, caça e presa, uma fundição de tudo numa única matéria. O sujeito para Ciências Humanas, Biológicas e Exatas desempenha papel fundamental para todo o conhecimento que existe no mundo. Apesar das diferentes formas de nomeação, a qual convém para este trabalho é a denominação de Sujeito.

Apesar do conhecimento que percorre as três áreas, as determinações do nome começam a desvendar o tratamento que é dado por cada uma nas suas respectivas áreas de conhecimento. As ciências humanas voltam-se para o homem-sujeito, aquele que desempenha uma função dentro do seio da sociedade, podendo incidir vários sujeitos a partir de um só homem, de um só indivíduo. Fala-se a partir disso numa perspectiva estritamente social, o homem numa esfera composta pelo coletivo, pelo plural.

A problemática do sujeito é um aspecto novo nas Ciências Humanas. O sujeito passou a fazer parte dos estudos a partir do momento em que houve a percepção de que havia muito mais por trás do mundo físico em que ele habitava. Isso representou acuidade com os temas que o envolviam e que também explicavam muito o pensamento e suas ações na vida real. O que isso significa é que se passou a olhar não só a matéria produzida pelo homem, mas também tudo que estava envolvido no processo de criação. Seria o momento de o homem olhar para si para se explicar; desvendar o que lhe afeta, o que lhe altera e o que é produzido a partir disso.

Foucault afirma que com o surgimento do sujeito, o homem desaparece para sempre, morre. Essa concepção nunca foi posta na forma de uma escolha, mas de uma consequência do mundo moderno. A grande investida de Foucault foi olhar para o homem numa categoria mais ampla que o da individualidade e do discurso clássico. Os filósofos antigos, contemplavam um ser único e marcado por histórias pessoais de

vida. Falava-se para um determinado ser sem compará-lo a mais ninguém, as aulas lecionadas aos homens cultivavam uma vertente reflexiva como método do conhecimento. As contribuições filosóficas, na era clássica, tinham por objetivo construir indivíduos direitos e sábios para compor uma sociedade perfeita para época. O homem exercia um papel único nas suas interações sociais, um mesmo homem, um único sujeito. O homem era tido como um ser transcendental.

Na esfera transcendental, a explicação acerca do homem sempre foi afetada pela não explicação. Os estudos referentes a ele não eram claros e objetivos, tecendo um emaranhado de crenças e explicações que deixavam aquém qualquer aprofundamento teórico. Esse tempo em que o homem foi deixado de lado favoreceu para aperfeiçoamento de outros conhecimentos e apagamento da ciência do homem. As razões eram pouco investigadas e o pouco que se obtinha pela via transcendental acabava sendo suficiente para explicar a composição do homem como ser pensante. Isso nunca foi concebido como objeto de estudo porque não havia meios de conhecer e estudá-lo, fazendo com que o saber acerca do homem repousasse no terreno da ilusão.

Antes do fim do século XVIII, o homem não existia, não mais que a potência da vida, a fecundidade do trabalho ou a espessura histórica da linguagem. É uma criatura muito recente que a demiurgia do saber fabricou com suas mãos há menos de 200 anos [...] (FOUCAULT, 2016, p. 425).

Foi o filósofo Immanuel Kant que inicia uma mudança na concepção de homem na modernidade. O que ele fez foi inaugurar a ideia de que o homem é a mistura do transcendental com o empírico ao mesmo tempo. Suas contribuições impactaram para a mudança de concepção do homem que passou a ser visto também como objeto e experiência (FOUCAULT, 2016).

O quadro *As meninas do espanhol* Diego Velásquez (*apud* FOUCAULT, 2016) é uma expressão que retrata bem a questão do “duplo empírico transcendental” em que o sujeito estava condicionado na modernidade. O quadro retrata um quadro dentro do quadro, pois Velásquez além de representar a cena que via, também incluiu sua própria imagem no próprio ato de pintar. O quadro ilustra perfeitamente a essência do homem ao mesmo tempo transcendental e empírico. Para o saber moderno, o homem passou a ser o foco de todo conhecimento, passou a ser incluído na cena não por mero acaso, mas porque é parte dela, integra-a e compõe-na. A imagem do pintor

representando as *meninas* era como acontecia no campo do saber; o homem representando a história natural, a análise das riquezas e a linguagem, mas nunca voltando os olhares para si mesmo.

A função do sujeito era a representação. O mundo constituía-se das coisas representadas pelas palavras. O tratamento era simples e direto, o esforço despendido era em relacionar o que havia no mundo com as palavras numa ânsia primitiva de sua verdade, ocultando sua identidade e prezando apenas a relação do aspecto exterior com o ser humano. Isso tudo fez com que uma lacuna fosse aberta. O homem não era só representação, o homem é relação, é troca e seu movimento acontece no sentido de dentro para fora e não só de fora para dentro. O homem utiliza o que foi representado para agora ser parte delas também. Não há mais uma distância entre a representação e a sua utilização; tudo se intercambia num processo constitutivo em que agora o homem é como vive, o que produz e o que fala.

[...] o homem é dominado pelo trabalho, pela vida e pela linguagem: sua existência concreta neles encontra suas determinações; só se pode ter acesso a ele através de suas palavras, de seu organismo, dos objetos que ele fabrica- como se eles primeiramente (e somente eles talvez) detivessem a verdade (FOUCAULT, 2016, p. 432).

A compreensão do homem é feita, portanto, pelas coisas que o cercam, pela vida que leva e por aquilo que fala. Esses elementos, anteriores a si próprio, o definem como um ser pensante e como um ser finito. Não há mais mistérios e segredos, o conhecimento acerca dele é passível de entendimento por meio da vida produzida pelo próprio homem, desvendando o que o plano transcendental não fez. Porém, a questão do transcendental não fora totalmente abandonada porque os elementos positivos que fazem parte da vida do homem (linguagem, trabalho e vida) são anteriores a ele, e quanto a isso o plano transcendental era recobrado para explicá-los porque o homem só domina aquilo que parte dele. É nesse ponto que o transcendental e o empírico são acionados para atuarem juntos. Se o homem do século XVIII utilizava do conhecimento transcendental para explicar os fatos da vida, o homem do século XIX já utiliza também o viés positivo para explicar agora a si mesmo.

Essa confusão entre o transcendental e empírico recebeu o nome de “Analítica da Finitude” por (FOUCAULT, 2016). Ele situa o homem de forma finita e começa a perceber isso a partir do momento que o seu saber esbarra na positividade do

trabalho, da vida e da linguagem. O que é visto nessa teoria é de que o homem começa a compreender uma ligação intrínseca entre ele e esses elementos, limitando-o a avançar no saber por conta justamente da positividade.

Daí o jogo de uma referência reduplicada: se o saber do homem é finito, é porque ele está preso, sem liberação possível, nos conteúdos positivos da linguagem, do trabalho e da vida; e inversamente, se a vida, o trabalho, a linguagem se dão em sua positividade, é porque o conhecimento tem formas finitas (FOUCAULT, 2016, p. 436).

Dessa ligação entre homem e vida, a finitude na era clássica lançou uma crítica ao corpo, a vida, a linguagem e ao conhecimento por conta do aspecto positivo e limitados desses aspectos condicionando o conhecimento a esses aspectos. Já a era moderna inversamente a era clássica recebe como aspecto positivo a questão do limite do saber, porque isso fez com que se pudesse conhecer o homem e desvendá-lo.

É envolvido nessa trama que o homem, na analítica da finitude, “é um estranho duplo empírico-transcendental” (FOUCAULT, 2016). Duas análises são recobradas para analisar o homem. A primeira análise acerca do conhecimento do homem é ligada ao corpo, numa ênfase a um conhecimento construído no corpo do homem, em cada nervura, em condições anatomofisiológicas direcionando para uma espécie de natureza do conhecimento que está diretamente ligada ao corpo do homem. A outra forma, bem mais interessante para essa pesquisa, é de que o conhecimento advém das ilusões da humanidade na dialética transcendental, mostrando que o conhecimento era um elemento histórico, social e econômico, formado nas relações de interação dos homens. Portanto, Foucault vai lançar mão de dois olhares para analisar o conhecimento humano, uma ligada ao corpo e outra ligada à história.

Tanto uma como outra vão compor os mecanismos de compreensão do sujeito moderno e o conhecimento acerca de si. Seja pelo viés do corpo, seja pelo caminho da história, um fato é importante: o sujeito da era clássica, individual e transcendental não existe mais. A concepção de Foucault é de que o sujeito não pode mais ser encarado como uma substância. O sujeito é uma forma e pode ser modelada, adulterada e criada de uma maneira que não corresponda a sua origem. Ou seja, o sujeito passa a ser um produto social, um objeto.

[...]sujeito enquanto entidade portadora dessa essência perene, não existe. O que existe são diferentes constituições de um sujeito, que não é dado definitivamente, mas que cada instante é fundado e refundado na história (FONSECA, 2016, p. 99).

Foucault vai por meio do seu método genealógico traçar um estudo contrastivo sobre o sujeito da era clássica e o sujeito moderno. Para estabelecer essa comparação, Foucault expõe como o sujeito transformou-se nos “sujeitos” que habitam o homem. Se antes havia uma moral e uma ética que constituía o sujeito clássico, vemos um sujeito agora regido pela individualidade e pela norma. A moral e a ética serão aspectos recobrados para uma ressignificação e o cuidar de si, tão presente na era clássica, será outro ponto abordado por Foucault.

Ao abordar o conceito de sujeito *foucaultiano*, faz-se necessário elucidar o primeiro ponto de interesse: indivíduo ou sujeito? Foucault é cauteloso ao empregar o termo sujeito diferente de indivíduo, porque não quer que se pense que o termo indivíduo constitui um erro no tocante ao termo sujeito. Foucault numa entrevista para Gilles Barbedette é questionado se os gregos não teriam formulado uma teoria para o conceito de sujeito e talvez perdido por conta do cristianismo. Foucault responde afirmando que os gregos não teriam uma teoria para o termo sujeito. Além disso, ele cita que os gregos talvez tenham almejado definir as condições que se davam as experiências dos indivíduos, mas não pensaram em termos de sujeito e sim de indivíduos já que fica claro que eram “mestres de si” (FONSECA, 2016, p. 29).

Chega-se ao primeiro ponto sobre a concepção do sujeito para Foucault. Ao dizer que o indivíduo era aquele dono de si, afirma que o sujeito não teria essa característica, ou melhor, seria o oposto disso. Sendo assim propõe-se pensar num sujeito preso a algo, ligado por inúmeras questões que o limitam e o determinam. Dentro dessas questões estariam indivíduo e sujeito formados por processos diferentes, cujo interesse e a atuação também são distintos. O que se existe de fato é um indivíduo formado por dois processos concorrentes: objetivação e subjetivação. No processo de objetivação, o indivíduo transforma-se em objeto dócil e útil. No processo de subjetivação, o sujeito. Esse sujeito que concorre com indivíduo-objeto seria para:

Designar o indivíduo preso a uma identidade que reconhece como sua, assim constituído a partir dos processos de subjetivação. Esses processos, justapostos aos processos de objetivação, explicitam por completo a identidade do indivíduo moderno: objeto dócil-e-útil e sujeito (FONSECA, 2016, p. 30).

A identidade reconhecida pelo sujeito se dá nas relações de poder e saber. Essas relações que envolvem o poder constroem os “sujeitos” modernos que hoje configuram socialmente. Além do poder, o saber também produz “sujeitos” que não mais estão paralisados no tempo e no espaço como no tempo clássico.

Entre os objetivos de Foucault, existe o interesse em destacar três elementos (poder-saber-sujeito) que estão intimamente atrelados por conta das relações de poder nas práticas sociais que fomentam domínios de saber e conseqüentemente, fazem nascer novos tipos de sujeitos.

O primeiro ponto para o sujeito se reconhecer como tal se refere a questão do sexo. O indivíduo toma consciência da sua sexualidade e compreende aquilo que é pertinente a ela e aquilo que não é. Essa tomada de consciência é processo novo, porque por muito o homem não “sabia” nada sobre essa questão, apenas aceitava o que muitas vezes era determinado por “três grandes códigos: direito canônico, a pastoral cristã e a lei civil.” É o saber médico que promove a discussão a respeito do sexo além dos parâmetros matrimoniais, e conseqüentemente a respeito do sujeito também. A fartura de discursos e de novos saberes a respeito do sexo, constrói o sujeito da atualidade, porque só um indivíduo consciente da sua sexualidade, pode configurar socialmente e assumir as rédeas da sua vida. Esse foi o primeiro ponto que Foucault sinaliza para a constituição do sujeito moderno.

Por fim chega-se ao sujeito moral, aliás, o sujeito moderno não é um sujeito moral. Para esse ponto, Foucault vai buscar compreender a moral como

Conjunto de valores e regras que são propostos aos indivíduos e aos grupos por diferentes aparatos prescritivos (a família, as instituições educativas, as igrejas, etc.) Por outro lado, pode-se entender por “moral” os comportamentos morais dos indivíduos à medida que se adaptam ou não às regras e aos valores que lhe são propostos (CASTRO, 2009, p. 155).

Por meio dessa definição, pergunta-se por que o sujeito moderno é desprovido de moral visto que de acordo com o conceito, ele atende aos preceitos determinados? O que interessa para o autor no conceito de moral é que existem três elementos que a compõem: a substância ética, os modos de sujeição e as formas de elaboração do trabalho ético. São esses três elementos que formam o sujeito moral e Foucault se dedica a abordar a questão da ética para afirmar que esse item é o que falta ao sujeito moderno. Não há dúvida que o sujeito moderno consiga atender em parte o que Foucault nomeia moral, mas percebe-se que o que acontece na atualidade é que o

sujeito tem uma moral baseada na norma, nas regras e no medo da possível punição. Não há atualmente um trabalho semelhante ao que era desempenhado na Antiguidade com a Cultura de Si consagrado por Sócrates que faz parte da ética. O cuidado de si proposto pelo autor não é apenas “ conhecimento de si ”, mas

O indivíduo circunscreve a parte dele mesmo que constitui o objeto dessa prática moral, define sua relação ao preceito que segue, fixa certo modo de ser que quererá como realização moral de si mesmo. E, para fazê-lo, atua sobre si mesmo, empreende o conhecimento de si, se controla, se põe à prova, aperfeiçoa-se, se transforma (FOUCAULT, 1984 *apud* CASTRO, 2009, p. 156).

Portanto, a Moral foucaultiana está distante de ser um elemento regido pela norma. O sujeito deve agir baseado numa relação intrínseca para alcançar uma moral adequada. O fato é que o sujeito moderno realiza suas ações baseado no que está fora de si, no que pertence ao externo e não mais numa relação única consigo mesmo.

4.2 A SUBJETIVIDADE NA POLÍTICA

Adentrando nos caminhos que se deve percorrer, chega-se a questão da subjetividade na esfera política. O mote que orienta essa reflexão, encaminha-se pela pergunta: como os indivíduos se veem sujeitos políticos e quais os mecanismos criam esse sujeito político? Todo indivíduo torna-se sujeito político por conta dos mecanismos utilizados que o colocam nessa condição. Sua sexualidade, sua raça, sua classe social são alguns dos mecanismos que o fazem conscientemente buscar sua identidade diante das subjetividades apresentadas. Não há indivíduo que seja indiferente ao que lhe é apresentado, porque todos os elementos estão intimamente ligados na construção identitária do homem.

O sujeito pensado por Foucault é um sujeito consciente da sua sexualidade pelo saber científico. Consciente da sexualidade, encontra maior liberdade para lidar com os desejos e adversidades do sexo. É produto de uma sociedade, porém constrói cotidianamente sua trajetória de conhecimentos.

Outra subjetividade importante na esfera política diz respeito às questões envolvendo a raça. A identidade biológica do indivíduo o direciona para a compreensão da sua identidade racial, recobrando além das explicações biológicas,

questões históricas também, colocando-o no centro de discussões acerca do convívio entre todas elas, até mesmo uma submissão racial.

A última subjetividade política está atrelada à consciência de classe que os indivíduos têm de si mesmos. Por meio dessa subjetividade, os sujeitos caracterizam-se em determinados grupos, revestem-se de ideologias que os caracterizam e manifestam socialmente suas crenças de modo que estabeleça uma organização social baseada nessa estratificação.

Essas três subjetividades concorrem com várias outras que o cenário atual produziu nos últimos tempos, mas por serem subjetividades centrais acabam sendo alvo de um maior empenho na política. Na verdade, são três formas de o indivíduo se enxergar como um sujeito político, responsável pelas decisões da cidade, estado e país. Se antes, a política, segundo Foucault, era apenas para alguns que se dedicavam a “cuidar de si” e conseqüentemente estavam “aptos” a cuidar dos assuntos referentes à política, hoje essa responsabilidade está dividida em toda a sociedade que de uma maneira ou de outra atua no propósito de cooperar para um bom gerir da *polis*.

Dentro da esfera política, as subjetividades ganham uma configuração muito particular. A melhor imagem que traduz o palco em que acontecem essas relações é a imagem de uma guerra, aliás, “[...] a política é a guerra continuada por outros” (FOUCAULT, 2010). O fato das subjetividades atuarem de forma distinta na política é atribuído aos constantes embates que existem no seio social e a diferentes discursos. A “guerra” que é mais conveniente neste trabalho não se refere à guerra com armas, mas a uma guerra social constante que vive no seio de toda sociedade.

O discurso de raça, configurado por Foucault como “Guerra de Raça”, evidencia a construção de um sujeito que encontre maneiras de lutar por sua raça e pelo domínio social. Esse discurso gera a construção de uma subjetivada apoiada nos discursos de guerra de uns contra outros, onde não existem sujeitos que façam parte do mesmo campo de batalhas. Todo sujeito é adversário de alguém. Baseado nisso, os discursos iniciam a moldar os indivíduos para uma identificação “efeito de partido, o pertencimento a um grupo, a uma escola, [...] tudo nos remete às condições de formação do sujeito ... pensadas, porém, em termos sociais” (FOUCAULT, 2004, p. 40).

A atuação do sujeito e a criação de uma respectiva subjetividade no discurso político se deve à sua sujeição nas questões raciais enfatizadas e recobradas pelo

plano político. Não é o caso de pensarmos que o sujeito racial apareça somente na política, mas que é explorado enfaticamente nesse âmbito por questões que envolvem história e política concomitantemente. A função da história no discurso das raças é reavivar as derrotas e as vitórias, fracassos e êxitos, sucessos e insucessos, concordando com o que escreve Foucault (2010) é “um feixe de elementos morais e psicológicos (coragem, medo, desprezo, ódio, esquecimento)” em prol de constituir a trama permanente da sociedade. Politicamente, existe um discurso onde o sujeito que aparece assume a posição de um *eu* ou um *nós* que reclama por um direito constitutivo da sua raça. É nessa atmosfera que a subjetividade do sujeito racial será formada. Baseados em direitos marcados pelo sentimento de propriedade, de conquista, de natureza, de vitórias, os sujeitos começam a agir a partir de um *eu*, rumo a um *nós*.

Faz parte desse discurso a noção chamada por Foucault de teoria da soberania que não só discute a dissimetria racial como também a relação da soberania de um povo. Nessa construção há um desejo incessante de incutir no sujeito os sentimentos de orgulho, paixão, além da crença de superioridade de seu povo. A forma de incutir esse sentimento é por meio de um discurso de mitos e saberes, crenças e tradições sobrecarregados nos sentidos a fim de provocar no sujeito

[...] a grande esperança do dia da desforra, à espera do imperador dos últimos dias, do *dux novus*, do novo chefe, do novo guia, do novo Führer; a ideia da quinta monarquia, ou do terceiro império, ou do terceiro Reich, aquele que será ao mesmo tempo a besta do Apocalipse ou o salvador dos pobres (FOUCAULT, 2010, p. 48).

Todo esse discurso tanto funciona para o lado vencedor como também para o lado perdedor. Sempre existirá uma cobrança de raça e uma cobrança de soberania vista principalmente na política.

Os aportes teóricos de Foucault discutem sobre uma Guerra das Raças que perdurou até o fim do século XIX e num outro momento passou a assumir um discurso racista. No início a questão estava voltada para a soberania de um povo com o passar do tempo não havia mais guerras e disputas por território como nos séculos anteriores e o discurso foi reconfigurado para agir sobre a própria população por meio do acirramento racial.

O que Foucault afirma é o fato da história ter a função de desenvolver a *história de soberania* que muito serviu para a Guerra das raças. Através das narrações gloriosas de disputas e vencedores, a história deu voz apenas para os feitos gloriosos

dos reis e das grandes tomadas de territórios, onde o brilho de um povo era ressaltado enquanto que a derrota e humilhação de outros eram silenciadas. É no final do século XIX o discurso muda e a *contra-história* muda seu olhar para os povos derrotados e humilhados. Chamada de contra-história, Foucault diz que sua função não é dar voz ao brilho, mas “vai falar do lado da sombra, a partir dessa sombra”. Ela vai ser o discurso daquele que não têm a glória, ou daqueles que “[...] perderam e se encontram agora, por uns tempos talvez, mas por muito tempo decerto, na obscuridade e no silêncio” (FOUCAULT, 2010 p. 59).

Destarte, existem, na subjetividade relacionada à raça, dois discursos que concorrem na composição do sujeito, o da soberania com um apego ao valor do povo destacado por meio da grandiosidade dos feitos e das batalhas e o outro que seria o “oposto”, destacando o que foi silenciado e perdido. Os dois discursos seriam formas de afetar o sujeito de duas maneiras: pela glória ou pela dor. Ao sujeito caberia o reconhecimento e a identificação de um desses discursos como sendo seu.

Os discursos atuantes nessa subjetividade apresentam também finalidades diferentes. O discurso do vencedor é produzido para falar de poucos homens, o discurso do perdedor fala de muitos; a finalidade do primeiro é subjugar a nação aos feitos de alguns homens ressaltando a glória e capacidade heroica de luta, essa característica não une o povo, apenas ressalta a necessidade que se tem de contar sempre com a imagem do herói. Já o outro discurso faz parte do outro lado, o lado vencido e mostrará a violência sofrida, os abusos cometidos e as injustiças realizadas; nesse discurso a finalidade seria de união dos homens a fim de dar um novo rumo à história contando suas derrotas, exílios e servidões.

Portanto, ao que diz respeito à soberania discutida por Foucault, constata-se que existem dois discursos “opostos” que constroem a subjetividade ligadas à raça. O discurso da história de “tipo romano” é o discurso das vitórias e consagrações de homens na justificação do poder a eles delegado prezando pela pacificação e pela ordem. O outro discurso, de tipo bíblico, arruína o poder dos grandes líderes, questiona o poder implantado e provoca a sociedade a declarar “guerra às leis”. Na visão panorâmica da história, o discurso de tipo bíblico expõe uma ruptura com as grandes peripécias até então reconhecidas.

É importante compreender que apesar da origem do discurso da luta de raças pertencer aos oprimidos através da busca de uma história reivindicada pelo povo, ele também serviu ao outro grupo e passou a assumir diferentes direções da

materialidade da sua origem, sendo um discurso que funciona politicamente em várias direções “Portanto, mobilidade, polivalência desse discurso: sua origem, no final da Idade Média, não o marcou suficientemente para que só funcione politicamente num sentido” (FOUCAULT, 2010 p. 65). O desenvolvimento desse discurso deixou de ser apenas usado pelos vencidos e oprimidos, mas foi ressignificado e passou a ser usado pelo grupo que faz oposição ao poder, ou seja, o discurso da luta de raças hoje no século XXI é explorado de diferentes formas, marcado pelo fato de sempre ser provocado por um posicionamento de oposição ao poder.

A subjetividade advinda do discurso das raças, portanto, é fundada na luta das raças discutida por Foucault que se iniciou com o discurso histórico que enaltecia homens, destacava rituais, promovia a vitória e a coragem. A *contra-história* abriu caminho e deu voz ao discurso dos reprimidos, silenciados e vencidos destacando a ruptura histórica, mas além disso recobrando direitos. O fato importante que advém desses dois discursos é que ambos construíram subjetividades que circulam juntas, pois há os que se identificam com as subjetividades dos vencedores e outros a dos vencidos, fazendo o sujeito buscar um local que assegure sua existência. Para a esfera política, esse elemento mexe e articula toda a dinâmica estrutural do discurso, pois ao recobrar essas subjetividades, há uma tendência à exploração ao máximo de seus sentidos com a finalidade política. Ao fazer o sujeito se posicionar entre essas duas subjetividades na escolha de uma, espera-se que ele (eleitor) aja de acordo com o significado que cada uma carrega, portanto é mais um ponto explorado na esfera política. A subjetividade relacionada às raças é um dos pontos evidenciados nos discursos políticos, além de outros discursos como o discurso de classe. Aliás, Marx confessa a Engels numa carta que tudo que precisavam para a luta de classes encontrariam na luta das raças narrada pelos historiadores franceses “Mas, nossa luta de classe, tu sabes muito bem onde a encontramos: nós a encontramos nos historiadores franceses quando eles narravam a luta das raças” (Carta de K. Marx a J. Weydemeyer de 5 de março de 1852 *apud* FOUCAULT, 2010 p. 67).

A subjetividade relacionada aos discursos sobre consciência de classe é também evidenciada na esfera política porque cobra dos sujeitos uma tomada de posição ativa e operante nos assuntos referentes ao desenvolvimento político, invocando o sujeito a tomar para si uma responsabilidade social. Foucault desenvolve a ideia de que o sujeito é subjetivado por meio das identidades sociais e é no discurso político que a visibilidade dessas subjetividades aumenta e reforça essas mesmas

identidades. Sendo assim, é essência política a constituição de sujeitos em classes distintas.

Jean-Paul Sartre em 1961 foi convidado para um encontro com estudiosos italianos no Instituto Gramsci na Itália. As discussões desse encontro falavam da subjetividade no âmbito da filosofia marxista, mas também discorriam a respeito da objetividade como elemento importante na constituição subjetiva, constituindo-se formas de práxis coletivas. O que Sartre propôs foi discutir estudos de caso que abordavam subjetividades socialistas, como também discutiam outras subjetividades ligadas à burguesia, proporcionando assim uma visão panorâmica da relação da subjetividade e da consciência de classe.

Ao refletir sobre a consciência de classe, acredita-se que se fala de um completo domínio voluntário do sujeito em relação à sua subjetividade, como se fosse possível determinar o que sou e o que devo fazer diante da realidade. O que é importante salientar é que a subjetividade não se relaciona imediatamente com o sujeito, mas com uma interioridade independente do sujeito “ação interna, de um sistema, de um sistema em interioridade, e não de uma relação imediata com o sujeito” (SARTRE, 2015). Até neste ponto a subjetividade se mantém separada do sujeito. O que se discute é o fato da ideia de que a consciência de classe seria um domínio total da subjetividade por parte do sujeito, mas o que Sartre prova é que ela não está submissa ao sujeito, como se fosse possível controlá-la e determiná-la.

O sistema de interioridade aqui desenvolvido é o que se entende por

Um sistema material é definido como tendo um interior ou, se preferirem, como delimitando um campo no universo real, quando a relação de suas partes entre elas passa pela relação de cada uma com um todo. Reciprocamente, o todo é o conjunto das partes da medida em que esse conjunto interfere com o todo nas relações que as partes mantêm uma com as outras (SARTRE, 2015, p. 33).

A teoria de Sartre é de que existem dois elementos que formam concomitantemente o homem e interferem na sua subjetividade. De um lado existe o estatuto orgânico como um sistema de interioridade e do outro um estatuto inorgânico formado pela exterioridade. O sistema inorgânico interfere, mexe e influencia no sistema orgânico, da interioridade. Esse contato com certeza altera a práxis, porque as relações entre esses dois sistemas (interno e externo) do ser resulta na

interiorização do exterior. Uma forma de interiorizar o que está fora de mim a ponto de influenciar na constituição do todo.

Nessa tentativa de mediar esses dois polos, uma característica importantíssima para a subjetividade pura é o não saber por parte do homem. É por meio do desconhecimento que é possível identificar a subjetividade humana e principalmente compreender sua relação com a consciência de classe. Para ilustrar, Sartre relata um estudo de caso que consistia no antissemita que não se declarava como tal, mesmo num evento nazista em 1933, o antissemita não assume que é antissemita, mas permite-se apenas apontar alguns “defeitos” dos judeus. Perguntado se era antissemita, o homem afirmou que não. O caso relatado esclarece como a subjetividade do antissemita não se revela a ele, mas nas suas ações. Percebe-se que a sua consciência o condena a assumir-se como tal, por isso podemos falar em “não saber”, mas a subjetividade pura sempre vem à tona. Num outro caso muito semelhante, um operário contradizia tudo que um amigo de Sartre, comunista, dizia. Uma espécie de antipatia “gratuita” e isso o deixava intrigado pelo fato de não compreender aquilo.

O que aconteceu com o operário é que ele passou do “não saber” para o “saber” tomando consciência de que o “não gostar” era resultado do amigo de Sartre ser Judeu, descobrindo, portanto, ser antissemita. O que Sartre nos prova com a discussão desses dois casos é que a subjetividade está no campo desconhecido da consciência e que o acesso a ela se dá pelas ações e não por aquilo que se acredita ter consciência. Outras conclusões é que a partir do momento que o *não saber* se torna consciência, já não é mais possível falar em subjetividade, mas de objetividade, porque passa a título de objeto.

Essa noção de subjetividade no âmbito da teoria marxista encaminha para o pensamento de que a consciência de classe, proletariado e burguês, é uma questão mais objetiva que subjetiva, visto que aquilo que tenho consciência é na verdade um material do objetivismo e não do subjetivismo que, segundo Sartre, é inacessível à consciência do homem.

O que vem à tona após a constatação é que o subjetivismo de classe na esfera política se transformou em objetivismo num movimento de dentro para fora e que nunca mais será possível agir de forma espontânea e injustificada, porque a subjetividade foi transformada em matéria, em objeto.

[...] coloca-o na objetividade dentro de um grupo, introduz um sistema axiológico de valores, o que lhe promete um futuro e lhe impõe um compromisso: “se sou antissemita” isso significa “detesto judeus”; quer dizer que na próxima semana, quando eu encontrar um, também vou detestá-lo. [...] Enfim, acontece que, nesse momento, o próprio objeto é radicalmente diferente como objetivo; torna-se compromisso, conduta objetiva, objeto de juízo de valor, relação com toda a comunidade, hipótese para o futuro; já não temos nada a ver com aquele momento, que era o da subjetividade, no qual o único objeto era aquele indivíduo que havíamos considerado judeu (SARTRE, 2015, p. 38).

Uma problemática surge no que diz respeito ao *não saber* como item primordial da subjetividade: “Como será então possível falar da subjetividade sem fazer dela um objeto?” A subjetividade é um trabalho da interiorização do exterior, é matéria interna e distante, no entanto, é possível reconhecê-la da melhor maneira possível por meio do resultado do trabalho e das práxis, em resposta a uma situação. O conceito disso consiste em identificar a subjetividade por meio das diferenças das respostas esperadas. A resposta a essas situações nunca estará em perfeita sintonia com a demanda objetiva, por isso pode estar aquém ao esperado ou ao lado, ser menos ou mais, mas nunca no lugar preciso da demanda objetiva, é isso que caracteriza a subjetividade “ A subjetividade está fora, como característica de uma resposta, e na medida em que é um objeto que é constituído, como característica de um objeto (SARTRE, 2015, p. 41) São as diferenças ao que é esperado que revelam subjetividades.

O que impulsiona a teoria de Sartre a qual satisfaz o respetivo trabalho é que se acredita estar diante de objetividades e não subjetividades quando se fala em *Subjetividade de classe* na esfera política. Defende-se a ideia de que o sujeito é regido por um sistema objetivo que o cerca a fim de que assuma os modelos disponíveis e sugeridos na sociedade. Isso acontece porque se compartilha a ideia de que a subjetividade pertence à ignorância, a não consciência, sendo um elemento presente na sua vida, porém desconhecido no âmbito da consciência. O resultado da consciência dessa “subjetividade” é de uma práxis baseada num saber teórico e tratada de certa forma com distanciamento.

Portanto, de que subjetividade se fala? A construção das subjetividades de classe no âmbito político é importantíssima para guiar uma ideologia política. Apesar de acreditar em que o sujeito está diante não de subjetividades, mas de objetividades criadas a fim de padronizar ações e instaurar modelos a serem seguidos, a sociedade

organizou-se dessa forma e a concepção de subjetividade como elemento desconhecido não seja tão bem compreendido como deveria ser. Apesar dos percalços da subjetividade/objetividade, Sartre toca num ponto importantíssimo e muito bem acolhido: a transformação sofrida pelo sujeito diante da subjetividade que ele julga ser a sua. Acredita-se fielmente que a partir do momento que a subjetividade passa a ser objeto, ela deixa de ser um elemento único e particular e passa a ser plural e geral.

Dessa maneira, compreende-se que ao tratar de subjetividades não basta apenas a “consciência” de ser dessa ou daquela classe para que isso se confirme. Ao se autoclassificar proletariado, trabalhador ou burguês, emite-se uma consciência rasa e superficial daquilo que realmente é. A consciência do que sou já está distante de ser subjetiva porque virou objeto social “quando a consciência, em níveis superiores, faz da subjetividade seu objeto, essa subjetividade torna-se objetividade” (SARTRE, 2015), passível de classificação e esse saber interfere, aprisiona e determina como deverei ser socialmente ou como espera-se que eu seja. Uma fala, um gesto, tudo é meticulosamente avaliado, determinado e classificado dentro da práxis. No entanto, o sujeito expõe sua subjetividade também num gesto, numa fala ou numa ação espontânea e ingênua, porém é numa espécie de contraste entre o aquilo que se espera e aquilo que realmente é, que se encontra a subjetividade humana. São essas diferenças que permitem reconhecê-la.

Outro dispositivo discursivo produtor de subjetividades é o dispositivo da sexualidade. As questões sobre o sexo movimentaram saberes, reconfiguraram práticas e produziram verdades e discursos ao longo da história. O discurso político também se utiliza do dispositivo da sexualidade para construir os sentidos do seu próprio discurso. A problematização da sexualidade está diretamente relacionada com estratégias políticas que construíram e moldaram a sexualidade humana na história. Foucault em suas obras destaca a falsa ideia em acreditar que as questões do sexo estariam na ordem do natural e espontâneo, e afirma que a construção da sexualidade sempre foi um problema político. Isso talvez justifique o fato da presença constante no discurso político do dispositivo da sexualidade e junto com isso estaria também a utilização de subjetividades, de modo a agirem juntas na reafirmação de ideologias e na persuasão eleitoral.

O sexo sempre se configurou na sociedade ocidental como um tabu. Tratar desse assunto ainda é delicado e cercado de censuras e restrições. Isso aconteceu

por conta de todo o aparato político dedicado a moldar e normalizar os assuntos da sexualidade. Uma série de técnicas e normas foram pensadas para determinar o que era permitido falar sobre esse assunto. Essa construção foi tão eficaz que até hoje está presente nas relações sociais e recebe o exame cuidadoso e vigilante da sociedade.

A sociedade nem sempre se posicionou dessa maneira. Segundo Foucault, os códigos de conduta não estavam tão preocupados em determinar como as pessoas deveriam ser, sexualmente, e também o que poderiam falar. Sendo assim, a política sexual foi um produto político do século XIX, iniciando um modelo de conduta para os assuntos que tratavam do sexo. Atualmente as questões sexuais encontram mais liberdade, mas com certas limitações resultantes da implantação dessas normas. A preocupação era tanta com o sexo humano que foi preciso produzir normas para estabelecer limites do que era aceitável e inaceitável na sexualidade. Certamente as medidas criadas nasceram como uma estratégia de controle e normalização, porém o resultado dessa censura foi uma busca incessante de verdade e saber, fazendo com que o dispositivo sexual fosse prolífico.

Aliada às questões políticas, o poder também foi uma das instâncias que esteve diretamente ligado ao modelo de conduta sexual implantado no século XIX. A cobrança da sociedade era de saber mais a respeito do sexo, no entanto, era preciso determinar qual instituição social se encarregaria de disseminar a verdade baseada no poder-saber que ela possivelmente detinha. As principais instituições sociais que aparecem com a responsabilidade de verdade e saber são a igreja e a medicina. A igreja é a instituição que iniciou toda a história da verdade por meio da confissão. Essa técnica é um dos rituais mais importantes para a produção da verdade “O homem, no Ocidente, tornou-se um animal confidente” (FOUCAULT, 1988, p. 59) e além da esfera religiosa, a confissão também passou a ser a técnica usada em outras esferas como a jurídica e a médica.

Ora, a confissão é um ritual de discurso onde o sujeito que fala coincide com o sujeito do enunciado; é, também, um ritual que se desenrola numa relação de poder, pois não se confessa sem a presença ao menos virtual de um parceiro, que não é simplesmente o interlocutor, mas a instância que requer a confissão, impõe-na, avalia-a e intervém para julgar, punir, perdoar, consolar, reconciliar; um ritual onde a verdade é autenticada pelos obstáculos e as resistências que teve de suprimir para poder manifestar-se (FOUCAULT, 1988, p. 60).

A *scientia sexualis* é contemporânea à confissão realizada no âmbito religioso. O sexo passou a ser um objeto médico e por isso passou a ser do encargo da ciência que propôs pensá-lo dentro de um contexto patológico a fim de elucidar e conter possíveis distúrbios sexuais. No entanto, essa ciência por muito tempo ficou submissa a uma moral dominante, tapando os olhos, silenciando diagnósticos, empregando um cerceamento discursivo.

Diante dessas instancias sociais que se encarregaram de disseminar “verdades”, mas com objetivos distantes do próprio conceito de verdade, as estratégias de conter a produção discursiva do sexo acabaram por fomentar discursos criando o efeito contrário ao que era esperado. Se falar do sexo estava restrito às confissões, sempre num tom de segredo e extremo pudor numa tentativa de extirpar sua proliferação, o efeito foi totalmente contrário. A partir dessa manobra de censura, o discurso do sexo passou a ser mais e mais evocado pela sociedade.

Controle também das enunciações: definiu-se de maneira muito mais estrita onde e quando não era possível falar dele; em que situações, entre quais locutores, e em que relações sociais; estabeleceram-se, assim, regiões, senão de silêncio absoluto, pelo menos de tato e discrição: entre pais e filhos, por exemplo, ou educadores e alunos, patrões e serviçais. [...] Em compensação, no nível dos discursos e de seus domínios, o fenômeno é quase inverso. Sobre o sexo, os discursos — discursos específicos, diferentes tanto pela forma como pelo objeto — não cessaram de proliferar: uma fermentação discursiva que se acelerou a partir do século XVIII (FOUCAULT, 1988, p. 21-22).

Compreender as questões sobre o sexo conduz nosso percurso à problemática que sustenta a temática sobre a diferença entre os sexos. O entendimento da diferença entre homem e mulher acontecia por meio do modelo *one-sex-model*². A mulher era entendida como um homem invertido anatomicamente, ou seja, a vagina era um pênis, a vulva um prepúcio e os ovários eram os testículos. Esse pensamento do século XVIII revela o pensamento de que a mulher era o homem imperfeito na questão anátomo-fisiológica, e que essa imperfeição percorria outras esferas, além da questão anatômica. Isso explicaria a inferioridade destinada a mulher em comparação ao homem. No século XIX, o modelo *one-sex-model* foi substituído pelo modelo *Two-sex-model*³ que tem por finalidade realizar uma diferença ideológica-política e não mais anatômica; concebia-se uma diferença ética e moral entre os

² Thomas Laqueur *apud* Silva, 2000.

³ Thomas Laqueur *apud* Silva, 2000.

sexos, determinando o comportamento adequado aos homens e mulheres no contexto capitalista e burguês. Mesmo com o reconhecimento do sexo feminino, a mulher estava ligada a finalidade de complementar o homem, como se estivesse num papel de coadjuvante, secundária, ainda inferior e submissa. A diferença sexual entre homens e mulheres iniciada pelo one-sex-model vai desencadear uma série de especificações acerca das qualidades morais, intelectuais e sociais que correspondem ao homem e à mulher, além de fundar as diferenças de gênero.

As diferenças de gênero no século XXI trouxeram para a sociedade inúmeras contribuições no que tange a compreender e aniquilar preceitos “preconceituosos” sobre a diferença de gênero, em especial submissão feminina. Até a atualidade, a sociedade “normalizou” o que pertence ao universo feminino e masculino, mas a crise sobre isso não pôde ser evitada e aquilo que era ilegítimo pode ser pensado também como legítimo na perspectiva real do século XXI. Os questionamentos trazidos à superfície favorecem repensar que a questão de gênero foi baseada numa questão biológica, favorecendo um discurso apoiado nisso, no entanto, hoje a questão de sexo, gênero e sexualidade está amparada pela liberdade de novos instrumentos discursivos que atuam para contribuir com um novo pensamento sobre a diferença entre masculino e feminino, como afirma a filósofa Judith Butler (2003, p. 38 *apud* FIRMINO; PORCHA, 2017). Para Butler, as pessoas só se tornam inteligíveis quando identificam seu gênero em conformidade com padrões de inteligibilidade de gêneros. A inteligibilidade de gênero, segundo a autora, é quando há coerência entre sexo, gênero, prática sexual e desejo.

Na política do século XXI, a sexualidade continua objeto de conhecimento e item importante na estratégia política. A normalização da homossexualidade é o grande cerne da sexualidade na política de hoje. Ainda somos uma sociedade que trata os discursos sexuais com certo pudor e discrição, no entanto, no contexto político a lógica heteronormativa começa a ser insuficiente para tratar da sexualidade humana. A homossexualidade se limitava a ser classificado como apenas a sodomia, uma prática sexual. Com o passar do tempo

O homossexual do século XIX torna-se uma personagem: um passado, uma história, uma infância, um caráter, uma forma de vida; também é morfologia, com uma anatomia indiscreta e, talvez, uma fisiologia misteriosa. Nada daquilo que ele é, no fim das contas, escapa à sua sexualidade. Ela está presente nele todo: subjacente a todas as suas condutas, já que ela é o princípio insidioso e infinitamente ativo das mesmas; inscrita sem pudor na

sua face e no seu corpo já que é um segredo que se trai sempre (FOUCAULT, 1988, p. 42).

Segundo (FOUCAULT, 1986), “[...] a sexualidades periféricas provocam a incorporação das perversões e nova especificação dos indivíduos”, significando que o homossexual no discurso político como em outros dispositivos discursivos exigiu que sua condição fosse incluída no mesmo nível da heterossexualidade. Mesmo que se entenda que o homossexual não deixa de ser homem ou mulher por conta da sua sexualidade, uma nova ordem discursiva precisou ser criada para alcançar essa nova estrutura sexual. Diante dessa reorganização, o discurso político preocupou-se em incluir no dispositivo político, discursos que atentavam para a subjetividade homossexual também.

Além da inclusão da homossexualidade nas subjetividades tratadas no discurso político, as subjetividades heterossexuais também sofreram com uma nova estrutura discursiva. Os questionamentos giram em torno do novo papel exercido pela mulher e pelo homem no cenário atual. Sabe-se que a modernidade, a industrialização inclui a mulher num novo cenário social e atentos a isso, o dispositivo político também evoluiu e passou a reordenar a subjetividade feminina. De que mulher se fala? Para qual mulher se fala? Essas inquietações são as mesmas pensadas pelas próprias mulheres. Parece que vivemos num momento que muitas ressignificações são feitas e atualizá-las implica necessariamente em reconfigurar a subjetividade feminina. Como nada escapa ao crivo político, os discursos deram conta que isso merece destaque e cada vez mais a política recobra a subjetividade feminina nos discursos políticos.

Quanto à subjetividade masculina, a história sempre abordou o homem como um líder dotado de virilidade e responsável pelo comando familiar, além de outras especificidades morais. Assim permanece a subjetividade sexual masculina aos olhos do dispositivo político, valorizando esse aspecto no intuito de perpetuar um simbolismo inerente ao homem. Muito mais hoje que antes, as subjetividades masculinas atuam em meio a uma crise de sexo-gênero. O homem da atualidade valoriza as subjetividades masculinas porque o temor das subjetividades homossexuais e femininas o atormentam e ameaçam sua posição social de prestígio. Para essa subjetividade são destinados discursos que cumprem a finalidade de reiterar um simbolismo típico da figura masculina reforçando sentidos para

preservação de uma identidade, algumas vezes, preconceituosa equiparada à feminina. O dispositivo político atua de maneira a construir discursos baseados em subjetividades determinantes. No entanto, o contexto social impele ao dispositivo político alinhar-se com o novo cenário mundial, cumprindo o propósito de falar de todos e para todos. Há uma árdua tarefa ao discurso político de agregar subjetividades novas sem esquecer das que já existem, o que implica pôr em confronto ideologias e isso não ocorre pacificamente, aliás, as subjetividades querem concorrer entre si de modo único. Mediante a esse fator, o discurso político é cenário para se observar como alguns sujeitos estão dispostos nas construções sociais e como suas significações afetam o plano discursivo, traçando discursos previsíveis e com subjetividades consagradas.

5 RELAÇÕES DE PODER NO DISCURSO DE POSSE

*Só o poder desfaz ilusões.
(História do PT, Lincoln Secco,)*

5.1 PODER DO DISCURSO DE POSSE NA POLÍTICA

É impossível discutir o discurso político sem destacar as relações de poder que nele estão inseridas, perpassando-o, instalando como um elemento intrínseco, regulando e ajustando as relações entre os sujeitos com os objetos sociais presentes no discurso político. Na Formação Discursiva de posse, o sujeito presidente decidirá como o poder configurará no seu discurso estabelecendo de que forma os “contratos sociais” serão firmados e o grau de comprometimento que cada sujeito deverá assumir. Na política, o poder mantém relação com o discurso quando consegue acionar forças econômicas, sociais ou políticas, utilizando-as para conquista do objetivo. É por meio do discurso que as relações de poder vão sendo estabelecidas e percebidas pela instância cidadã. O poder é uma prática social que permeia as relações entre os sujeitos “produzindo efeitos” (BOBBIO, 1998).

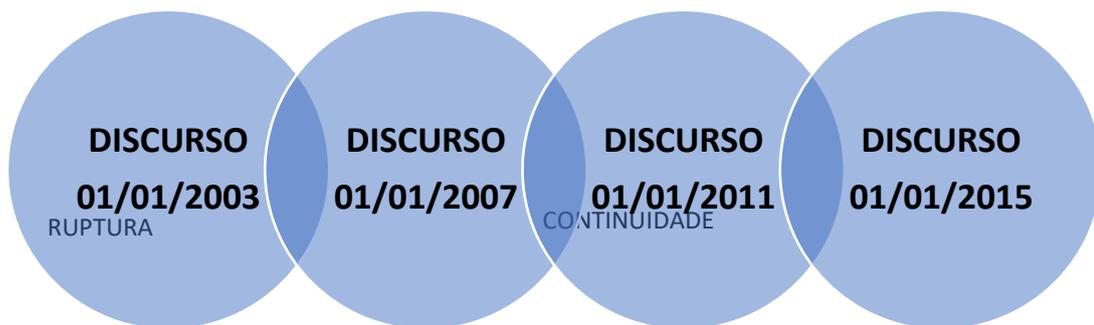
Quanto ao discurso de posse, o poder de conseguir mobilizar forças pode ser incitado por uma informação, por uma promessa ou por uma constatação. Nesse caso, se analisará as relações que incitam e provocam e conseqüentemente avaliando como o poder se constituiu no discurso. Essas relações funcionam assimetricamente, mas não como um embate, e sim como uma espécie de submissão por parte da instância cidadã que autoriza que essa relação exista.

As questões inseridas no discurso de posse não questionam a legitimidade dos ex-presidentes, até porque existe uma legitimidade jurídica que valida seu discurso, mas compreender os mecanismos concretos e históricos que o fazem exercer poder. Portanto, são construções sociais que determinam suas possibilidades.

Os quatro últimos discursos de posse correspondem aos seguintes presidentes:

- Luiz Inácio Lula da Silva- 01/01/2003.
- Luiz Inácio Lula da Silva- 01/01/2007.
- Dilma Vana Rousseff-01/01/2011.
- Dilma Vana Rousseff-01/01/2015.

Os quatro discursos estão entrelaçados por questões ideológicas visto que os dois presidentes pertencem ao mesmo partido político, construindo um projeto político em consonância com a ideologia partidária. No entanto, a relação dos quatro discursos pode ser dividida em duas representações simbólicas: ruptura e continuidade. Essas representações são criadas a partir do engajamento discursivo empregado pelos ex-presidentes na construção de uma imagem de governo como no esquema abaixo:



Na construção dos respectivos discursos de posse, observa-se que o discurso de 2003, do ex-presidente Lula, estabelece maior representação em relação aos demais discursos. O discurso do presidente assume a responsabilidade de instituir um plano político distinto de seu antecessor, sendo de grande relevância inaugurar também um discurso que represente o novo plano de governo. Aos demais discursos, compreende-se que sua carga representativa sempre está atrelada ao discurso do ano de 2003, configurando como discursos baseados nas representações expostas em 2003.

O discurso de posse é um discurso diferente dos demais porque é o discurso em que o presidente eleito, investido de um poder jurídico, dá início ao seu governo por meio daquilo que enuncia, do que propõe, do que demonstra que receberá sua ação. O que diferencia esse discurso dos demais discursos também é a sua relação com o simbólico. O discurso de posse é diferente porque institui uma imagem, configurando como um pacto da instância cidadã e da instância política.

O presidente da república sinaliza no discurso de posse o exercício desse poder e se coloca como um sujeito de ação capaz de realizar suas propostas políticas. O discurso de posse age no estabelecimento dessas relações e a instância cidadã

precisa reconhecer na figura do sujeito presidente a capacidade de realização do que propõe. Nessa relação existe o que (Charaudeau,2015) denomina como “ intenção seguida de efeito”. Na intenção seguida de efeito, as partes seguem medindo forças até que uma reconhece na outra a capacidade de realização.

No âmbito do discurso de posse não há a observância do poder materializado numa ordem, numa ação específica. O que se destaca é a compreensão do que faz o discurso de posse ser a representação desse poder. Portanto, visualizar o poder por meio de uma ordem, de uma lei, de uma medida governamental não sintetiza toda a relação de poder que perpassa o cenário político. A compreensão se faz a partir do conhecimento das estruturas sociais e jurídicas a respeito desse tipo de discurso. Dessa forma, pensa-se nas relações do discurso de posse com os demais discursos políticos evidenciando os seguintes aspectos: a representação do discurso de posse em relação aos demais discursos, os objetivos perseguidos, os instrumentos usados para atingir esses objetivos, a institucionalização desse tipo de discurso e a racionalidade no discurso político, modelos foucaultianos que determinam seu funcionamento.

Juridicamente, o discurso de posse não mantém uma relação de superioridade em relação aos outros discursos porque todos os discursos são legais e lícitos. Porém, a distinção do discurso de posse pelo viés da tradição estabelece essa relação de superioridade diante dos demais discursos. O que representa o discurso de posse é a instauração de um projeto. A estrutura do discurso segue o seguinte parâmetro: cortesia e agradecimento, menção a problemas, perigos e inimigos, advertências, manifestação de regozijo e apoio, crenças e valores, proposições e conclamações. Diante de todos esses elementos, o que mais transforma as relações de poder são as proposições e conclamações. Isso porque nas proposições e conclamações o poder atua instantaneamente sobre as ações da instância cidadã.

Teremos que manter sob controle as nossas muitas e legítimas ansiedades sociais, para que elas possam ser atendidas no ritmo adequado e no momento justo; teremos que pisar na estrada com os olhos abertos e caminhar com os passos pensados, precisos e sólidos, pelo simples motivo de que ninguém pode colher os frutos antes de plantar as árvores (BRASIL..., 2003).

Um discurso que propõe do início ao fim. Essa é a função do discurso de posse. Ao propor, advertir e conclamar, o discurso assume contornos de um discurso de líder,

chefe que estabelece o caminho a seguir e como seguir. O discurso do líder é dotado de advertência a fim de fazer com que a instância cidadã reconheça o saber na instância política, que compreenda as capacidades inerentes à função de líder, chefe. O que faz o discurso de posse manter uma relação de superioridade de poder é o fato de que existe força social simbólica pertencente a uma tradição que determina essa relação de superioridade do discurso de posse. Nas relações dos quatro discursos analisados, discurso do ex-presidente Lula e da ex-presidente Dilma, observa-se que o discurso de eleição de 01/01/2003 exerce superioridade em relação aos demais porque utiliza de engajamento discursivo, representando a ruptura com o modelo de governo de seu antecessor. Nesse discurso de posse de 2003, inicia-se um trabalho na transformação das ações da instância cidadã. Isso é possível perceber pelas conclamações realizadas pelo ex-presidente, as quais atuam na construção de uma sociedade baseada na ideologia do seu plano de governo.

Já nos demais discursos, há uma reiteração dessa representação criada no discurso de 2003. Não existe um engajamento semelhante em termos representativos, mas há uma busca efetiva na preservação dessas representações, tanto no discurso de reeleição de 2007 quanto nos dois discursos de posse, 2011 e 2015. A construção simbólica e muito enunciada nesses discursos é a imagem de continuidade. Tanto o discurso de 2007 quanto de 2011 e 2015 são atravessados pela imagem de continuidade de um projeto político. Não há nenhum elemento que destoe quanto a essa representação, até mesmo na mudança de presidentes não existe nenhum fator novo que configure e construa representações distintas do discurso de 2003. Isso revela uma opacidade nos últimos discursos justamente porque não há uma relação de disputa simbólica, não há disputa representativa, configurando os últimos discursos como superficiais justamente pela ausência do novo.

A posição de superioridade comum ao poder exercido no discurso de posse visa alcançar certos objetivos que mantenham a relação superior entre as partes. O poder não é vazio e nem caprichoso, possui uma finalidade, justifica-se num propósito e movimenta principalmente o discurso no alcance de suas metas. Diante disso, verificamos no discurso de posse de 2003, 2007, 2011 e 2015 objetivos distintos. Cada um se situa em configurações distintas, contextualizando-se de acordo com o momento político do Brasil.

O discurso de 2003 constrói relações de poder com o objetivo de implantar um modelo político inspirado num modelo de assistência popular. O discurso do ex-

presidente não faz referência a dicotomia entre os modelos político-econômicos capitalismo e socialismo, mas há a percepção de uma crítica feita pelo ex-presidente, como no trecho:

Diante do esgotamento de um modelo que, em vez de gerar crescimento, produziu estagnação, desemprego e fome; diante do fracasso de uma cultura do individualismo, do egoísmo, da indiferença perante o próximo, da desintegração das famílias e das comunidades, diante das ameaças à soberania nacional, da precariedade avassaladora da segurança pública, do desrespeito aos mais velhos e do desalento dos mais jovens; diante do impasse econômico, social e moral do país, a sociedade brasileira escolheu mudar e começou, ela mesma, a promover a mudança necessária (BRASIL..., 2003).

Nesse enunciado há uma crítica ao capitalismo, isso coloca o discurso no plano do socialismo, porém nunca houve denominação de que havia um modelo político socialista em atuação. Há um silenciamento quanto a essa informação, mas os sentidos agem por si próprios. O que é possível constatar é que o antigo modelo de governo se baseava apenas numa relação com o capital deixando a parte social desamparada e no discurso de posse o poder exercido serviria para a implantação desse novo modelo. Esse enunciado é uma resposta a um discurso capitalista e de direita mesmo não havendo uma afirmativa sobre isso porque as considerações são indiretas. O enunciador, nesse caso, sem declarar isso, trabalha com a dualidade socialismo/capitalismo, direita/esquerda.

Os objetivos de poder nesse tipo de discurso se baseiam na permanência desse modelo, ou seja, manter um programa de governo, justificado pelo fato de que é preciso continuar a buscar mudanças. O enunciador destaca o fato de seu governo impulsionar essas mudanças o que seria o propósito de manter a relação de poder. No discurso de posse, uma série de informações atravessam o discurso com o objetivo de manter um projeto nacional:

Em que momento de nossa história tivemos uma conjugação tão favorável e auspiciosa: de inflação baixa; crescimento das exportações; expansão do mercado interno, com aumento do consumo popular e do crédito; e ampliação do emprego e da renda dos trabalhadores? (BRASIL...,2007).

Portanto, o objetivo do poder no discurso de reeleição é manter um projeto de governo, que segundo a ex-presidente Dilma foi “o maior processo de afirmação que este país já viveu” reforçando essa estrutura discursiva. No discurso de eleição da ex-presidente as relações de poder buscam, segundo ela, “consolidar” o programa político implantado estabelecendo com isso para a instância cidadã uma necessidade

política para continuação das benfeitorias realizadas; nesse momento cabe salientar que a estrutura desse tipo de discurso (posse e reeleição) sempre seguirá uma lógica de que a justificativa relevante é o da consolidação, porém, é preciso refletir que a consolidação é o recurso discursivo mais importante dos discursos de posse sendo irrelevante alcançar sua estabilização de fato porque se perde um recurso de persuasão. No jogo discursivo os sentidos são sempre atualizados, alcançando êxito na persuasão da instância cidadã que é sempre motivada a perseguir uma “consolidação” que talvez nunca será alcançada. O discurso é perpassado de referências ao programa de governo do ex-presidente Lula no empenho em aliar a imagem do governo do ex-presidente ao seu futuro governo.

Sob sua liderança, o povo brasileiro fez a travessia para uma outra margem da história. Minha missão agora é de consolidar esta passagem e avançar no caminho de uma nação geradora das mais amplas oportunidades (BRASIL..., 2011).

A partir do extraordinário trabalho iniciado pelo governo do presidente Lula, continuado por nós, temos hoje a primeira geração de brasileiros que não vivenciou a tragédia da fome. Resgatamos 36 milhões da extrema pobreza e 22 milhões apenas em meu primeiro governo (BRASIL..., 2015).

Aqui o discurso político assume o viés progressista. Nessa perspectiva as mudanças são aceleradas e visam acolher as minorias como em “Resgatamos 36 milhões da extrema pobreza e 22 milhões apenas em meu primeiro governo” destacando progresso em relação ao velho. Esse discurso utiliza do conceito de travessia para instaurar uma virada, uma passagem do que era ruim para aquilo que é bom. A ex-presidente afirma que a travessia foi feita e que exista uma divisão política “antes e pós” essa travessia. No discurso há o depreciamento de um modelo político contrário ao modelo vigente. Esperam-se construções que trabalhem com a ideia de que o Brasil era um, pior, e agora é outro, melhor. Todo enunciador trabalha com a oposição discursiva numa constatação valorativa que agrada alguns, mas também desagrada a outros.

O discurso de reeleição é uma proposta de manter um modelo político no poder e de sua respectiva ideologia partidária, esquerda-socialista. É essa relação com o poder que recebe o engajamento discursivo, o propósito de preservação. Esse aspecto corrobora com as considerações foucaultianas acerca de como o poder realmente está instituído. Nunca será possível “tê-lo” porque não pertence a ninguém,

mas a única forma é de exercê-lo e para isso trava-se uma luta constante de variadas formas para isso, onde a lógica possível na política seguiria a estrutura: instaurar, reforçar e por último manter.

A manutenção desse poder além de acontecer por meio de palavras acontece também por meio das ações práticas que cada discurso enuncia. Foucault afirma que ao reunir as “capacidades objetivas”, capacidade prática de intervenção, “relações de informação”, capacidade de transmissão de uma informação, e as “relações de poder” num ajustamento sincrônico, encontramos a disciplina.

Para manter as relações de poder, o discurso de posse articula algumas modalidades instrumentais para mantê-la. Além do empenho discursivo na criação de representações, outros instrumentos atuam no objetivo de manter essas relações. Discursivamente, as proposições enunciadas cumprem o papel de verbalizar uma futura ação prática, representadas nos projetos de governo. A “intenção seguida de efeito” (CHARAUDEAU, 2015) articula esses dois elementos. E a partir da palavra que temos a intenção que determinará o efeito, ação. Por isso, na manutenção do poder nesses quatro discursos de posse, verificou-se que isso ocorre principalmente quando as proposições são enunciadas, os projetos são expostos. É a partir desse discurso que a instância cidadã avalia se haverá a manutenção de superioridade desse poder, podendo a instância política persuadir por meio das proposições que devem estar no plano do realizável. É dessa maneira que a relação de superioridade do poder se mantém eficaz; quando a instância cidadã compreende que o discurso é realizável e satisfaz, mesmo que temporariamente, seus anseios sociais. É preciso que a maioria das pessoas se identifiquem com os projetos de governo e que essas proposições sejam de fato realizadas, caso contrário a relação de poder enfraquece.

A institucionalização do discurso de posse ocorre por meio dos elementos de ordem ideológica que seguem uma tradição respeitando uma hierarquia. Não é possível afirmar que o discurso de posse tenha sido institucionalizado como “poder superior” por conta exclusivamente de um regime jurídico. Ele não se apresenta juridicamente como aquele que mais exerce poder porque, numa escala de importância, o discurso de posse é movido pelas representações sociais que são construídas, os imaginários atualizados e por conta da sua função social. Não há nenhum aparato jurídico que determine que o discurso de posse exerça um poder

superior aos demais discursos visto que dentro da esfera política o que determina essa superioridade é a sua formação discursiva. Ao enunciar um discurso que institui uma medida, uma lei ou uma determinação política é possível atestar que, juridicamente, há uma relação de superioridade de poder em relação a um discurso que visa apenas marcar “simbolicamente” o início de um mandato. No âmbito jurídico, exerce poder o discurso que determina algo na forma da lei, a qual tem efeito instantâneo e direto sobre a instância cidadã. Portanto, o discurso de posse funciona no lado subjetivo e seus resultados demandam tempo.

Destarte, a institucionalização do discurso de posse acontece no plano social do ato simbólico. É nesse contexto que podemos afirmar que o discurso de posse exerce algum poder sobre os demais discursos. Baseado num sistema de pensamento ideológico, a partir de um conhecimento de crenças em que um sistema valorativo se impõe, o discurso de posse assume contornos sociais. As crenças acerca do discurso de posse dependem dos valores que lhe atribuímos e não ao conhecimento sobre o mundo, uma espécie de juízo. “As ideologias constituem ‘um conjunto de representações sociais efetivamente reunidas em um sistema de ideias genéricas. Segundo Charaudeau (2015), “[...] elas seriam a base de tomadas de posição mais ou menos antagônicas, fundadas sobre valores irreduzíveis e esquemas de conhecimento tidos por universais e evidentes”. É a ideologia que institucionalizou a superioridade do discurso político de posse juntamente com a crença de que esse evento, o 1º discurso do candidato eleito, é mais importante de todos. Todo mecanismo discursivo trabalha essa ideia, todo mecanismo que interaja com a ideologia é meio de institucionalizar uma ideia.

Reunindo esses três elementos: crença, ideologia e valores, chegamos à compreensão que a institucionalização do discurso de posse, como aquele que mantém superioridade de poder com os demais discursos políticos, é devido a um sistema social valorativo de crença.

Toda essa teia de instâncias políticas que se faz dentro do poder é motivada por um tipo de racionalidade política que considera o poder do outro em executar as ações e garantir um “desejo de viver em comunidade” (ARENDDT, *apud* CHARAUDEAU, 2015). Nessa racionalidade política, o discurso de posse trabalha as intenções do presidente de forma resumida e desperta na instância cidadã um “querer”

viver junto e em fazer parte do coletivo. Na lógica, o presidente enuncia sua proposta, persuadindo a instância cidadã em construir um pacto, acordo, onde o dar e receber ordena essa relação. Ao dar apoio, recebe-se uma política efetiva na gestão da *pólis*, na vida em sociedade. Essa filosofia coordena as ações políticas do sujeito presidente e sujeito cidadão.

São esses elementos que nascem das relações sociais que voltam para o social no formato da política dentro de uma coerência de sentidos. O discurso político de posse é distinto porque reúne, além da política, proposições acerca da segurança, economia, saúde num único discurso, mesmo que de uma forma vaga, mas é o único autorizado a realizar isso. Ao sintetizar toda essa gama de assuntos, observa-se que sua função é alcançar a instância cidadã em todas as suas particularidades. É um discurso especial porque carrega a carga simbólica de iniciar um mandato, uma era, sempre regida pelos sentimentos de esperança e fé.

Os “instrumentos” discursivos usados para manter a lógica-instituir, reforçar e manter-estão todos atrelados nas proposições políticas feitas no discurso. A intenção seguida de efeito acontece primeiro na linguagem com a intenção exposta, consolidando-se no efeito, ação. A linguagem é o primeiro ato político. Baseada numa racionalidade política que encaminha a instância cidadã a organizar seu conhecimento acerca do mundo e da sociedade, por meio de um sistema de crença, ideológico e de valor, as relações de poder vão sendo compreendidas de forma superficial distante do saber técnico (econômico, cultural, educativo, etc.). Portanto, os instrumentos discursivos são materializados numa promessa, numa indignação, num regozijo, numa conclamação, numa “constatação” e são normalmente óbvios e esperados naquela FD discursiva, num movimento cíclico em todos os discursos de posse e são poucos analisados no viés do saber, seja pela ignorância da instância cidadã, seja pela crença, ideologia ou fator valorativo.

5.2 UMA QUESTÃO DE SOBERANIA

Ao observar o discurso de posse, deparamo-nos com o imaginário da soberania popular. Esse imaginário é um clássico no discurso político de uma forma geral e sempre está muito presente porque reforça as relações de poder presentes nesse

termo. Ele é incitado no discurso político propondo ao povo refletir sobre o poder e compreender que o que está em jogo é a ideia de construção de uma nação.

Diferente da soberania incitada na democracia, a monarquia também aciona esse imaginário com uma pequena diferença: o poder é atribuído à figura do rei, enquanto que em nosso caso (democracia), a soberania é atribuída ao povo. Na monarquia destacamos que existiu uma relação de poder imposta pelo medo do suplício e pela tradição ao rei. O suplício era o mecanismo que regulava o poder do rei impondo o reconhecimento pela forma do medo. A figura do rei importava muito para as relações de poder, não era apenas um corpo, era todo um poder personificado na imagem real. Na monarquia “O suplício tem então uma função jurídica-política. É um cerimonial para reconstituir a soberania lesada por um instante”. (Foucault, 2014)

O que se destaca e que está no corpo teórico é que o Poder antes na monarquia era destituído de qualquer sigilo. A figura do rei fazia questão de expor quem detinha poder nas relações, quem poderia punir as pessoas a fim de deixar bem claro qual a posição de cada um nessas relações. Isso explica a construção do imaginário de poder como um elemento negativos de opressão e autoritarismo. Devido a esse fato, o Estado excluiu qualquer manifestação de poder por meio da violência, viabilizando a criação de estratégias que determinassem essas relações, mas que elas se fizessem agora de uma forma menos visível, porém compreendida por todos.

Estamos começando hoje um novo capítulo na história do Brasil, não como Nação submissa, abrindo mão de sua soberania, não como Nação injusta, assistindo passivamente ao sofrimento dos mais pobres, mas como Nação altiva, nobre, afirmando-se corajosamente no mundo como Nação de todos, sem distinção de classe, etnia, sexo e crença (BRASIL...,2003, grifo nosso).

Vários “Brasis” existem no imaginário social e na relação de sentido com o poder, o Brasil do enunciado acima se refere ao Brasil colônia, de terra descoberta e submissa, além de explorada. Por meio dessa construção, é possível atingir o medo e as aspirações de um povo na busca de uma vitalidade histórica. O embate entre colonizador e colônia revive a questão da submissão sempre imposta que aparece simbolizada pela soberania requerida. A representação desse discurso funda a ideia de que o futuro deixa de ser enigmático para ser elemento real como expectativa de poder. O imaginário proposto só acontece por conta de uma conjuntura insatisfatória, como uma busca por um norte, no entanto, pode acelerar utopias.

A política utiliza desse imaginário para construir as relações entre nações. O que o presidente se propõe é acionar uma “força” abstrata na representação de que todas pessoas juntas constituiriam essa força e seriam capazes de usá-la de acordo com seus propósitos. O presidente eleito então atua como o representante dessa força abstrata e seria o porta-voz das relações de poder.

Considera-se que no trecho acima, a estratégia do discurso vem do termo grifado “**abrindo mão de sua soberania**” visando provocar na instância cidadã uma tomada de atitude diante do risco iminente de perda do ajustamento das relações de poder. O discurso ao afirmar o que deseja para o Brasil naquele momento, também expõe o que considera que o Brasil é “**Nação submissa**”, “**Nação injusta**”, “**assistindo passivamente ao sofrimento dos mais pobres**” propondo a mudança nesses aspectos, além de restituir a soberania perdida. Observemos que o instrumento discursivo foi uma mistura de promessa “seremos nação altiva, nobre, afirmando-se corajosamente no mundo como nação de todos, sem distinção de classe, etnia, sexo e crença”, além de uma constatação “somos “nação submissa, abrindo mão de sua soberania, não como nação injusta, assistindo passivamente ao sofrimento dos mais pobres”.

[...] para dizer que chegou a hora de transformar o Brasil naquela Nação com a qual a gente sempre sonhou: uma Nação soberana, digna, consciente da própria importância no cenário internacional e, ao mesmo tempo, capaz de abrigar, acolher e tratar com justiça todos os seus filhos (BRASIL...,2003). Estaremos atentos também para que essas negociações, que hoje em dia vão muito além de meras reduções tarifárias e englobam um amplo espectro normativo, não criem restrições inaceitáveis ao direito soberano do povo brasileiro de decidir sobre seu modelo de desenvolvimento (BRASIL..., 2003).

O tema da soberania foi muito citado pelo enunciador. Em vários trechos, o ex-presidente retoma essa temática como uma necessidade de reafirmação do seu papel em devolver a soberania abalada ou inexistente até aquele momento. Quando se refere à hegemonia, seu discurso assume o caráter de crítica ao modelo político vigente, ativando conhecimento de mundo a respeito das relações de poder entre alguns países e colocando o Brasil numa relação de submissão a outras nações.

O que está por trás do simbolismo da soberania é a estratégia persuasiva de realocar o poder nas mãos da sociedade. De uma forma talvez ilusória, a sociedade crê que sozinha controla ou até então atua nos ajustamentos das relações de poder quando elege um presidente. Mas o que de fato acontece é que existem outros

instrumentos que agem nesse ajustamento de poder e a soberania é um dos elementos políticos que estão envolvidos. A questão é que, discursivamente, tornou-se um recurso persuasivo com efeito de poder aludir essa temática confirmando que no discurso de posse é previsível esse debate acerca dos ajustamentos das relações de poder; a soberania é um tema que nunca encontrará esgotamento de sentidos nos discursos de posse de modo que materializa um instrumento de poder.

Portanto, ao analisar os quatro últimos discursos de posse da presidência da república evidenciou-se as relações desses discursos com o tema poder. A organização do discurso de posse evidenciou uma estrutura comum aos discursos de uma forma geral. Não se trata de definir o que é poder, mas compreender como esse tema é tratado no discurso de posse da presidência da república. Em muitos momentos foi preciso ir além do discurso para compreender essa relação, porque somente o discurso como matéria de análise não seria capaz de fornecer todas as informações necessárias para compreensão. Outro aspecto foi lançar mão de uma análise que cuidasse do sujeito presidente, mas sem esquecer do sujeito cidadão, sociedade. A interpretação desse tipo de discurso viabilizou uma análise que estivesse preocupada em fornecer uma compreensão acerca do que diferencia esse discurso em relação aos demais, os objetivos que esse tipo de discurso persegue, as modalidades instrumentais que viabiliza o alcance desses objetivos, a forma de institucionalização do discurso de posse e por último a racionalização desse tipo de discurso.

6 O DISCURSO DE POSSE E SUA RELAÇÃO COM A VERDADE

Uma verdade que não se opõe a nenhum interesse ou prazer humano recebe bom acolhimento de todos os homens.

(Leviatã, de Thomas Hobbes)

6.1 VERDADES NO DISCURSO POLÍTICO

Ao refletir sobre a verdade de uma forma geral, pensa-se que a tarefa de atestar o que é verdadeiro ou não acontece de uma forma muito absoluta, porque se acredita que as coisas estão divididas numa vontade de verdade, resumida em verdadeiro e falso. Só que essa forma simplista de tratar a verdade acaba a colocando num recipiente muito raso de conhecimento. Foucault procurou pensar de uma forma mais profunda na reflexão do que torna o discurso ser verdadeiro. O foco da análise é pensar no discurso verdadeiro presente nos quatro últimos discursos de posse. Se a constatação da verdade ocorre é porque existe material disponível criado pela “política da verdade” para a construção de sentidos no discurso político.

No discurso de posse existem “verdades” que são compartilhadas e agem de maneira a construir uma informação que atua em prol da persuasão. Todo o discurso político é regido pelo objetivo da persuasão. Não se trata em questionar se é uma verdade de fato, mas de compreender qual o papel daquela informação no imaginário sociodiscursivo. A construção dessas verdades se dá de maneira coletiva, atuando no discurso político de modo a corroborar com os ideais de povo e nação. Quando o enunciador propõe trabalhar com essas verdades busca encontrar no interlocutor apoio e garantia de que seu discurso atende aos padrões mínimos de sentido, ou seja, é decodificado. Por isso nos discursos de posse analisados, alguns ideais de verdade foram observados, tais como: povo brasileiro, Brasil, mulher brasileira, educação.

A verdade muitas vezes é compreendida como uma virtude do ser humano, sendo difícil ser analisada, mas todos os temas inseridos num discurso político são passíveis de análise, porque são construídos do social e para o social, configurando como uma verdade factual. A verdade factual advém de fatos e eventos que o homem tem a possibilidade de instaurar como imaginários de verdade. Sem dúvida a verdade factual é mais frágil que a verdade racional, a ciência, que trabalha por meio da comprovação direta de dados. Um fato, um evento pode ser instaurado ou apagado

dependendo dos interesses. Portanto, a verdade factual é um tipo de verdade nutrida e atualizada pelo social.

6.1.1 Povo

No âmbito político, a verdade é avaliada no seu efeito, na sua consequência. Não se procura atestar se aquela informação é ou não verdade, mas se ela terá força de verdade para persuadir. No discurso político, o efeito de verdade deverá ser efetivo levando o interlocutor a concordar com o locutor, construindo assim o primeiro elo de confiança. Os discursos de posse recorrem aos imaginários sociodiscursivos construídos por cada grupo para os “efeitos de verdades”.

Veja um exemplo de efeito de verdade enunciada no discurso de posse de 2003:

O Brasil é grande. Apesar de todas as crueldades e discriminações, especialmente contra as comunidades indígenas e negras, e de todas as desigualdades e dores que não devemos esquecer jamais, o povo brasileiro realizou uma obra de resistência e construção nacional admirável. Construiu, ao longo dos séculos, uma Nação plural, diversificada, contraditória até, mas que se entende de uma ponta a outra do território. Dos encantados da Amazônia aos orixás da Bahia; do frevo pernambucano às escolas de samba do Rio de Janeiro; dos tambores do Maranhão ao barroco mineiro; da arquitetura de Brasília à música sertaneja. Estendendo o arco de sua multiplicidade nas culturas de São Paulo, do Paraná, de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul e da região Centro-Oeste. Esta é uma Nação que fala a mesma língua, partilha os mesmos valores fundamentais, se sente que é brasileira. Onde a mestiçagem e o sincretismo se impuseram, dando uma contribuição original ao mundo. Onde judeus e árabes conversam sem medo. Onde toda migração é bem-vinda, porque sabemos que, em pouco tempo, pela nossa própria capacidade de assimilação e de bem-querer, cada migrante se transforma em mais um brasileiro (BRASIL..., 2003, *grifo nosso*).

“O Brasil é grande, apesar de”... De qual Brasil se fala? A construção desse enunciado explora a grandeza física e cultural do nosso país, a mistura inevitável e incontida entre negros, escravizados; índios, explorados. Perpassa nesse trecho do discursivo o sentido de uma mistura valorizada, de uma cultura diversificada, de uma grandeza geográfica, mas especialmente uma grandeza de povo. Nação resistente, com identidade sólida, uma terra pacífica. Religiões diversas, respeito mútuo, uma terra acolhedora. O discurso retoma uma verdade do imaginário de que somos um povo de paz, que acolhe o imigrante, de que cada pessoa tem seu lugar, seu espaço, basta querer. O discurso fala do entendimento de diferentes raças, credos, origens, mas que se mistura na formação do Brasil.

Esse imaginário de povo brasileiro é construído nesse trecho do discurso que define as características de povo **“Nação plural, diversificada, contraditória até, mas que se entende de uma ponta a outra do território”**. A verdade de povo aqui é uma economia política da verdade, é uma informação padrão. Repete-se em outros discursos e tem um efeito de verdade significativo. Os discursos políticos, tanto de posse quanto os outros, são adeptos a essa verdade justamente por ser um discurso aceito e que funciona muito bem para a formação discursiva de posse. Segue-se a racionalidade de uma retomada histórica com a finalidade em despertar o sentimento de povo e nação, além de buscar um reconhecimento por parte da instância cidadã da tradição e da essência de povo brasileiro. Dentro desse conjunto de procedimentos acerca da verdade, existe um que tem a função de criação e disseminação. O aparelho educacional é o que mais atua na disseminação dessa verdade, porque age na normatização do conhecimento mostrando também uma relação com o poder visto que é um importante aparelho de disciplina social.

Observe um outro discurso de posse que também utiliza a *verdade* de povo brasileiro:

Nós, brasileiros, somos um povo com grande homogeneidade cultural. Nossos regionalismos constituem variações da nossa cultura básica, nascida do encontro da tradição ocidental-portuguesa com a africana e a indígena (BRASIL...,1995).

Num discurso anterior aos discursos analisados, verifica-se também o uso da verdade de povo brasileiro corroborando com a estrutura de discurso político de posse. Mais uma vez a miscigenação do povo brasileiro é citada no discurso reproduzindo uma informação padrão e repetitiva, mas com alto efeito de verdade na sociedade. Ambos os discursos concordam com a pluralidade de etnias que deram origem à brasileira verificados no trecho **“encontro da tradição ocidental-portuguesa com a africana e a indígena”**.

Na internet existem inúmeros exemplos que confirmam a análise realizada acerca da “verdade” de povo brasileiro. O que move os anseios das produções textuais no Brasil é uma vontade em construir a identidade nacional, reproduzindo sistematicamente as mesmas informações constituindo um estilo do pensamento e da produção brasileira. Observe um poema de Botelho Campos que apresenta as mesmas informações do discurso político.

Miscigenação (brasileira)

Sou negro-índio-europeu,
A raça que sobreviveu
à todas as atrocidades.
Misturo raça, credo e cor,
Um povo forte e lutador
Que resistiu tantas maldades.

Eu sou o povo brasileiro,
Tenho sangue de guerreiro,
Eu sou a miscigenação.
Eu sou um povo de raiz,
Eu construí esse País,
Eu sou a cara da nação.

Sou um País em ascensão,
Sou um povo de união,
Sou um País de esperança.
Eu sou um povo de beldades,
Com tantas possibilidades
De um País que é tão criança.

Portanto o primeiro traço de “efeito de verdade” encontrado nos discursos de posse diz respeito a alusão ao povo brasileiro. Dentro da gama de temas a serem explorados, a de povo brasileiro torna-se clássica num discurso de posse, trabalhando com a ideia de origem e tradição. Essa temática busca mobilizar as massas para justificar um apelo a erradicação daquilo que impediria um sucesso futuro ou então macular a identidade do povo. Ao retornar às origens, o discurso valoriza a nação e o povo, além de reativar no imaginário discursivo da sociedade aspectos como: união, sincretismo, pluralidade e identidade, criando um contexto positivo e com alto efeito de verdade; defendendo valores e responsabilizando a geração atual em manter esse imaginário vivo e representativo.

6.1.2 Educação

No discurso de reeleição de 2007 um outro imaginário é recobrado como efeito de verdade e corresponde ao tema educação. O ex-presidente se vale de uma verdade compartilhada socialmente que diz respeito ao papel da educação e aos profissionais envolvidos.

Mais do que a qualificação para o mundo do trabalho, a educação é um instrumento de libertação, que o acesso à cultura propicia.
(BRASIL...,2007, *grifo nosso*)

No trecho “mais do que a qualificação para o mundo do trabalho” o sentido de educação está ligado a uma função básica e principal que seria o da qualificação, voltada primordialmente para o trabalho. Nesse caso a ideia de libertação e cultura é o segundo objetivo da educação e o trabalho configura como uma aplicação mais prática da educação.

A escola é ambiente político por natureza. O ambiente educacional configura na sociedade como um aparelho de disciplina, reforçando a ideologia dominante. Dentro do dispositivo escolar impera a disciplina na preparação do indivíduo como cidadãos úteis, de corpos dóceis. Diante desse fator histórico, a educação sempre foi alvo permanente da política.

Em Bonfim (2004), os discursos de posse, de Deodoro da Fonseca, 1889 até Luís Inácio Lula da Silva - 2003, analisou-se o tema Educação com a derivação também para o tema Escola e constatou-se que essas respectivas temáticas estiveram presentes em alguns discursos de posse no século XX, sendo constantes no século XXI. No século XX, o tema nem sempre mereceu considerações no discurso de posse configurando como um assunto sem importância na estrutura do discurso político. Sem dúvida as explicações são particulares no que diz respeito aos presidentes, mas também compreende questões históricas que não incluíam a educação como um tema importante a ser tratado. Outra compreensão observada foi que nos últimos 30 anos o tema Educação esteve presente em todos os discursos de posse da presidência da república, fazendo-se elemento importante e indispensável na estrutura política.

O fato da educação configurar como uma verdade recente ou então ter grande efeito de verdade nos últimos 30 anos pode ser explicado por um viés econômico. Na política, implantar o tema “educação” tornou-se uma assertiva importante e obrigatória para um discurso de posse, muito além do fator aparente pronunciado no trecho acima sobre libertação. O que aparece como um consenso social acerca do papel da educação tem propósitos além do que aparenta ser e, refletir sobre isso, conduz-nos para compreensão do porquê desse assunto sempre ser recobrado e ganhar um efeito inquestionável de verdade.

Além dos motivos óbvios sobre a função da educação “desenvolvimento intelectual, cultural e social”, existe um outro motivo por trás do caráter idealizador que coloca esse tema como importante. Se refletirmos sobre as relações de poder, observaremos que a explicação da temática educação ser requerida nos discursos de posse com alto efeito de verdade é determinada pela esfera econômica além da esfera social. Como “mercadoria social” tem sua função ímpar, porém há uma outra função que exerça mais poder que é a de “mercadoria econômica”. Educação na democracia é sinônimo de riqueza e isso ocorre porque hoje se vive num contexto neoliberal econômico em que recobra uma “consciência educadora” maior que no século passado. A política não está apenas baseada no desejo de tornar o mundo liberto da ignorância e melhor, ela está atrelada a interesses que satisfazem a esfera econômica e está submissa aos desígnios da classe dominante.

Entre os diferentes objetivos da Educação na política, em especial no discurso político, analisemos a relação direta do modelo neoliberal com o acúmulo de capital. Nos países cujo modelo é capitalista e que a educação é satisfatória e efetiva há acúmulo de capital e desenvolvimento humano, refletindo no crescimento do Estado em todas as suas esferas. A educação se tornou sinônimo de capital, de melhora econômica o que explicaria sua presença nos discursos dos últimos 30 anos e sua eventual alusão nos discursos do século XX, onde não havia a relação direta da educação com crescimento econômico.

No discurso de 2007 há a preocupação em aliar educação com o trabalho, além da formação intelectual. Existe uma particularidade que faz de o tema “trabalho-educação” estarem próximas, fazendo-se de maneira única no discurso de 2007 se levarmos em conta a história do enunciador desse discurso. O enunciador

compreende que a educação exerce hoje essa dupla função “instrução intelectual e profissional” e seu discurso assemelha-se a um outro discurso proferido por Getúlio Vargas:

Educar não é somente instruir, mas desenvolver a moralidade e o caráter, preparando o homem para a comunhão, ensinando-lhe as artes necessárias para a mais alta das virtudes: o conhecimento das suas próprias forças. O melhor cidadão é o que pode ser mais útil aos seus semelhantes e não que mais cabedais de cultura é capaz de exhibir. A escola, no Brasil, terá que produzir homens práticos, profissionais seguros, cientes dos seus variados misteres. Ao lado das Universidades de ensino superior, destinadas à formação das elites, faz-se necessário fundar a Universidade do Trabalho. Daí sairá, no futuro, a legião dos nossos operários, dos nossos agricultores, dos nossos criadores, em suma, a legião dos obreiros dos campos e das fábricas (BONFIM, 2008, p.202).

No discurso de 2011, o tema Educação também está presente como recurso de verdade, além de proposta política.

Só a educação liberta um povo e lhe abre as portas de um futuro próspero. Democratizar o conhecimento significa universalizar o acesso a um ensino de qualidade em todos os níveis – da creche à pós-graduação; significa também levar a todos os segmentos da população – dos mais marginalizados, aos negros, às mulheres e a todos os brasileiros a educação de qualidade (BRASIL..., 2011).

Nesse respectivo trecho, verifica-se concordâncias com o discurso anterior quanto a liberdade advinda da educação. Mudam-se os discursos, mas a essência permanece a mesma, por isso se constata o efeito da verdade que tanto os discursos políticos buscam com esse tema. Quemalaria que a Educação não liberta? O destaque nesse trecho está no que é denominado “democratizar” a educação de qualidade. O projeto de uma educação de qualidade demanda tempo perpassando gerações e torna-se impossível realizar árdua tarefa em pouco tempo, por isso evoca-se essa proposta com anseio de estabelecer uma ligação duradoura para conquista efetiva de uma “Educação de qualidade”. Além da ideia de tempo para construir uma sociedade melhor com a educação, a ex-presidente assume total consciência de que a educação é o indicador de desenvolvimento de uma nação. Uma política empenhada em construir uma educação melhor também gera outros resultados em outras áreas, social e econômica, significando economia de esforços em outros setores.

O discurso se apresenta dessa vez como um discurso inclusivo e igualitário, revelando preocupação quanto a esse tema. Além de verbalizar a velha premissa de que educação pública é uma educação com menos qualidade, assume-se desejo em reverter essa ideia, permitindo educação de qualidade a todos os brasileiros. Esse discurso infelizmente traz à tona a ideia de que a educação é desigual por conta de diferentes fatores como raça, sexo e classe social; portanto, o discurso emprega esse sentido a fim de modificar isso. Não nos esqueçamos que o discurso de 2011 apoia-se num plano de concretização de um projeto político iniciado em 2003, por isso há como recurso argumentativo a relação de educação com o futuro, com a necessidade de tempo para efetivação do tema. Na busca de um dado que apoie o discurso de 2011, ou melhor uma verdade, encontramos o que (Arendt, 2016) chama de verdade racional que atesta a desigualdade citada no trecho acima. A verdade racional provém de pesquisas e experimentos realizados que são constatados e seus resultados não deixam espaço para refutações. Os discursos de posse, ora mesclam verdades racionais com factuais, ora utilizam-se apenas verdades factuais; sozinha, a verdade racional não atua, porque o discurso de posse não tem espaço para esse tipo de verdade, além de que se perderia um elemento importantíssimo na persuasão que é a paixão ideológica. Observemos uma verdade racional:

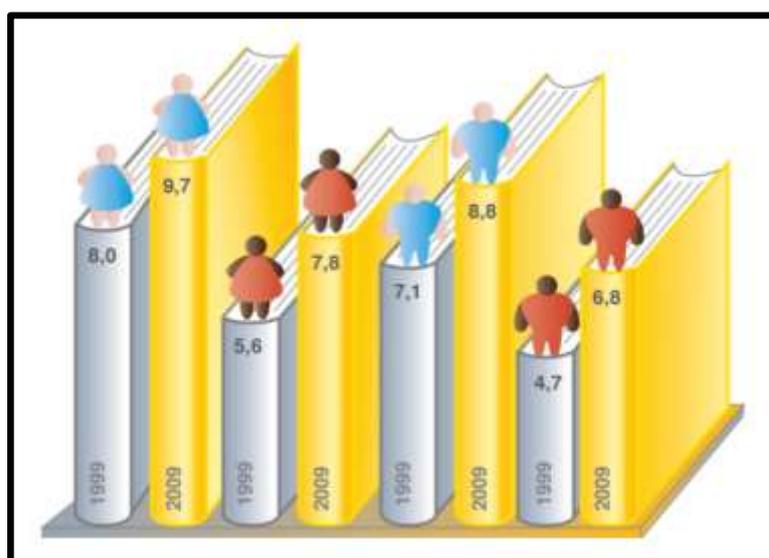


Figura 1 - Média de anos de estudo da população ocupada com 16 anos ou mais de idade, segundo sexo e cor/raça. Brasil, 1999 e 2009.
Fonte: (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2011)

Em (Ipea, 2011) uma pesquisa informava os dados acerca da educação relacionada com a desigualdade social que compreende 1995-2009. O objetivo da

pesquisa foi disponibilizar análises fidedignas dos avanços e desafios da educação no Brasil, iluminando os caminhos e direcionando políticas públicas.

Ao interpretar os dados da pesquisa, constata-se que em 2009 a situação da desigualdade na educação no Brasil ainda persistia apesar de todos os esforços políticos. Em 2009, as mulheres brancas com 16 anos já haviam estudado ao menos 9 anos, contra uma média de 7 anos das mulheres negras. Os homens brancos com 16 anos em 2009 já tinham estudado ao menos 8 anos contra uma média de 6 anos dos homens negros. Esses dados refletem um panorama da educação quanto a desigualdade no Brasil justamente um ano antes do discurso de posse de 2011. Quando o assunto é ensino superior, as desigualdades se tornam ainda mais assustadoras. As mulheres brancas no ensino superior correspondiam em 2009 a 23,8%, enquanto, entre mulheres negras, esta taxa é de apenas 9,9%.

Esse dado corrobora com uma informação que poderia ser inicialmente classificada como uma verdade factual, um fato, mas que ao procurarmos sua origem, chega-se a uma verdade racional, uma pesquisa-experimento. O discurso de 2011 vale-se dessa mescla de verdades, utilizando, a verdade racional como recurso de comprovação da verdade factual.

6.1.3 Mulher brasileira

O discurso de 2011 aborda o imaginário de mulher brasileira de uma forma muito enfática, explicado pelo fato da enunciadora ter sido a primeira mulher eleita para o cargo de presidente da república e nada mais simbólico que fazer uso desse imaginário para construir a marca de seu governo. O interessante a observar é o fato de que ao tocar no tema “mulher”, a ex-presidente aciona uma série de sentidos políticos, culturais e econômicos acerca desse tema. Todos esses sentidos além de partir de uma verdade factual, também contam com verdades racionais, visto que os “dados” sobre a situação feminina em nosso país são oriundos de pesquisas que expõem a situação das questões femininas de hoje em relação a situação feminina do passado.

Queridas brasileiras e queridos brasileiros,
Pela decisão soberana do povo, hoje será a primeira vez que a faixa presidencial cingirá o ombro de uma mulher.
Sinto uma imensa honra por essa escolha do povo brasileiro e sei do significado histórico desta decisão.
Sei, também, como é aparente a suavidade da seda verde-amarela da faixa presidencial, pois ela traz consigo uma enorme responsabilidade perante a nação.
Para assumi-la, tenho comigo a força e o exemplo da mulher brasileira. Abro meu coração para receber, neste momento, uma centelha de sua imensa energia.
E sei que meu mandato deve incluir a tradução mais generosa desta ousadia do voto popular que, após levar à presidência um homem do povo, decide convocar uma mulher para dirigir os destinos do país.
Venho para abrir portas para que muitas outras mulheres, também possam, no futuro, ser presidenta; e para que --no dia de hoje-- todas as brasileiras sintam o orgulho e a alegria de ser mulher”.
Não venho para enaltecer a minha biografia; mas para glorificar a vida de cada mulher brasileira. Meu compromisso supremo é honrar as mulheres, proteger os mais frágeis e governar para todos! (BRASIL..., 2011, *grifo nosso*).

No discurso de posse, parte-se da compreensão do sentido geral de mulher. A construção cultural acerca do imaginário de mulher instituiu na sociedade a concepção de que a mulher sempre esteve no papel de coadjuvante do homem. Essa construção influenciou decisivamente na história feminina, porque ela foi importante na imposição de leis e ideologias que discriminavam a mulher a um papel social inferior. Partindo dessa concepção, a enunciativa aciona um conhecimento de mundo de que a mulher no dia de sua posse inverte esse papel de coadjuvante para personagem principal, neutralizando esse imaginário de inferioridade como é possível ver pelo trecho **“significado histórico”**.

Um contraponto sobre essa verdade e a confirmação das questões que envolviam a mulher do passado estão evidentes no discurso publicitário abaixo.



Figura 2 - Propagandas Históricas

Fonte: <https://www.propagandashistoricas.com.br/2013/06/calcas-dracon-machista-anos-60.html>

O anúncio publicitário acima traz como slogan “ It’s nice to have a girl around the house”⁴. O objetivo do anúncio é destacar a calça da marca Dracon, mas revela o imaginário sobre a mulher nos anos de 1960, século XX. Na propagando, destaca-se o papel de inferioridade da mulher em relação ao homem numa ligação submissa representada pela imagem de tapete e pisada pelo homem. O anúncio demonstra como a imagem feminina foi construída para sempre estar inferior ao homem em todos os aspectos, limitando suas possibilidades e seus locais de permanência e luta.

Diante desse imaginário que tem grande efeito de verdade, a enunciadora engaja-se discursivamente para extinguir o sentido muito difundido que foi criado acerca das mulheres, inclusive a própria ex-presidente vivenciou a realidade desse imaginário, assumindo como sua responsabilidade combater esse estereótipo.

Na continuidade da análise, caminha-se para observação da verdade construída acerca da mulher brasileira. A enunciadora se encaminha para o sentido de mulher brasileira numa perspectiva mais pertinente à cerimônia de posse

⁴ É legal ter uma garota na casa

representados por “**a força e o exemplo da mulher brasileira**”. Para o imaginário de força não está explícito de que força a ex-presidente fala, isso ocorre porque uma série de representações estão presente na ideia de “força” e ao tocar nesse assunto, ela incita todas as representações presentes na sociedade, evitando limitar os sentidos.

Na história contemporânea da mulher brasileira, uma série de conquistas aconteceram a fim de corrigir a desigualdade entre homens e mulheres. O direito ao voto conquistado na Constituição de 1934 no governo de Getúlio Vargas foi o primeiro passo para mudar o estereótipo da mulher “esposa” e “dona de casa”, porém foi insuficiente diante do grande número de mulheres analfabetas proibidas a votar.

A luta pelo direito ao voto não é ao único argumento que justifica o caráter forte atribuído à mulher. O que percorre socialmente é a ideia das múltiplas funções atribuídas à mulher brasileira, que teve que somar à função de mãe, a função de profissional e chefe de casa. A mulher ganhou muito com a transformação desse imaginário, porém toda essa conquista somou-se às “obrigações” inerentes ao sexo feminino construindo um outro imaginário. Diante dessa construção, a enunciadora confere à mulher brasileira a representação de força para designar uma mulher atuante em várias frentes: trabalho, educação e bem-estar da família.

Ao se valer das atribuições destinadas às mulheres brasileiras, a enunciadora sinaliza ter todos esses predicativos para atuar e ser muito bem-sucedida como presidente da república visto que é mulher e brasileira. Diante dessa congruência de sentidos, ela busca passar a imagem de competência e valentia para administrar o país, porque seguirá o “exemplo da mulher brasileira”.

Outra questão observada diz respeito ao trecho “**Venho para abrir portas para que muitas outras mulheres, também possam, no futuro, ser presidenta; e para que -no dia de hoje- todas as brasileiras sintam o orgulho e a alegria de ser mulher**”. Esse trecho reflete algumas verdades a respeito da inserção da mulher no cenário político.

Ao tocar nesse aspecto da participação feminina na política, encontramos uma verdade racional que serve de base para o discurso da enunciadora. Mesmo que essa

informação apareça informalmente, observou-se que existe um dado que comprova a pequena participação feminina, que atua na legitimação do discurso a respeito da mulher brasileira.

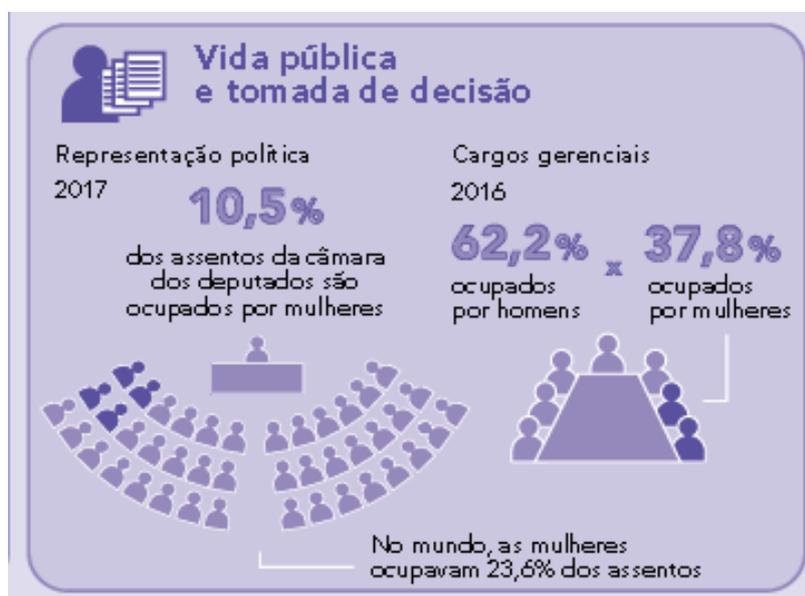


Figura 3 Vida pública e tomada de decisão

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais.

Por fim, observa-se o uso do termo “presidenta” para renomear uma nomenclatura consagrada pelo uso do termo “presidente”. A institucionalização dessa nomenclatura é um ato fortemente político e com tom simbólico. Não basta apenas ser a primeira mulher, brasileira e presidente no mais alto cargo do Brasil. É preciso inaugurar uma era com todos os recursos importantes e mesmo sendo apenas uma nomenclatura, revela-se uma resignificação da mulher em si, conclamando a união feminista para atuação conjunta na construção de um novo tempo com novos sentidos.

6.2 O *ETHOS* DISCURSIVO COMO RECURSO DA VERDADE

O *ethos* discursivo é um recurso eficiente na estratégia política. Por meio do discurso a instância política produz um sujeito eficiente, lutador, engajado, preocupado, competente, etc. Essas são as várias máscaras (CHARAUDEAU, 2015)

possíveis de serem criadas para alcançar um objetivo explícito: poder. Nos discursos de posse o *ethos* também está presente e sua performance está atrelada não só a criação da imagem positiva do presidente eleito, como também na ação do efeito de verdade. O presidente cria sua imagem a ponto de persuadir a instância cidadã de que é o homem certo para estar ali, transmitindo a imagem de seriedade.

Os *ethos* dos ex-presidentes Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff são construídos por elementos discursivos e extradiscursivos que sempre estão se reforçando. Elementos extradiscursivos são aqueles que compõem a vida individual de cada ex-presidente: quem é; como fala; gestos da oratória; história de vida. No *ethos* discursivo se analisa como cada ex-presidente constrói sua imagem por meio daquilo que enuncia, o discurso. É nessa teia de significados que se nota a importância do *ethos* em relação a verdade. A primeira verdade, a extradiscursiva, já é posta em ação momento antes da enunciação quando a instância cidadã utiliza da veridicção para constatar se há uma relação com o *ethos* da retórica. Ao enunciar, uma série de informações são requeridas para constatação da imagem que se apresenta no momento do discurso. Ao afirmar ser sujeito operário, espera-se marcas que reflitam de alguma maneira essa informação na ação enunciativa, ou então, espera-se determinado discurso. Ao afirmar ser professora de Língua Portuguesa, espera-se um discurso compatível com o *ethos na retórica*. O *ethos* discursivo já é diferente, porque só pode passar pelo crivo da veridicção no momento da enunciação. A construção da autoimagem funciona como um recurso a ser requerido tempos depois na constatação das verdades. Ao me pronunciar honesta, essa informação passa a fazer parte da imagem que se caracteriza como verdade, sendo “consultada” constantemente como elemento de veridicção.

No que diz respeito ao extradiscursivo, tecemos análise desse aspecto para o presidente Luís Inácio Lula da Silva. O *ethos retórico* informa ser um ex-operário que se tornou líder sindical pela sua militância e conseqüentemente entrou para a vida política. A falta de tradição na política fez com que outras construções concorressem com as informações reais com a finalidade de diminuí-lo e afetá-lo politicamente. Essas construções, muitas vezes depreciativas não foram abandonas por parte do ex-presidente, tornando-se sua identidade. Através de sua figura, a imagem de operário ganhou mais força no imaginário social. Como líder sindical, o ex-presidente sempre

foi dono de uma persuasão carregada de elementos emocionais e reivindicatórios. Assim nasceu a imagem do ex-presidente, líder, mas ao mesmo tempo operário. Porta-voz do trabalhador brasileiro e representante único do Partido dos Trabalhadores. Nordestino e operário, ele era constantemente visto com roupas simples (camisetas e calças jeans) o que fugia um pouco do estereótipo do político brasileiro (terno e gravata).

Já no que diz respeito nos aspectos discursivos, Lula sempre utilizou um discurso informal como estratégia política. Seus discursos são próximos a uma conversa, porque essa é a imagem que o então presidente construiu em sua vida política. Outro ponto importante do discurso de Lula é o fato do uso inclusivo do pronome *nós*. O ex-presidente reafirma por meio do *nós* a voz de nação, do coletivo, de união, corroborando com a imagem de brasileiro e trabalhador.

Teremos que manter sob controle as nossas muitas e legítimas ansiedades sociais, para que elas possam ser atendidas no ritmo adequado e no momento justo; teremos que pisar na estrada com os olhos abertos e caminhar com os passos pensados, precisos e sólidos, pelo simples motivo de que ninguém pode colher os frutos antes de plantar as árvores (BRASIL...,2003, *grifo nosso*).

O que determina o uso da 1ª pessoa do plural está no próprio simbolismo da ação política. O sujeito presidente firma por um contrato ser o porta-voz da instância cidadã tendo em vista a obtenção de um bem comum. Destarte, o sujeito presidente recebe legitimação para agir em nome do povo e, portanto, as referências a si e ao povo recebem denotação de contrato, visto que há um projeto em que ele mesmo está inscrito, além de ser o protagonista na sua realização sendo totalmente responsável por ele.

Um outro ponto a observar é a questão da construção da imagem do nordestino que sempre fez parte dos discursos políticos do ex-presidente em que quase sempre foi utilizado em seu discurso como símbolo de luta e superação, representando a vitória do nordestino na cidade grande.

Quando olho a minha própria vida de retirante nordestino, de menino que vendia amendoim e laranja no cais de Santos, que se tornou torneiro mecânico e líder sindical, que um dia fundou o Partido dos Trabalhadores e acreditou no que estava fazendo, que agora assume o posto de Supremo Mandatário da Nação, vejo e sei, com toda a clareza e com toda a convicção, que nós podemos muito mais (BRASIL...,2003).

Mostra-se a imagem de sucesso de um retirante nordestino na cidade grande, provocando o efeito de verdade na materialização de um sonho, da personificação da vitória de vida, além da sensibilização por meio de relatos que demonstram a realidade que perpassa os retirantes nos grandes centros urbanos do Brasil, vidas sofridas e muitas vezes devastadas pela miséria.

No discurso de reeleição de 2007, o ex-presidente atualiza sua imagem através da construção discursiva seguindo a mesma estrutura do 1º discurso de posse de 2003. Porém, observou que enquanto no 1º discurso o *ethos* discursivo está posicionado ao término do discurso, representando até mesmo uma informação secundária, no discurso de reeleição ele abre praticamente o discurso, estando posicionado no início, ressaltando a imagem do ex-presidente. A possível mudança de posição do *ethos discursivo* revela possíveis emergências contextuais; se em 2003 a estratégia discursiva era construir a ideia de mudança por meio de um líder comprometido, fundido na imagem de povo; no discurso de 2007 a estratégia se apresenta um pouco diferente, dando destaque a um enunciador competente e capaz de conduzir por mais quatro anos a presidência da república.

O que então ocorreu foi o resultado de um poderoso movimento histórico do qual eu me sentia, e ainda hoje me sinto, parte e humilde instrumento. Pela primeira vez, um homem nascido na pobreza, que teve que derrotar o risco crônico da morte na infância e vencer, depois, a desesperança na idade adulta, chegava, pela disputa democrática, ao mais alto posto da República. (BRASIL..., 2007).

O efeito do *ethos discursivo* é adesão à sua imagem por meio da sensibilização. O ex-presidente confere a si a imagem de um vencedor. Mas essa vitória só se faz completa com a chegada ao alto posto assim denominado por ele. A iminência da morte na infância e a chegada à idade adulta já seriam motivos para ser considerado um vencedor na vida. O ex-presidente se denomina um homem de muitas lutas.

Pela primeira vez, a longa jornada de um retirante, que começara, como a de milhões de nordestinos, em cima de um pau-de-arara, terminava, como expressão de um projeto coletivo, na rampa do Planalto. (BRASIL...,2007)

O imaginário trabalhado neste trecho está associado a imagem do nordestino. A imagem do nordestino configura na sociedade como aquele que vence a adversidade diária do clima com perseverança. O nordestino é tido como uma figura ao mesmo tempo forte e sofrida que luta na busca de uma vida melhor. Essa imagem

configura como positiva na criação do *ethos discursivo* do ex-presidente, expondo a imagem de um homem forte e adequado para ser/continuar presidente da república.

Eu, sou também igual e diferente. Sou igual naquilo que mais prezo: no profundo compromisso com o povo e com meu País. Sou diferente na consciência madura do que posso e do que não posso, no pleno conhecimento dos limites. Sou igual no ímpeto e na coragem de fazer. Sou diferente na experiência acumulada na difícil arte de governar (BRASIL..., 2007).

A imagem construída no excerto acima revela que o ex-presidente adiciona à sua imagem de nordestino, vencedor e lutador, o elemento de político experiente, funcionando mais como uma autoavaliação dos quatro anos de mandato. A estratégia parece caminhar para uma análise que represente as dificuldades enfrentadas à frente da presidência da república, mas que além disso mostre prudência, cautela e refreie possíveis cobranças diante da difícil tarefa de liderar um país.

Os discursos de posse da ex-presidente em 2011 e 2015 não exploram da mesma forma a construção do *ethos* discursivo como a do seu antecessor. A ex-presidente constrói sua imagem por meio de enunciados que estão sempre ao término do discurso, destacando que não é seu objetivo exaltar sua imagem “**Não venho enaltecer a minha biografia**” colocando seu *ethos* em 2º plano como recurso discursivo. Nas informações extradiscursivas uma que foi muito explorada pela própria ex-presidente e pela imprensa brasileira é a de ter participado de movimentos contra o regime militar e ter sido vítima de tortura. Essa informação sempre acompanhou a ex-presidente na construção da imagem de uma pessoa engajada politicamente construindo sua marca na política brasileira.

Destaca-se o seguinte enunciado:

Reafirmo que prefiro o barulho da imprensa livre ao silêncio das ditaduras. Quem, como eu e tantos outros da minha geração, lutamos contra o arbítrio e a censura, somos naturalmente amantes da mais plena democracia e da defesa intransigente dos direitos humanos, no nosso País e como bandeira sagrada de todos os povos (BRASIL...,2015).

No excerto acima temos a primeira construção da imagem do *ethos* da ex-presidente. Ao enunciar que prefere o “**barulho da imprensa**”, ela expõe o sentido de que a imprensa não é e nem pode ser silenciada, referindo-se também a censura que tanto marcou esse regime. O fato de ser adepta do barulho da imprensa já a coloca no papel de opositora ao regime militar que governou o Brasil entre os anos de

1964 a 1985 sem precisar expor essa informação devido ao fato de recobrar uma memória discursiva. A relação entre os elementos de “fora” do discurso complementa a imagem construída pela enunciativa, delineando uma mulher que fala a partir de um fato real vivido.

Nesse mesmo excerto aproveita-se não para apenas tecer considerações acerca de si mesma, mas usa como recurso discursivo a inclusão de outros personagens para atestar e consolidar o efeito de verdade **“eu e tantos outros da minha geração”**. Esse recurso funciona muito bem quando se espera que os interlocutores concordem e se incluam na representatividade do discurso enunciado. No mesmo discurso, verifica-se a apresentação de dois locais políticos, a ditadura e a democracia, uma dualidade política antagônica. Ao enunciar que está do lado da democracia, da liberdade, a enunciativa julga indiretamente a ditadura militar sem entrar em atrito de maneira explícita.

O tema ditadura é tratado com muita cautela e sem muitos detalhes, sem prolongamentos, mas que aparece no discurso de posse, porque justamente elementos extradiscursivos estão sendo recobrados a aparecer no discurso como veridificação de verdade. A materialidade discursiva de quem sou e do que vivi é muito esperado no discurso de posse como efeito de verdade.

Chegamos ao final desse longo discurso. Dediquei toda a minha vida a causa do Brasil. Entreguei minha juventude ao sonho de um país justo e democrático. Suportei as adversidades mais extremas infligidas a todos que ousamos enfrentar o arbítrio. Não tenho qualquer arrependimento, tampouco ressentimento ou rancor. Muitos da minha geração, que tombaram pelo caminho, não podem compartilhar a alegria deste momento. Divido com eles esta conquista, e rendo-lhes minha homenagem (BRASIL..., 2011).

A enunciativa dedica-se muito pouco em se autodefinir no discurso de posse. Uma mulher-presidente que renuncia em criar seu *ethos* discursivo no discurso de posse de forma enfática. É breve em tratar de si e acaba criando sua imagem a partir daquilo que não diz. Não afirma ser, mas prefere representar o que é, deixando para o interlocutor a tarefa de compreendê-la como representatividade feminina. Ao término de seu discurso a enunciativa agrega algumas características à sua imagem, tais como: altruísmo **“Dediquei toda a minha vida a causa do Brasil”**, coragem e força **“Suportei as adversidades mais extremas infligidas a todos que ousamos**

enfrentar o arbítrio”, benevolência “Não tenho qualquer arrependimento, tampouco ressentimento ou rancor”.

Portanto, os recortes do discurso que expressam uma possível construção do *ethos discursivo* revela apenas um único objetivo: persuadir o interlocutor a acreditar que sua imagem reúne todos predicativos necessários para elevada função política. A exposição do *ethos* realizada por meio do discurso, faz-se importantíssima principalmente no discurso de posse. Nele pode-se enfatizar, retificar, consolidar a imagem de sucesso, confirmando capacidade de gestão política para liderar o país. O efeito de verdade no discurso dos ex-presidentes é resultado da junção do *ethos discursivo* e do *ethos* da retórica na produção de uma imagem de sobreviventes. Tanto o ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva quanto a ex-presidente Dilma Rousseff compartilham dessa imagem de maneiras distintas, mas que se assemelham pelo fato de que ele é sobrevivente de uma condição de miséria e ela é sobrevivente de uma condição política opressora. Na política, existe intensa preocupação com o *ethos retórico*, porque é a ligação com o caráter do enunciador. Numa constante preocupação em sustentar esses *ethos*, percebe-se a interveção do *ethos* discursivo para assegurar o verossímil. É nesse panorama que a linguagem atua para constituir o “personagem” presidente e sua respectiva verdade, agindo sobre o outro, dando significado ao seu discurso, mas não escapando ao crivo do *ethos retórico*.

6.3 PARRESÍA, UMA INTERPRETAÇÃO POSSÍVEL

No aporte teórico, utilizou-se as contribuições de Michel Foucault para trazer para essa pesquisa um elemento importante da verdade, a *parresía*. Ao tratar da verdade no discurso político, analisou-se que o sujeito “convencido” da verdade fala com *parresía*, logo, tanto a verdade como a *parresía* estão intimamente ligadas por uma relação estreita. Se a *parresía* é a coragem de dizer tudo, esse tudo se refere a verdade. Por conseguinte, é preciso delimitar quais aspectos estão carregados de *parresía*, porque em sua definição está a premissa de que o sujeito não deve expor nada “da boca pra fora”. Dessa forma, o *parresiasta* deve expor aquilo que é real, aquilo que incomoda, que ninguém diz. Esse é o papel do *parresiasta*, ser sincero e corajoso quando ninguém mais assume essa responsabilidade. Para que o jogo *parresiástico* aconteça é preciso que todos estejam de acordo em participar, tanto o

locutor quanto o interlocutor. Revisados alguns pontos essenciais, analisemos o discurso de posse. Onde há a presença da *parresía* no discurso de posse?

Iniciemos nossa análise pelos temas que merecem fazer parte do jogo *parresiástico*. O discurso de posse traz inúmeras temáticas para a constituição do sentido. Ele é atravessado também por inúmeros objetivos, além do objetivo primordial que é apresentar um plano de governo. Esse documento consegue contemplar diferentes áreas, dirigir-se a diferentes públicos, como também admitir erros e fracassos. É oportunidade única para agregar um efeito de verdade, é momento ímpar para persuadir o interlocutor. O presidente precisa, em algumas vezes, enunciar assuntos desconfortáveis com o propósito de esclarecer fracassos, corrupções antes que outro o faça em seu lugar.

A verdade requer coragem de quem a enuncia e de quem a ouve. Certas temáticas sofrem interdições no discurso político e requerem cuidado no trato com as informações. O presidente da república assume o papel de maior *parresiasta* da nação, encarregando-se da responsabilidade de governar com verdade e coragem, num compromisso político e ético. Baseado nesse aspecto, o presidente da república deve como uma preocupação emergencial tratar de assuntos no discurso de posse que corresponde a um tom de reconhecimento do que assusta a instância cidadã, ou seja, falar o que todos sabem, só que dessa vez no discurso da autoridade máxima do país. Alguns temas assumem uma importância muito grande nos discursos políticos e são sempre convocados, refletindo transparência e empenho em solucioná-los. Essa transparência e esse empenho estão relacionados ao desejo em enunciar a verdade como uma contribuição social, pois o bem comum da nação está em jogo e o presidente como o primeiro *parresiasta* tem por obrigação utilizar de uma *parresía* política e ética. Nos quatro últimos discursos de posse, verificou dois temas que estão nos respectivos discursos de reeleição, 2007 e 2015. Nesse caso a *parresía* assume contornos de reconhecimento e confissão.

O Brasil ainda precisa avançar em padrões éticos e em práticas políticas. Mas hoje é muito melhor na eficiência dos seus mecanismos de controle e na fiscalização sobre seus governantes. Nunca se combateu tanto a corrupção e o crime organizado. Muita coisa melhorou na garantia dos direitos humanos, na defesa do meio ambiente, na ampliação da cidadania e na valorização das minorias (BRASIL..., 2007).

Atestar que o trecho acima seja uma verdade constitui um trabalho um tanto quanto impossível, mas é possível verificar o efeito dessa verdade. Acredita-se que a coragem da verdade no discurso de posse esteja atrelada ao fato do ex-presidente enunciar sobre temas que envolvem corrupção, críticas ou fracassos justamente porque na posição de *parresiasta* é seu dever trazer à tona assuntos árduos a fim de que se faça uma autoavaliação de seu governo anterior, representando humildade e transparência. Destarte, os discursos de posse do 2º mandato servem para criar um efeito de verdade por meio dessa coragem. No trecho acima, o ex-presidente se prontifica a enunciar sobre a corrupção tecendo um juízo a respeito do que precisa ser melhorado: **“O Brasil ainda precisa avançar em padrões éticos e em práticas políticas”**. O ex-presidente discute sobre a corrupção na política, porque parte da ideia de que os políticos são corruptos, desonestos e que a impunidade impera. Além desse imaginário o ex-presidente sente a emergência de discutir sobre a corrupção em seu discurso de posse devido a um escândalo em seu primeiro mandato nomeado “Mensalão⁵”. Diante desse contexto, ele assume a importância de tratar desse assunto com coragem, admitindo esse imaginário e sugerindo a necessidade de mudança. Ao mesmo tempo que confirma uma realidade, a corrupção, também enuncia o que já fez para combater essa prática. Considera-se coragem quando o enunciador identifica a emergência que o tema requer (corrupção) para criar seu discurso de posse como uma estratégia política.

No discurso da ex-presidente em 2015, outro tema assume emergência de ser enunciado. Seguindo a mesma lógica de seu antecessor, ela enuncia sobre um esquema de corrupção surgido em seu primeiro mandato envolvendo a instituição Petrobrás.

Como fiz na minha diplomação, quero agora me referir a nossa Petrobras, uma empresa com 86 mil empregados dedicados, honestos e sérios, que teve, lamentavelmente, alguns servidores que não souberam honrá-la, sendo atingidos pelo combate à corrupção.

A Petrobras já vinha passando por um vigoroso processo de aprimoramento de gestão. A realidade atual só faz reforçar nossa determinação de implantar, na Petrobras, a mais eficiente e rigorosa estrutura de governança e controle que uma empresa já teve no Brasil.

A Petrobras é capaz disso e capaz de muito mais. Ela se tornou a maior empresa do mundo em capacitação técnica para a prospecção de petróleo em águas profundas. Daí resultou a maior descoberta de petróleo deste início

⁵ Segundo o Ministério Público, era o esquema de pagamento de propina a parlamentares para que votassem a favor de projetos do governo.

de século – as jazidas do pré-sal -, cuja exploração, que já é realidade, vai tornar o Brasil um dos maiores produtores de petróleo do planeta.

Temos muitos motivos para preservar e defender a Petrobras de predadores internos e de seus inimigos externos. Por isso, vamos apurar com rigor tudo de errado que foi feito e fortalecê-la cada vez mais. Vamos, principalmente, criar mecanismos que evitem que fatos como estes possam voltar a ocorrer. O saudável empenho da Justiça, de investigar e punir, deve também nos permitir reconhecer que a Petrobras é a empresa mais estratégica para o Brasil e a que mais contrata e investe no país.

Temos, assim, que saber apurar e saber punir, sem enfraquecer a Petrobras, nem diminuir a sua importância para o presente e para o futuro. Não podemos permitir que a Petrobras seja alvo de um cerco especulativo de interesses contrariados com a adoção do regime de partilha e da política de conteúdo nacional, partilha e política de conteúdo nacional que asseguraram ao nosso povo o controle sobre nossas riquezas petrolíferas. A Petrobras é maior do que quaisquer crises e, por isso, tem capacidade de superá-las e delas sair mais forte. (BRASIL..., 2015, *grifo nosso*).

Novamente o tema corrupção é discutido nos discursos de reeleição. A enunciadora enuncia uma verdade a fim de construir uma relação de transparência, honestidade com o eleitor, não se eximindo de tratar de temas como esse. Ao trazer esse tema para o discurso de posse, a ex-presidente busca realizar uma autoavaliação de seu primeiro mandato, produzindo uma atmosfera positiva e de confiança em seu 2º mandato. O tema *Petrobras* surge no discurso de posse da ex-presidente como mais uma possibilidade de discutir a verdade que perpassa a política naquele momento. A ex-presidente não se nega a discutir e reconhecer que um grande esquema de corrupção existia na estatal brasileira quando diz que “**alguns servidores que não souberam honrá-la**”, evidenciando a urgência desse assunto no discurso de posse. Além de assumir os problemas da “realidade atual” provenientes da crise, a ex-presidente empenha-se em evidenciar por meio dos verbos “**implantar, preservar, defender, evitem, apurar, punir**” as medidas para assegurar o restabelecimento da honestidade e da ordem na instituição. Dessa forma o discurso de posse sempre expõe temáticas que se revelam desconfortáveis de serem enunciadas, mas que são importantes na construção do elo entre o então presidente eleito com a verdade e como representação da coragem da verdade.

7 AS SUBJETIVIDADES DOS PRESIDENTES

Na organização da sociedade o homem deixa de ser “apenas” homem para também assumir o papel de sujeito. Ao conceito “sujeito” está inserido a concepção social do indivíduo, com seu sujeitamento, uma máscara perante a sociedade. Todos as pessoas assumem papéis sociais transformando-se em sujeitos e isso implica em usar diferentes máscaras. Na organização de cada sujeito uma série de formas, tipos e jeitos acabam por dar contorno aos sujeitos constituindo “modelos” e parâmetros para sistematização do tema. Aos sujeitos são destinadas subjetividades que podem reforçar ou contradizer esses “tipos” de sujeitos de acordo com a perspectiva social. As subjetividades do sujeito “mãe”, por exemplo, reforçam a ideia de um sujeito que protege, cuida e zela, fortificando no imaginário social essa imagem. Porém, as subjetividades estão dispostas de uma maneira que a todo momento podem ser reconfiguradas, inaugurando um novo sujeito com novas subjetividades no contexto da atualidade. A urgência do contexto se encarrega de adequar as subjetividades no tempo, permitindo sempre um novo tipo de sujeito. Ao sujeito “presidente” da república também são fixadas “subjetividades” que o marcam como um sujeito do discurso; modelos “pré-determinados” que auxiliam na identificação do sujeito, compõem sua marca, expressando sua máscara, constituindo um dos sujeitos que o habita.

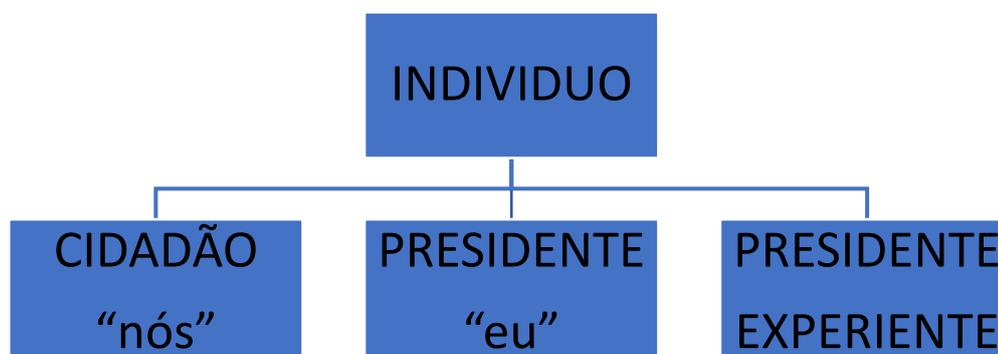
Ao sujeito presidente, algumas subjetividades são particulares ao momento específico como ao momento de posse. Espera-se que o sujeito presidente realize certas “ações” confirmando sua posição social, porém nada impede que outras subjetividades estejam inseridas nas de presidente. Isso é comprovado nos quatro discursos de posse analisados. Existem algumas diferenças quanto às subjetividades observadas principalmente nos discursos de reeleição. Esses discursos assumem um tom diferente em relação ao discurso de eleição o que revelou uma certa diminuição no engajamento discursivo em evidenciar o sujeito. Diante desse aspecto, fez-se importante destacar isso, visto que há a possibilidade de destacar características referente ao discurso posse do 1º mandato e ao discurso de reeleição.

Observamos no discurso de posse que as subjetividades presentes nele constroem de uma forma geral um sujeito que ao mesmo tempo se inclui integrante do coletivo -povo, não deixando também de se colocar como líder, de uma maneira

muito pessoal. Concomitantemente intercala enunciados onde impõe sua autoridade de presidente, com enunciados em que se coloca como servidor das determinações do povo. Vejamos as subjetividades nos discursos de 2003 e 2007.

7.1 SUJEITOS DO DISCURSO DE 2003 E 2007

Ao analisar as subjetividades do discurso de 2003 e 2007, identifica-se três sujeitos muito fortes e marcados nos discursos de posse. É importante evidenciar que as subjetividades constroem sujeitos marcados socialmente, que corroboram com a representação do sujeito honrado, honesto e do povo.



Observamos que no discurso de 2003 e 2007 existe um sujeito que em primeiro lugar se coloca como cidadão brasileiro. As subjetividades evidenciam uma um indivíduo identificado como cidadão, um “companheiro”. Isso acontece porque se observa as marcas textuais representadas nos verbos em primeira pessoa do plural que tem a função de mostrar que quem enuncia é um sujeito preocupado com o aspecto comunitário e que fala não somente de si, mas de um grupo. Nas subjetividades de cidadão e “companheiro” existe um sentido que contribui para o discurso expressando a imagem de um sujeito individual que busca junto com os demais cidadãos brasileiros (de forma coletiva) um bem comum, passando a ser reconhecido como porta-voz do povo, justificando a transformação de um “eu” em “nós”. As marcas verbais em 1ª pessoa do plural estão imbuídas na representação das responsabilidades que todos os sujeitos cidadãos devem recobrar para si, não se abstendo do dever de agirem “juntos” para a conquista de um objetivo coletivo como visto nos verbos e locuções verbais **“vamos mudar”, “não podemos”, “teremos”, “começaremos”, “vamos acabar”**.

No entanto, o discurso não é organizado apenas em torno de uns “nós”, de subjetividades “coletivas”, mas também permite articular outras estruturas indicando o aparecimento de outras subjetividades. Uma forma para evidenciar esse aspecto está na compreensão de como o enunciador se posiciona no discurso. Os respectivos discursos analisados seguem o padrão de alternar duas posições discursivas; em alguns momentos se visualiza o “nós”, em outros um “eu” numa forma assimétrica. O resultado dessa alternância entre “*eu-nós*” revelou que o discurso em determinados momentos assume tom deliberativo, convocando frequentemente a instância cidadã a juntos refletirem para resolução de um problema ou planejamento de futuras ações. Para momentos como esse, o “nós” e as subjetividades presentes nele apresentam-se adequadas para compor o sentido que se quer expressar no discurso de posse. Já em outros momentos, o discurso é atravessado por um “eu” que assume uma tomada completa de responsabilidade diante da grandiosidade que é gerir um país, apontando subjetividades referentes a um líder. Esse espaço assumido no discurso pelo sujeito presidente acontece para que seja possível construir sentidos que determinem as relações de confiança necessárias e importantes nesse tipo de discurso. O sujeito cidadão “nós” (povo) não desempenha o grau mais elevado de liderança que esse determinado discurso precisa assumir, sendo assim o sujeito presidente (líder) precisa se tornar visível. Um líder assume responsabilidades, além de compartilhar obrigações. Essa representação justifica a escolha e explica que o sujeito, investido de um poder jurídico, saberá fazer uso dele para traçar o melhor caminho para o bem comum, uma espécie de tratado com o povo que o colocou nesse papel. Portanto, na alternância de sujeitos no modelo “*eu-nós*”, a persuasão e a apresentação da verdade passam pela existência de um sujeito que é a fusão das subjetividades de um chefe, para liderar, e um “companheiro”, para compartilhar.

Sendo assim, as subjetividades de líder estão sempre presentes quando o sujeito apresenta proposições, diz o que vai fazer, sinaliza sua responsabilidade, saindo do coletivo para o individual. Esses momentos acontecem porque o sujeito presidente demonstrar empenho, engajamento político e de certa maneira reforça o elo de confiança dado a ele pela instância cidadã.

E eu estou aqui, neste dia sonhado por tantas gerações de lutadores que vieram antes de nós, para reafirmar os meus compromissos mais profundos e essenciais...

Por isso, defini entre as prioridades de meu Governo um programa de segurança alimentar que leva o nome de Fome Zero”.
Quero reafirmar aqui o meu compromisso com a produção, com os brasileiros e brasileiras, que querem trabalhar e viver dignamente do fruto do seu trabalho” (BRASIL..., 2003, *grifo nosso*).

Analisemos as subjetividades do discurso de reeleição.

O modelo “*eu-nós*” que organiza o discurso de 2003 ainda se faz presente no de 2007. Não houve nenhuma modificação quanto a esse aspecto, apenas o acréscimo de outra subjetividade que satisfaz a emergência do contexto. As relações de sentido, as subjetividades apresentadas e conseqüentemente os sujeitos formados no discurso de posse ainda estão lá, mas agora compartilham espaço com o sujeito presidente experiente.

As subjetividades no discurso de reeleição nos conduzem a observar um sujeito que não carrega mais consigo o sentido do novo, nem a mudança, não havendo empenho em retornar a esses sentidos. Cabe ao sujeito agora tomar para si uma nova postura, expressar novas subjetividades na composição do que se pode nomear de “sujeito experiente”, porque o sujeito assim se classifica para a instância cidadã. A experiência que advém do 1º mandato é uma consequência que pode ou não ser explorada pelo sujeito discursivo, dependendo da estratégia política desejada. A construção do discurso aponta para a introdução do sujeito “presidente experiente” por meio de uma série de subjetividades que expressam um sujeito cauteloso, preocupado e contido no seu discurso. O discurso de reeleição imprime a marca de um discurso que reutiliza o que já foi falado para permanecer na representatividade instituída, mas que acredita que é preciso explorar no discurso de reeleição o equilíbrio das ações.

O sujeito presidente retorna ao discurso de posse evidenciando sua experiência, os infortúnios, os dilemas dos quatro anos iniciais.

Sou diferente na consciência madura do que posso e do que não posso, no pleno conhecimento dos limites. Sou igual no ímpeto e na coragem de fazer. Sou diferente na experiência acumulada na difícil arte de governar (BRASIL...,2007).

O sujeito presidente no discurso de reeleição reconhece que o Brasil ainda não atingiu tudo que foi proposto no 1º discurso. O fato de reconhecer aponta para uma preocupação e valorização com o passado, demonstrando um senso de comparação que contribui para realizar uma análise de seu 1º mandato. A importância que atribui ao passado evidencia valorização do que passou para construir o que está por vir. Esse senso de análise compõe a subjetividade de um sujeito preocupado em avaliar ações e situações a fim de extrair dessa análise um bem único para composição de outro.

O discurso atravessado de análises que retomam o passado, constrói um sujeito consciente de seus acertos e erros, mas que principalmente utiliza o seu discurso para manifestar interesse em corrigir o que não obteve sucesso, além de valorizar seus êxitos.

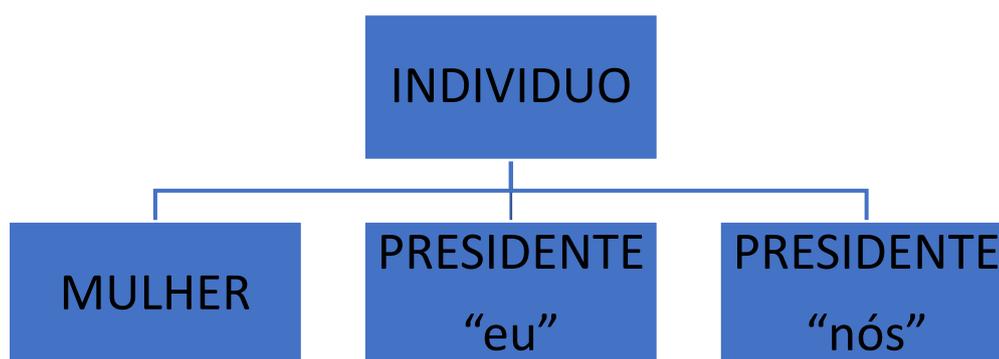
O Brasil ainda é igual, infelizmente, na permanência de injustiças contra as camadas mais pobres. Porém é diferente, para melhor, na erradicação da fome, na diminuição da desigualdade e do desemprego (BRASIL...,2007).

Portanto, as marcas subjetivas no discurso de posse de 2003 e 2007 apontam para os devidos sujeitos: cidadão, presidente e presidente experiente. As marcas que o sujeito presidente imprime, enquadra-o para esse evento nessas três categorias sociais. Sem dúvida a questão de estar presidente e ainda se colocar cidadão é um dos principais elementos que chamam atenção. Não há como negar que entre esses três sujeitos, o sujeito cidadão é o mais utilizado pelo indivíduo construindo sua marca, além de fazer parte da sua composição ideológica. Ao buscar um entendimento acerca das subjetividades que estão fortemente presentes nos respectivos discursos, interpreta-se que subjetividades atreladas a consciência de classe são as que mais governam o sujeito, marcando-o discursivamente. O fato de alguns sujeitos predominarem no discurso político implica em afirmar que esse sujeito ocupa papel importante e de destaque em relação aos outros. Acontece que numa relação discursiva o sujeito inconscientemente assume a máscara que mais o marca socialmente, deixando-se perceber a valorização e exploração de um tipo. As subjetividades puras vêm à tona nas ações e o que aparece num discurso de posse são indícios dela. Ao sujeito cabe indicar por meio do discurso o que parece ser, mas sua concretização acontece nas ações como sujeito presidente. Nos indícios de subjetividade, a consciência de classe o impele a assumir uma postura em relação a

instância cidadã e esse fato padroniza suas ações e instaura modelos, possibilitando a interpretação acerca do sujeito desse discurso. Essa padronização, infelizmente às vezes, constrói modelos pré-concebidos no que diz respeito aos modelos de sujeitos políticos. Com subjetividades semelhantes os sujeitos da política acabam por criar tipos reforçando subjetividades que exercem uma única finalidade, fazer política. Essas subjetividades empobrecem o indivíduo, porque o limita dissimulando a ser quem não é. Nos discursos, as subjetividades estão sistematizadas de acordo com a marca que se quer imprimir, não mais configurando uma marca única, mas sim objeto comum a qualquer um.

7.2 SUJEITOS DO DISCURSO DE 2011 E 2015

Nos discursos de 2011 e 2015 observamos algumas diferenças em relação aos sujeitos sociais dos discursos anteriores. Enquanto que nos discursos passados, observou-se subjetividades que apontavam para um sujeito que produziu discursos em 1ª pessoa do plural (nós), atuando de forma a ser mais um brasileiro e compartilhando de proposições de governo e convocando a instância cidadã, neste percebe-se que o sujeito antes de tudo se identifica como mulher. Uma mulher presidente.



É importante visualizar esse aspecto porque as subjetividades aludem sempre a essa informação, configurando a principal marca subjetiva dos respectivos discursos. Enquanto que nos últimos discursos, notou-se que o sujeito que predominava era o sujeito cidadão, neste o sujeito que predomina é o sujeito mulher;

esse aspecto evidencia que as relações discursivas sempre serão geridas pelo viés do gênero, do sexo e da sexualidade. Essa subjetividade é recuperada para simbolizar algo ao interlocutor. O dispositivo da sexualidade gerou inúmeros saberes, muitos deles censurados, e que conseqüentemente influenciaram nas políticas públicas, na cultura brasileira. Diante desse fato o discurso de posse não só representa o primeiro contato da presidente eleita com seu eleitor, mas extrapola esse sentido emergindo uma problemática anterior que é o simbolismo da mulher no poder acima do homem como presidente da república.

Pela decisão soberana do povo, hoje será a primeira vez que a faixa presidencial cingirá o ombro de uma mulher.
Sinto uma imensa honra por essa escolha do povo brasileiro e sei do significado histórico desta decisão. (BRASIL..., 2011, *grifo nosso*)

As subjetividades femininas no discurso de 2011 revelam uma preocupação com a imagem de mãe, filha e mulher brasileira. Essa imagem atua de maneira muito presente no imaginário social, porque é consagrada culturalmente pela sociedade como exemplo de que toda mulher nasceu para ser mãe. São construções desse tipo que visualizamos no discurso de 2011, construções socioculturais que reafirmam o papel social primário da mulher: ser mãe. Essa ideia organiza as subjetividades femininas num modelo limitador que instaura a ideia de que “antes de ser presidente da república, ela é a mulher e conseqüentemente assume papel de mãe”, informação que reforça estereótipos. Portanto, o sujeito evoca no seu discurso essa imagem atribuindo visível importância a esse fato, enaltecendo e valorizando a imagem feminina, corroborando com a imagem sociodiscursiva.

A identificação do sujeito mulher e da importância que aquele evento assume na história do país é visível no enunciado “**será a primeira vez**”. Esse é o primeiro ponto em que o sujeito mulher sinaliza no discurso a ocorrência agora também do sujeito presidente.

A percepção do tipo de sujeito presidente no discurso se faz efetivamente quando se observa o uso dos verbos ou pronomes referentes a um “eu” como em: “**meu governo**”, “**não vou descansar**”, “**vou perseguir**”, e muitos outros; porém observou-se em relação ao discurso de 2003 que o discurso de 2011 faz uso mais significativo do “eu” evidenciando que o sujeito “presidente” atua mais significativamente que o sujeito “presidente” de 2003. No discurso de 2011 foi

observado que verbos e pronomes em primeira pessoa do singular foram utilizados em torno de 57 momentos contra uma média de 27 do discurso de 2003. Isso representa que enquanto o sujeito do discurso de posse de 2003 é representado na maioria por um “nós”, o sujeito discursivo de 2011 é predominantemente um “eu”, evidenciando uma preferência em construir as relações discursivas de uma maneira singular.

Essa forma singular retoma uma questão muito presente na sociedade que diz respeito ao papel secundário da mulher. A diferença de sexos, determinada pelo modelo *two-sex-model*, foi um modelo que implantou na sociedade diferenças não só nas questões anatômicas, mas foi responsável por incutir na sociedade feminina uma série de questões que ainda hoje estão presentes nas relações sociais como a necessidade em atestar suas capacidades. O sujeito “presidente” de 2011 expressa uma consciência em torno da sua responsabilidade em relação ao cargo que exerce como também ao fato de ter como a responsabilidade maior dar continuidade a um projeto político exposto no discurso de 2003. Venho, antes de tudo, para dar continuidade ao maior processo de afirmação que este país já viveu. (BRASIL...,2011, *grifo nosso*)

Ao assumir a tarefa de dar continuidade, o sujeito se vê responsável em evidenciar essa informação ao longo de todo discurso, apontando para um uso maior para os verbos de 1ª pessoa do singular numa representação de capacidade e força para conduzir o país. Esse fator é importantíssimo porque o discurso de 2011 nasce a partir de um “parâmetro” que seria o discurso de 2003 sendo as comparações inevitáveis, isso explica sua carga significativa e a exploração da 1ª pessoa do singular.

No uso dos pronomes em 3ª pessoa, o sujeito presidente evita as expressões “nosso país” ou “nosso povo”, dando prioridade para “o Brasil”, o “povo brasileiro”. Isso representa uma predominância a esses termos para referir-se a assuntos específicos, procurando utilizar a 3ª pessoa do singular para conferir um tom de neutralidade e distanciamento, empregando um caráter de constatação de alguma informação, legitimando seu discurso a assumir uma verdade

Por que não?

“O nosso país optou, ao longo de sua história, por construir um estado provedor

Por fim, o sujeito do discurso de posse da reeleição.

As marcas subjetivas nesse discurso apontam para uma mudança do sujeito em relação ao seu posicionamento no discurso de 2011. No discurso de 2011, observou-se o maior uso de pronomes e verbos na 1ª pessoa do singular “eu”. Já no discurso de 2015, constatou-se que houve uma preferência pelos verbos na 1ª pessoa do plural “nós”. Na análise discursiva ficou claro que no primeiro discurso o sujeito estava muito preocupado em garantir uma continuidade no projeto de governo de 2003 e 2007. Para isso recorre constantemente a enunciados do tipo **“venho para consolidar a obra transformadora do presidente Luís Inácio Lula da Silva”, “ a maior homenagem que posso prestar a ele é ampliar e avançar as conquistas do seu governo”** para garantir para a instância cidadã que o projeto de governo iniciado em 2003 continuaria com uma nova presidente. Diante disso há, discursivamente falando, um engajamento muito grande do sujeito em sempre tomar demasiadamente para si as responsabilidades no anseio de sinalizar sua capacidade em ser a presidente do Brasil. O que ocorre no discurso de posse de 2015 é que após os quatro anos, o sujeito se sente confiante na função de presidente, não pesando sobre si a grande tarefa de mostrar-se capaz para o cargo diante de um discurso de reeleição.

Além desse aspecto, observou-se que no discurso de 2015 o sujeito traz a público uma avaliação muito positiva do seu governo, destacando o que foi bem-sucedido e conseqüentemente merece o destaque de ser lembrado. Na verdade, é possível dizer que o sujeito deseja através de seu governo anterior expor informações que atuam como uma justificativa de seu 2º mandato. Este ato de posse é, antes de tudo, uma cerimônia de reafirmação e ampliação de compromissos. É a inauguração de uma nova etapa neste processo histórico de mudanças sociais do Brasil. (BRASIL..., 2015)

Portanto, os quatro discursos de posse analisados apresentam sujeitos que se comportam de maneira diferente mesmo na mesma função social. Mesmo havendo

mais pontos de congruência como a estruturação discursiva de um discurso de posse, denotando que os sujeitos “presidentes” atuam com algumas particularidades que representam sua relação com a instância cidadã. Isso é identificado por meio das subjetividades que estão presentes em cada discurso, sendo também um indicativo de como o sujeito presidente se percebe em relação ao outro, o povo brasileiro, cidadãos. Essa análise conseguiu averiguar, por exemplo, que o sujeito de 2003 e 2007 dá preferência em se incluir junto a um grupo como parte constituinte ao invés de se colocar de maneira singular. Essa relação de alteridade evidencia como o sujeito presidente conduz seu discurso, além de expor as representações simbólicas que cada um faz deles.

Quanto ao grau de comprometimento de proposições e conclamações, os sujeitos assumem responsabilidades distintas em cada tipo de discurso. Nos discursos de 2003 e 2011, discursos de 1º mandato, existe um sujeito que vê nesses discursos a responsabilidade de propor projetos e medidas, conclamar e dividir, invocar as representações de Brasil e do povo brasileiro de forma bem mais enfática que os discursos de 2007 e 2015. Pode se afirmar que os discursos de reeleição são maneiras de o sujeito expor o desempenho de seus quatro anos, além de propor mudanças que visem corrigir possíveis fracassos. Esse aspecto atua mais como uma autoanálise realizada e compartilhada pelo sujeito presidente que vê no discurso de posse a possibilidade de promover essa reflexão, a qual dificilmente será vista novamente em outros de seus discursos.

Destarte, os discursos de posse reafirmam sua tradição na política brasileira. É um evento jurídico por natureza, no entanto é também um evento simbólico. Tanto a instância cidadã quanto a instância política aguardam esse “rito” para iniciar um novo momento político. Ainda não houve evento superior que condensasse tantos aspectos sociais, culturais, políticos quanto o discurso de posse. Mesmo sendo um discurso que mais cumpre com um papel estrutural e tradicional, mantendo sua superioridade em relação aos demais discursos.

REFERÊNCIAS

ARENDDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 2016.

BLACKBURN, Simon. **Dicionário Oxford de Filosofia**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1997.

ARENDDT, Hannah. **Du mensonge à la violence**. Traduction française. Gallimard, Paris, 1972.

BOBBIO, Norberto. **Qual democracia?** 3.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BONFIM, João Bosco Bezerra. **Palavra de Presidente I-Discursos de Posse de Deodoro a Lula**. Brasília: LGE, 2004. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/91988>>. Acesso em: 15 maio 2018.

BRASIL. Presidente (2003-2006: Luiz Inácio Lula da Silva). **Pronunciamento do Presidente da República na sessão solene de posse no Congresso Nacional**. Brasília, 01 jan.2003. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/discursos-de-posse/discurso-deposse-1o-mandato/view>>. Acesso em: 03 jan. 2018.

BRASIL. Presidente (2007-2010: Luiz Inácio Lula da Silva). **Pronunciamento do Presidente da República na sessão solene de posse no Congresso Nacional**. Brasília, 01 jan. 2007. Disponível em: <<http://www.inesc.org.br/noticias/noticias-gerais/2007/janeiro-2007/discurso-de-posse-de-lula/>>. Acesso em: 03 jan. 2018.

BRASIL. Presidente (2011-2014: Dilma Rousseff). **Pronunciamento da Presidenta da República na sessão solene de posse no Congresso Nacional**. Brasília, 01 jan.2011. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/governo/2011/01/leia-integra-do-discurso-de-posse-de-dilma-rousseff-no-congresso>>. Acesso em: 03 jan. 2018.

BRASIL. Presidente (2015-2016: Dilma Rousseff). **Pronunciamento da Presidenta da República na sessão solene de posse no Congresso Nacional**. Brasília, 01 jan. 2015. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/480013-INTEGRA-DO-DISCURSO-DE-POSSE-DA-PRESIDENTE-DILMA-ROUSSEFF-NO-CONGRESSO.html>>. Acesso em: 03 jan.2018.

BRASIL. Presidente (1995-1998: Fernando Henrique Cardoso). **Pronunciamento do Presidente da República na sessão solene de posse no Congresso Nacional**. Brasília, 01 jan.1995. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/fhc/discurso-de-posse-1995.html>>. Acesso em: 03 jan. 2018.

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault**: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2009.

_____. **Introdução a Foucault**. 1.ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2015.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso Político**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2015.

FIORINDO, Priscila Peixinho. Ethos: um percurso da retórica à Análise do Discurso. **Rev. Pandora Brasil**: "O *ethos* nos estudos discursivos da ciência da linguagem." Nº47, outubro de 2012.

FIRMINO, Flávio Henrique. PORCHAT, Patrícia. Feminismo, identidade e gênero em Judith Butler: apontamentos a partir de "problemas de gênero". **Doxa: Revista Brasileira de Psicologia e Educação**, Araraquara, v.19, n.1, p.51-61, jan./jun. 2017. Disponível em: < <https://periodicos.fclar.unesp.br/doxa/article/download/10819/7005>>. Acesso em: 22 abr. 2018.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FONSECA, Márcio Alves da. **Michel Foucault e a constituição do sujeito**. 3 ed. São Paulo: EDUC, 2016.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. **A ordem do Discurso**: aula inaugural o Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014a.

_____. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. 42. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014b.

_____. **A coragem da verdade**: o governo de si e dos outros. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

_____. **Em defesa da Sociedade**: curso no Collège de France-1975/1976. 2. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

_____. **As palavras e as Coisas**: uma arqueologia das ciências humanas; tradução Salma Tannus Muchail. 10. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

_____. **A arqueologia do saber**; tradução Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitário, 2008.

_____. **A História da Sexualidade I - A Vontade de Saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque; revisão técnica de José Augusto Guilhon Albuquerque. 13º. ed. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1988. Disponível em: < https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2940534/mod_resource/content/1/História-da-Sexualidade-1-A-Vontade-de-Saber.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2017.

_____. **A História da Sexualidade II-O Uso dos Prazeres** -Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque; revisão técnica de José Augusto Guilhon Albuquerque. 8º. ed. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1984. Disponível em: < https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2940574/mod_resource/content/1/História-da-Sexualidade-2-O-Uso-dos-Prazeres.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2017.

HOBBS, THOMAS. **Leviatã**: ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil. 2 ed. São Paulo: Martin Claret, 2008.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Educação. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. 4ª ed. Brasília: Ipea, 2011.

MAINGUENEAU, Dominique. **Discurso Literário**. 2.ed. São Paulo: Editora Contexto, 2016.

SARTRE, Jean-Paul. **O que é Subjetividade?** -Tradução Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.

SILVA, Sérgio Gomes da. Masculinidade na história: a construção cultural da diferença entre os sexos. **Rev. Psicologia**: ciência e profissão, Brasília, v. 20 n. 3, set. 2000. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932000000300003>. Acesso em: 22 abr. 2018.

SCHWARCZ, Lilia k. Moritz. Peter Burke. A fabricação do rei. A construção da imagem pública de Luis XIV. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1994, 254 pp. **Rev. Antropologia**, São Paulo, v. 43, n. 1, 2000. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-77012000000100010>> Acesso em: 05 abr. 2017.

SECCO, Lincoln. **História do PT 1978-2010**. Cotia/SP: Ateliê Editorial, 2011.

**ANEXO A- Pronunciamento do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão solene de posse no Congresso Nacional.
Brasília – DF, 01 de janeiro de 2003.**

Excelentíssimos senhores chefes de Estado e de Governo; visitantes e chefes das missões especiais estrangeiras; excelentíssimo senhor presidente do Congresso Nacional, Senador Ramez Tebet;

Excelentíssimo senhor vice-presidente da República, José Alencar; excelentíssimo senhor presidente da Câmara dos Deputados, deputado Efraim Morais; excelentíssimo senhor presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Marco Aurélio Mendes de Faria Mello; senhoras e senhores ministros e ministras de Estado; senhoras e senhores parlamentares, senhoras e senhores presentes a este ato de posse.

"Mudança": esta é a palavra-chave, esta foi a grande mensagem da sociedade brasileira nas eleições de outubro. A esperança, finalmente, venceu o medo e a sociedade brasileira decidiu que estava na hora de trilhar novos caminhos.

Diante do esgotamento de um modelo que, em vez de gerar crescimento, produziu estagnação, desemprego e fome; diante do fracasso de uma cultura do individualismo, do egoísmo, da indiferença perante o próximo, da desintegração das famílias e das comunidades, diante das ameaças à soberania nacional, da precariedade avassaladora da segurança pública, do desrespeito aos mais velhos e do desalento dos mais jovens; diante do impasse econômico, social e moral do país, a sociedade brasileira escolheu mudar e começou, ela mesma, a promover a mudança necessária.

Foi para isso que o povo brasileiro me elegeu Presidente da República: para mudar. Este foi o sentido de cada voto dado a mim e ao meu bravo companheiro José Alencar. E eu estou aqui, neste dia sonhado por tantas gerações de lutadores que vieram antes de nós, para reafirmar os meus compromissos mais profundos e essenciais, para reiterar a todo cidadão e cidadã do meu país o significado de cada palavra dita na campanha, para imprimir à mudança um caráter de intensidade prática, para dizer que chegou a hora de transformar o Brasil naquela Nação com a qual a gente sempre sonhou: uma Nação soberana, digna, consciente da própria importância

no cenário internacional e, ao mesmo tempo, capaz de abrigar, acolher e tratar com justiça todos os seus filhos.

Vamos mudar, sim. Mudar com coragem e cuidado, humildade e ousadia, mudar tendo consciência de que a mudança é um processo gradativo e continuado, não um simples ato de vontade, não um arroubo voluntarista. Mudança por meio do diálogo e da negociação, sem atropelos ou precipitações, para que o resultado seja consistente e duradouro.

O Brasil é um país imenso, um continente de alta complexidade humana, ecológica e social, com quase 175 milhões de habitantes. Não podemos deixá-lo seguir à deriva, ao sabor dos ventos, carente de um verdadeiro projeto de desenvolvimento nacional e de um planejamento, de fato, estratégico. Se queremos transformá-lo, a fim de vivermos em uma Nação em que todos possam andar de cabeça erguida, teremos de exercer quotidianamente duas virtudes: a paciência e a perseverança.

Teremos que manter sob controle as nossas muitas e legítimas ansiedades sociais, para que elas possam ser atendidas no ritmo adequado e no momento justo; teremos que pisar na estrada com os olhos abertos e caminhar com os passos pensados, precisos e sólidos, pelo simples motivo de que ninguém pode colher os frutos antes de plantar as árvores.

Mas começaremos a mudar já, pois como diz a sabedoria popular, uma longa caminhada começa pelos primeiros passos.

Este é um país extraordinário. Da Amazônia ao Rio Grande do Sul, em meio a populações praijeiras, sertanejas e ribeirinhas, o que vejo em todo lugar é um povo maduro, calejado e otimista. Um povo que não deixa nunca de ser novo e jovem, um povo que sabe o que é sofrer, mas sabe também o que é alegria, que confia em si mesmo, em suas próprias forças. Creio num futuro grandioso para o Brasil, porque a nossa alegria é maior do que a nossa dor, a nossa força é maior do que a nossa miséria, a nossa esperança é maior do que o nosso medo.

O povo brasileiro, tanto em sua história mais antiga, quanto na mais recente, tem dado provas incontestáveis de sua grandeza e generosidade; provas de sua capacidade de mobilizar a energia nacional em grandes momentos cívicos; e eu desejo, antes de qualquer outra coisa, convocar o meu povo, justamente para um grande mutirão cívico, para um mutirão nacional contra a fome.

Num país que conta com tantas terras férteis e com tanta gente que quer trabalhar, não deveria haver razão alguma para se falar em fome. No entanto, milhões de brasileiros, no campo e na cidade, nas zonas rurais mais desamparadas e nas periferias urbanas, estão, neste momento, sem ter o que comer. Sobrevivem milagrosamente abaixo da linha da pobreza, quando não morrem de miséria, mendigando um pedaço de pão.

Essa é uma história antiga. O Brasil conheceu a riqueza dos engenhos e das plantações de cana-de-açúcar nos primeiros tempos coloniais, mas não venceu a fome; proclamou a independência nacional e aboliu a escravidão, mas não venceu a fome; conheceu a riqueza das jazidas de ouro, em Minas Gerais, e da produção de café, no Vale do Paraíba, mas não venceu a fome; industrializou-se e forjou um notável e diversificado parque produtivo, mas não venceu a fome. Isso não pode continuar assim.

Enquanto houver um irmão brasileiro ou uma irmã brasileira passando fome, teremos motivo de sobra para nos cobrirmos de vergonha.

Por isso, defini entre as prioridades de meu Governo um programa de segurança alimentar que leva o nome de Fome Zero. Como disse em meu primeiro pronunciamento após a eleição, se, ao final do meu mandato, todos os brasileiros tiverem a possibilidade de tomar café da manhã, almoçar e jantar, terei cumprido a missão da minha vida.

É por isso que hoje conclamo: vamos acabar com a fome em nosso país. Transformemos o fim da fome em uma grande causa nacional, como foram no passado a criação da Petrobrás e a memorável luta pela redemocratização do país. Essa é uma causa que pode e deve ser de todos, sem distinção de classe, partido, ideologia. Em face do clamor dos que padecem o flagelo da fome, deve prevalecer o imperativo ético de somar forças, capacidades e instrumentos para defender o que é mais sagrado: a dignidade humana.

Para isso, será também imprescindível fazer uma reforma agrária pacífica, organizada e planejada.

Vamos garantir acesso à terra para quem quer trabalhar, não apenas por uma questão de justiça social, mas para que os campos do Brasil produzam mais e tragam mais alimentos para a mesa de todos nós, tragam trigo, soja, farinha, frutos, o nosso feijão com arroz.

Para que o homem do campo recupere sua dignidade sabendo que, ao se levantar com o nascer do sol, cada movimento de sua enxada ou do seu trator irá contribuir para o bem-estar dos brasileiros do campo e da cidade, vamos incrementar também a agricultura familiar, o cooperativismo, as formas de economia solidária. Elas são perfeitamente compatíveis com o nosso vigoroso apoio à pecuária e à agricultura empresarial, à agroindústria e ao agronegócio; são, na verdade, complementares tanto na dimensão econômica quanto social. Temos de nos orgulhar de todos esses bens que produzimos e comercializamos.

A reforma agrária será feita em terras ociosas, nos milhões de hectares hoje disponíveis para a chegada de famílias e de sementes, que brotarão viçosas, com linhas de crédito e assistência técnica e científica. Faremos isso sem afetar de modo algum as terras que produzem, porque as terras produtivas se justificam por si mesmas e serão estimuladas a produzir sempre mais, a exemplo da gigantesca montanha de grãos que colhemos a cada ano.

Hoje, tantas áreas do país estão devidamente ocupadas, as plantações espalham-se a perder de vista, há locais em que alcançamos produtividade maior do que a da Austrália e a dos Estados Unidos. Temos que cuidar bem, muito bem, deste imenso patrimônio produtivo brasileiro. Por outro lado, é absolutamente necessário que o país volte a crescer, gerando empregos e distribuindo renda.

Quero reafirmar aqui o meu compromisso com a produção, com os brasileiros e brasileiras, que querem trabalhar e viver dignamente do fruto do seu trabalho. Disse e repito: criar empregos será a minha obsessão. Vamos dar ênfase especial ao projeto Primeiro Emprego, voltado para criar oportunidades aos jovens, que hoje encontram tremenda dificuldade em se inserir no mercado de trabalho. Nesse sentido, trabalharemos para superar nossas vulnerabilidades atuais e criar condições macroeconômicas favoráveis à retomada do crescimento sustentado, para a qual a estabilidade e a gestão responsável das finanças públicas são valores essenciais.

Para avançar nessa direção, além de travar combate implacável à inflação, precisaremos exportar mais, agregando valor aos nossos produtos e atuando, com energia e criatividade, nos solos internacionais do comércio globalizado. Da mesma forma, é necessário incrementar, e muito, o mercado interno, fortalecendo as pequenas e microempresas. É necessário também investir em capacitação tecnológica e infraestrutura voltada para o escoamento da produção.

Para repor o Brasil no caminho do crescimento, que gere os postos de trabalho tão necessários, carecemos de um autêntico pacto social pelas mudanças e de uma aliança que entrelace objetivamente o trabalho e o capital produtivo, geradores da riqueza fundamental da Nação, de modo a que o Brasil supere a estagnação atual e volte a navegar no mar aberto do desenvolvimento econômico e social. O pacto social será, igualmente, decisivo para viabilizar as reformas que a sociedade brasileira reclama e que eu me comprometi a fazer: a reforma da Previdência, a reforma tributária, a reforma política e da legislação trabalhista, além da própria reforma agrária. Esse conjunto de reformas vai impulsionar um novo ciclo do desenvolvimento nacional. Instrumento fundamental desse pacto pela mudança será o Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social que pretendo instalar já a partir de janeiro, reunindo empresários, trabalhadores e lideranças dos diferentes segmentos da sociedade civil.

Estamos em um momento particularmente propício para isso. Um momento raro da vida de um povo. Um momento em que o Presidente da República tem consigo, ao seu lado, a vontade nacional. O empresariado, os partidos políticos, as Forças Armadas e os trabalhadores estão unidos. Os homens, as mulheres, os mais velhos, os mais jovens, estão irmanados em um mesmo propósito de contribuir para que o país cumpra o seu destino histórico de prosperidade e justiça.

Além do apoio da imensa maioria das organizações e dos movimentos sociais, contamos também com a adesão entusiasmada de milhões de brasileiros e brasileiras que querem participar dessa cruzada pela retomada pelo crescimento contra a fome, o desemprego e a desigualdade social. Trata-se de uma poderosa energia solidária que a nossa campanha despertou e que não podemos e não vamos desperdiçar. Uma energia ético-política extraordinária que nos empenharemos para que encontre canais de expressão em nosso Governo.

Por tudo isso, acredito no pacto social. Com esse mesmo espírito constituí o meu Ministério com alguns dos melhores líderes de cada segmento econômico e social brasileiro. Trabalharemos em equipe, sem personalismo, pelo bem do Brasil e vamos adotar um novo estilo de Governo, com absoluta transparência e permanente estímulo à participação popular.

O combate à corrupção e a defesa da ética no trato da coisa pública serão objetivos centrais e permanentes do meu Governo. É preciso enfrentar com

determinação e derrotar a verdadeira cultura da impunidade que prevalece em certos setores da vida pública.

Não permitiremos que a corrupção, a sonegação e o desperdício continuem privando a população de recursos que são seus e que tanto poderiam ajudar na sua dura luta pela sobrevivência.

Ser honesto é mais do que apenas não roubar e não deixar roubar. É também aplicar com eficiência e transparência, sem desperdícios, os recursos públicos focados em resultados sociais concretos. Estou convencido de que temos, dessa forma, uma chance única de superar os principais entraves ao desenvolvimento sustentado do país. E acreditem, acreditem mesmo, não pretendo desperdiçar essa oportunidade conquistada com a luta de muitos milhões de brasileiros e brasileiras.

Sob a minha liderança, o Poder Executivo manterá uma relação construtiva e fraterna com os outros Poderes da República, respeitando exemplarmente a sua independência e o exercício de suas altas funções constitucionais.

Eu, que tive a honra de ser parlamentar desta Casa, espero contar com a contribuição do Congresso Nacional no debate criterioso e na viabilização das reformas estruturais que o país demanda de todos nós.

Em meu Governo, o Brasil vai estar no centro de todas as atenções. O Brasil precisa fazer, em todos os domínios, um mergulho para dentro de si mesmo, de forma a criar forças que lhe permitam ampliar o seu horizonte. Fazer esse mergulho não significa fechar as portas e janelas ao mundo. O Brasil pode e deve ter um projeto de desenvolvimento que seja ao mesmo tempo nacional e universalista. Significa, simplesmente, adquirir confiança em nós mesmos, na capacidade de fixar objetivos de curto, médio e longo prazos e de buscar realizá-los. O ponto principal do modelo para o qual queremos caminhar é a ampliação da poupança interna e da nossa capacidade própria de investimento, assim como o Brasil necessita valorizar o seu capital humano investindo em conhecimento e tecnologia.

Sobretudo vamos produzir. A riqueza que conta é aquela gerada por nossas próprias mãos, produzida por nossas máquinas, pela nossa inteligência e pelo nosso suor.

O Brasil é grande. Apesar de todas as crueldades e discriminações, especialmente contra as comunidades indígenas e negras, e de todas as desigualdades e dores que não devemos esquecer jamais, o povo brasileiro realizou uma obra de resistência e construção nacional admirável. Construiu, ao longo dos

séculos, uma Nação plural, diversificada, contraditória até, mas que se entende de uma ponta a outra do território. Dos encantados da Amazônia aos orixás da Bahia; do frevo pernambucano às escolas de samba do Rio de Janeiro; dos tambores do Maranhão ao barroco mineiro; da arquitetura de Brasília à música sertaneja. Estendendo o arco de sua multiplicidade nas culturas de São Paulo, do Paraná, de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul e da região Centro-Oeste. Esta é uma Nação que fala a mesma língua, partilha os mesmos valores fundamentais, se sente que é brasileira. Onde a mestiçagem e o sincretismo se impuseram, dando uma contribuição original ao mundo. Onde judeus e árabes conversam sem medo. Onde toda migração é bem-vinda, porque sabemos que, em pouco tempo, pela nossa própria capacidade de assimilação e de bem-querer, cada migrante se transforma em mais um brasileiro.

Esta Nação, que se criou sob o céu tropical, tem que dizer a que veio: internamente, fazendo justiça à luta pela sobrevivência em que seus filhos se acham engajados; externamente, afirmando a sua presença soberana e criativa no mundo.

Nossa política externa refletirá também os anseios de mudança que se expressaram nas ruas. No meu Governo, a ação diplomática do Brasil estará orientada por uma perspectiva humanista e será, antes de tudo, um instrumento do desenvolvimento nacional. Por meio do comércio exterior, da capacitação de tecnologias avançadas, e da busca de investimentos produtivos, o relacionamento externo do Brasil deverá contribuir para a melhoria das condições de vida da mulher e do homem brasileiros, elevando os níveis de renda e gerando empregos dignos.

As negociações comerciais são hoje de importância vital. Em relação à Alca, nos entendimentos entre o Mercosul e a União Europeia, na Organização Mundial do Comércio, o Brasil combaterá o protecionismo, lutará pela eliminação e tratará de obter regras mais justas e adequadas à nossa condição de país em desenvolvimento. Buscaremos eliminar os escandalosos subsídios agrícolas dos países desenvolvidos que prejudicam os nossos produtores, privando-os de suas vantagens comparativas. Com igual empenho, esforçar-nos-emos para remover os injustificáveis obstáculos às exportações de produtos industriais. Essencial em todos esses foros é preservar os espaços de flexibilidade para nossas políticas de desenvolvimento nos campos social e regional, de meio ambiente, agrícola, industrial e tecnológico. Não perderemos de vista que o ser humano é o destinatário último do resultado das negociações. De pouco valerá participarmos de esforço tão amplo e em tantas frentes se daí não decorrerem benefícios diretos para o nosso povo. Estaremos atentos também para

que essas negociações, que hoje em dia vão muito além de meras reduções tarifárias e englobam um amplo espectro normativo, não criem restrições inaceitáveis ao direito soberano do povo brasileiro de decidir sobre seu modelo de desenvolvimento.

A grande prioridade da política externa durante o meu Governo será a construção de uma América do Sul politicamente estável, próspera e unida, com base em ideais democráticos e de justiça social. Para isso é essencial uma ação decidida de revitalização do Mercosul, enfraquecido pelas crises de cada um de seus membros e por visões muitas vezes estreitas e egoístas do significado da integração.

O Mercosul, assim como a integração da América do Sul em seu conjunto, é sobretudo um projeto político. Mas esse projeto repousa em alicerces econômico-comerciais que precisam ser urgentemente reparados e reforçados.

Cuidaremos também das dimensões social, cultural e científico-tecnológica do processo de integração. Estimularemos empreendimentos conjuntos e fomentaremos um vivo intercâmbio intelectual e artístico entre os países sul-americanos. Apoiaremos os arranjos institucionais necessários, para que possa florescer uma verdadeira identidade do Mercosul e da América do Sul. Vários dos nossos vizinhos vivem, hoje, situações difíceis. Contribuiremos, desde que chamados e na medida de nossas possibilidades, para encontrar soluções pacíficas para tais crises, com base no diálogo, nos preceitos democráticos e nas normas constitucionais de cada país. O mesmo empenho de cooperação concreta e de diálogos substantivos teremos com todos os países da América Latina.

Procuraremos ter com os Estados Unidos da América uma parceria madura, com base no interesse recíproco e no respeito mútuo. Trataremos de fortalecer o entendimento e a cooperação com a União Europeia e os seus Estados-membros, bem como com outros importantes países desenvolvidos, a exemplo do Japão. Aprofundaremos as relações com grandes nações em desenvolvimento: a China, a Índia, a Rússia, a África do Sul, entre outras.

Reafirmamos os laços profundos que nos unem a todo o continente africano e a nossa disposição de contribuir ativamente para que ele desenvolva as suas enormes potencialidades.

Visamos não só a explorar os benefícios potenciais de um maior intercâmbio econômico e de uma presença maior do Brasil no mercado internacional, mas também a estimular os incipientes elementos de multipolaridade da vida internacional contemporânea.

A democratização das relações internacionais sem hegemonias de qualquer espécie é tão importante para o futuro da Humanidade quanto a consolidação e o desenvolvimento da democracia no interior de cada estado.

Vamos valorizar as organizações multilaterais, em especial as Nações Unidas, a quem cabe a primazia na preservação da paz e da segurança internacionais.

As resoluções do Conselho de Segurança devem ser fielmente cumpridas. Crises internacionais como a do Oriente Médio devem ser resolvidas por meios pacíficos e pela negociação. Defenderemos um Conselho de Segurança reformado, representativo da realidade contemporânea com países desenvolvidos e em desenvolvimento das várias regiões do mundo entre os seus membros permanentes.

Enfrentaremos os desafios da hora atual, como o terrorismo e o crime organizado, valendo-nos da cooperação internacional e com base nos princípios do multilateralismo e do Direito Internacional.

Apoiaremos os esforços para tornar a ONU e suas agências instrumentos ágeis e eficazes da promoção do desenvolvimento social e econômico, do combate à pobreza, às desigualdades e a todas as formas de discriminação, da defesa dos direitos humanos e da preservação do meio ambiente.

Sim, temos uma mensagem a dar ao mundo: temos de colocar nosso projeto nacional democraticamente em diálogo aberto como as demais nações do planeta, porque nós somos o novo, somos a novidade de uma civilização que se desenhou sem temor, porque se desenhou no corpo, na alma e no coração do povo, muitas vezes, à revelia das elites, das instituições e até mesmo do Estado.

É verdade que a deterioração dos laços sociais no Brasil nas últimas duas décadas, decorrente de políticas econômicas que não favoreceram o crescimento trouxe uma nuvem ameaçadora ao padrão tolerante da cultura nacional. Crimes hediondos, massacres e linchamentos crispam o país e fizeram do cotidiano, sobretudo nas grandes cidades, uma experiência próxima da guerra de todos contra todos.

Por isso, inicio este mandato com a firme decisão de colocar o governo federal em parceria com os estados, a serviço de uma política de segurança pública muito mais vigorosa e eficiente. Uma política que, combinada com ações de saúde, educação, entre outras, seja capaz de prevenir a violência, reprimir a criminalidade e restabelecer a segurança dos cidadãos e cidadãs. Se conseguirmos voltar a andar em paz em nossas ruas e praças, daremos um extraordinário impulso ao projeto nacional

de construir, neste rincão da América, um bastião mundial da tolerância, do pluralismo democrático e do convívio respeitoso com as diferenças.

O Brasil pode dar muito a si mesmo e ao mundo. Por isso devemos exigir muito de nós mesmos. Devemos exigir até mais do que pensamos, porque ainda não nos expressamos por inteiro na nossa história, porque ainda não cumrimos a grande missão planetária que nos espera. O Brasil, nesta nova empreitada histórica, social, cultural e econômica, terá de contar, sobretudo, consigo mesmo; terá de pensar com a sua cabeça; andar com as suas próprias pernas; ouvir o que diz o seu coração. E todos vamos ter de aprender a amar com intensidade ainda maior o nosso país, amar a nossa Bandeira, amar a nossa luta, amar o nosso povo.

Cada um de nós, brasileiros, sabe que o que fizemos até hoje não foi pouco, mas sabe também que podemos fazer muito mais. Quando olho a minha própria vida de retirante nordestino, de menino que vendia amendoim e laranja no cais de Santos, que se tornou torneiro mecânico e líder sindical, que um dia fundou o Partido dos Trabalhadores e acreditou no que estava fazendo, que agora assume o posto de Supremo Mandatário da Nação, vejo e sei, com toda a clareza e com toda a convicção, que nós podemos muito mais.

E, para isso, basta acreditar em nós mesmos, em nossa força, em nossa capacidade de criar e em nossa disposição para fazer.

Estamos começando hoje um novo capítulo na história do Brasil, não como Nação submissa, abrindo mão de sua soberania, não como Nação injusta, assistindo passivamente ao sofrimento dos mais pobres, mas como Nação ativa, nobre, afirmando-se corajosamente no mundo como Nação de todos, sem distinção de classe, etnia, sexo e crença.

Este é um país que pode dar, e vai dar, um verdadeiro salto de qualidade. Este é o país do novo milênio, pela sua potência agrícola, pela sua estrutura urbana e industrial, por sua fantástica biodiversidade, por sua riqueza cultural, por seu amor à natureza, pela sua criatividade, por sua competência intelectual e científica, por seu calor humano, pelo seu amor ao novo e à invenção, mas sobretudo pelos dons e poderes do seu povo.

O que nós estamos vivendo hoje, neste momento, meus companheiros e minhas companheiras, meus irmãos e minhas irmãs de todo o Brasil, pode ser resumido em poucas palavras: hoje é o dia do reencontro do Brasil consigo mesmo.

Agradeço a Deus por chegar até aonde cheguei. Sou agora o servidor público número um do meu país.

Peço a Deus sabedoria para governar, discernimento para julgar, serenidade para administrar, coragem para decidir e um coração do tamanho do Brasil para me sentir unido a cada cidadão e cidadã deste país no dia-a-dia dos próximos quatro anos.

Viva o povo brasileiro!

**ANEXO B-Discurso de posse do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na Cerimônia de Compromisso Constitucional perante o Congresso Nacional.
Brasília – DF, 01 de janeiro de 2007.**

Excelentíssimo senador Renan Calheiros, presidente do Congresso Nacional,
Excelentíssimo deputado Aldo Rebelo, presidente da Câmara dos Deputados,
Excelentíssimo senhor José Alencar, vice-presidente da República,
Excelentíssimo ministro Gilmar Ferreira Mendes, presidente em exercício do Supremo Tribunal Federal,
Excelentíssimo senhor Antônio Fernando, procurador-geral da República,
Minha companheira Marisa,
Senhora Marisa Campos Gomes da Silva,
Senhoras e senhores chefes de Missões Diplomáticas,
Governadores aqui presentes,
Senadores e senadoras,
Deputados e deputadas,
Ministros do Supremo Tribunal Federal,
Meus amigos, minhas amigas,
Minhas queridas brasileiras e meus queridos brasileiros,
"Senhoras e Senhores,
Quatro anos atrás, nesta Casa, em um primeiro de janeiro, vivi a experiência mais importante de minha vida – a de assumir a presidência do meu País. Não era apenas a realização de um sonho individual. O que então ocorreu foi o resultado de um

poderoso movimento histórico do qual eu me sentia – e ainda hoje me sinto – parte e humilde instrumento.

Pela primeira vez, um homem nascido na pobreza, que teve que derrotar o risco crônico da morte na infância e vencer, depois, a desesperança na idade adulta, chegava, pela disputa democrática, ao mais alto posto da República. Pela primeira vez, a longa jornada de um retirante, que começara, como a de milhões de nordestinos, em cima de um pau-de-arara, terminava, como expressão de um projeto coletivo, na rampa do Planalto. Hoje estou de volta a esta Casa, no mesmo primeiro de janeiro e quase na mesma hora.

Tenho a meu lado, como em 2003, o amigo e companheiro José Alencar, cuja colaboração inteligente e leal tornou menos árduas as tarefas destes quatro anos. E assim o será no Governo que se inicia. Tudo é muito parecido, mas tudo é profundamente diferente. É igual e diferente o Brasil; é igual e diferente o mundo; e, eu, sou também igual e diferente. Sou igual naquilo que mais prezo: no profundo compromisso com o povo e com meu país. Sou diferente na consciência madura do que posso e do que não posso, no pleno conhecimento dos limites. Sou igual no ímpeto e na coragem de fazer. Sou diferente na experiência acumulada na difícil arte de governar.

Sou igual quando volto a conjugar, nas suas formas mais afirmativas, o verbo mudar, como fiz aqui quatro anos atrás. Mas sou diferente, pois, sem renegar a paciência e a persistência que aqui também preguei, quero hoje pedir, com toda ênfase, pressa, ousadia, coragem e criatividade para abrir novos caminhos. Minhas Senhoras e meus Senhores,

Quatro anos depois, o Brasil é igual na sua energia produtiva e criadora. Mas é diferente – para melhor – na força da sua economia, na consistência de suas instituições e no seu equilíbrio social. Em que momento de nossa história tivemos uma conjugação tão favorável e auspiciosa: de inflação baixa; crescimento das exportações; expansão do mercado interno, com aumento do consumo popular e do crédito; e ampliação do emprego e da renda dos trabalhadores?

O Brasil ainda é igual, infelizmente, na permanência de injustiças contra as camadas mais pobres. Porém é diferente, para melhor, na erradicação da fome, na diminuição da desigualdade e do desemprego. É melhor na distribuição de renda, no acesso à educação, à saúde e à moradia. Muito já fizemos nessas áreas, mas precisamos fazer muito mais.

O Brasil ainda possui sérias travas ao seu crescimento e fragilidades nos seus instrumentos de gestão. Mas nosso país é diferente – para melhor: na estabilidade monetária; na robustez fiscal; na qualidade da sua dívida; no acesso a novos mercados e a novas tecnologias; e na redução da vulnerabilidade externa. O trabalhador brasileiro ainda não ganha o que realmente merece, mas temos hoje um dos mais altos salários mínimos das últimas décadas, e os trabalhadores obtiveram ganhos reais em 90% das negociações salariais nestes últimos quatro anos. Criamos mais de 100 mil empregos por mês com carteira assinada, sem falar das ocupações informais e daquelas geradas pela agricultura familiar, totalizando mais de 7 milhões de novos postos de trabalho.

O Brasil ainda precisa avançar em padrões éticos e em práticas políticas. Mas hoje é muito melhor na eficiência dos seus mecanismos de controle e na fiscalização sobre seus governantes. Nunca se combateu tanto a corrupção e o crime organizado. Muita coisa melhorou na garantia dos direitos humanos, na defesa do meio-ambiente, na ampliação da cidadania e na valorização das minorias. O Brasil é uma nação mais respeitada, com inserção criativa e soberana no mundo. E o mundo, vasto mundo, como está quatro anos depois?

Melhor em certos aspectos, mas pior, infelizmente, em tantos outros. Foram quatro anos sem graves crises econômicas, mas com graves conflitos políticos e militares internacionais. Ao mesmo tempo em que o crescimento da economia mundial permitiu um certo desafogo aos países emergentes, a relação entre nações ricas e pobres não melhorou. A solução dos grandes problemas mundiais, como: as persistentes desigualdades econômicas e financeiras entre as nações; o protecionismo comercial dos grandes; a fome e a inclusão dos deserdados; a preservação do meio-ambiente; o desarmamento; e o combate adequado ao terrorismo e à criminalidade internacional; não evoluiu.

Os organismos internacionais – especialmente a ONU – não se atualizaram em relação aos novos tempos que vive a humanidade.

Meus Senhores e minhas Senhoras,

Um dos compromissos mais profundos que tenho comigo mesmo é o de jamais esquecer de onde vim. Ele me permite saber para onde seguir. Hoje, posso olhar nos olhos de cada um dos brasileiros e brasileiras e dizer que mantive, mantenho e mantereí meu compromisso de cuidar, primeiro, dos que mais precisam. Governar para todos é meu caminho, mas defender os interesses dos mais pobres é

o que nos guia nesta caminhada. Se alguns quiseram ver na minha primeira eleição apenas um parêntesis histórico, a reeleição mostrou que um governo que cumpre os seus compromissos obtém a confiança do povo. Em outubro, nossa população afirmou de modo inequívoco que não precisa nem admite tutela de nenhuma espécie para fazer a sua escolha. Ela foi livre e soberana, como deve ser a força do povo. É uma responsabilidade enorme tornar-se o presidente com o índice de aprovação mais elevado ao final de seu mandato. Tenho plena consciência do que isso significa. Sei que, a partir de hoje, cabe-me corrigir o que deve ser corrigido e avançar com maior determinação no que está dando certo, para consolidar as conquistas populares. O desafio é grande, porém maior é a minha disposição de vencê-lo. Ouço as vozes das cidades, das ruas e dos campos e escuto, muito perto, a voz da minha consciência.

Ela me diz que não fui reeleito para ouvir a velha e conformista ladainha segundo a qual tudo é muito difícil, quase impossível, que só pode ser conquistado numa lentidão secular.

Quatro anos atrás eu disse que o verbo mudar iria reger o nosso governo. E o Brasil mudou. Hoje, digo que os verbos acelerar, crescer e incluir vão reger o Brasil nestes próximos quatro anos. Os efeitos das mudanças têm que ser sentidos rápida e amplamente.

Vamos destravar o Brasil para crescer e incluir de forma mais acelerada. Minhas Senhoras e meus Senhores,

O Brasil não pode continuar como uma fera presa numa rede de aço invisível – debatendo-se, exaurindo-se, sem enxergar a teia que o aprisiona. É preciso desatar alguns nós decisivos para que o País possa usar a força que tem e avançar com toda velocidade. Muito tentamos nos últimos quatro anos, mas fatores históricos, dificuldades políticas e prioridades inadiáveis fizeram com que nosso esforço não fosse inteiramente premiado. Hoje a situação é bem melhor, pois construímos os alicerces e temos um projeto claro de país a ser realizado. Precisamos de firmeza e ousadia para mudar as regras necessárias e avançar. Não podemos desperdiçar energias, talentos, esperanças.

Sei que o crescimento, para ser rápido, sustentável e duradouro, tem de ser com responsabilidade fiscal. Disso não abriremos mão, em hipótese alguma. Mas é preciso combinar essa responsabilidade com mudanças de postura e ousadia na criação de novas oportunidades para o país. É necessário, igualmente, que este

crescimento esteja inserido em uma visão estratégica de desenvolvimento que nosso país havia perdido.

É preciso uma combinação ampla e equilibrada do investimento público e do investimento privado. Para lograr este equilíbrio, temos de desobstruir os gargalos e de romper as amarras que travam cada um destes setores. Isso significa ampliar e agilizar o investimento público, desonerar e incentivar o investimento privado. Sei que o investimento público não pode, sozinho, garantir o crescimento. Porém, ele é decisivo para estimular e mesmo ordenar o investimento privado.

Estas duas colunas, articuladas, são capazes de dar grande impulso a qualquer projeto de crescimento. Para atingir estes objetivos, estaremos lançando, já neste primeiro mês de governo, um conjunto de medidas, englobadas no Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC. Nosso esforço não se esgota nas medidas que anunciaremos em janeiro. Ao contrário, elas serão apenas o começo. Serão desdobradas e complementadas ao longo de todo o mandato, incorporando, inclusive, reformas mais amplas que seguramente estarão na pauta desta Casa. Vamos: realinhar prioridades; otimizar recursos; aumentar fontes de financiamento; expandir projetos de infraestrutura; aperfeiçoar o marco jurídico; e ampliar o diálogo sistemático com as instituições de controle e fiscalização para garantir a transparência dos projetos e agilizar sua execução. O fornecimento de energia nos próximos dez anos está garantido pelos projetos em andamento e pelos novos e ambiciosos projetos que serão licitados em 2007.

Continuaremos dando prioridade ao setor de Bioenergia, no qual o Brasil ocupa a vanguarda mundial, como decorrência dos esforços de meu Governo. O Programa Luz Para Todos, que já propiciou energia elétrica para cinco milhões de pessoas, tem como objetivo chegar até o fim de 2008 a todos os brasileiros ainda sem acesso à eletricidade. Vamos estabelecer, com o BNDES, a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial, a EMBRAPA, o Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio e o Ministério da Ciência e Tecnologia, um amplo programa de incentivo à produtividade das empresas brasileiras, facilitando a importação de equipamentos; melhorando a qualidade dos tributos; favorecendo o acesso à tecnologia da informação, apoiando a inovação; e estimulando a integração empresa-universidade. E vamos consolidar, em harmonia com esta Casa e com os Estados, a legislação unificada do ICMS, simplificando as normas, reduzindo alíquotas, com previsão de

implantar um único imposto de valor agregado a ser distribuído automaticamente para união, estados e municípios.

Este conjunto de iniciativas significa o reforço das linhas mestras da política macroeconômica, com a redução da taxa real de juros. Tenho claro que nenhum país consegue firmar uma política sólida de crescimento se o custo do capital – ou seja, o juro – for mais alto do que a taxa média de retorno dos negócios. Da mesma forma que é necessária uma expansão planejada do crédito. Nossa meta é criar condições para que sua expansão, até 2010, chegue a 50% do PIB, especialmente para o investimento, a infraestrutura, a agricultura, a habitação e o consumo. Outro ponto vital é a implantação de vigorosas medidas de desburocratização, sobretudo as que facilitem o comércio exterior, a abertura e fechamento de empresas, além de levar adiante o aperfeiçoamento das legislações sanitária e ambiental.

Meus Senhores e minhas Senhoras,

Durante a campanha afirmei que meu segundo governo será o governo do desenvolvimento, com distribuição de renda e educação de qualidade. Disse que, para termos um crescimento acelerado, duradouro e justo, devemos articular cada vez melhor a política macroeconômica com uma política social capaz de distribuir renda, gerar emprego e inclusão. Dessa forma, nossa política social, que nunca foi compensatória, e sim criadora de direitos, será cada vez mais estrutural. Será peça-chave do próprio desenvolvimento estratégico do país. O Bolsa Família, principal instrumento do Fome Zero – saudado pelas comunidades pobres e criticado por alguns setores privilegiados – teve duplo efeito. Por um lado, retirou da miséria milhões de homens e mulheres. Por outro, contribuiu para dinamizar a economia de forma mais equânime. Por isso, obtive reconhecimento internacional, e já inspira programas semelhantes em vários países. Nosso governo nunca foi, nem é “populista”. Este governo foi, é e será popular.

Temos de criar alternativas de trabalho e produção para os beneficiários dos nossos programas de transferência de renda. E aí, ocuparão lugar importante: a educação, a formação de mão-de-obra, a expansão do microcrédito e do crédito consignado, o fortalecimento da agricultura familiar, o avanço da reforma agrária pacífica e produtiva, a economia solidária, o cooperativismo, o desenvolvimento de tecnologias simples e a expansão da arte e da cultura popular. Para isso, as políticas setoriais de governo devem ser fortemente integradas.

É preciso: continuar expandindo o consumo de bens essenciais da população de baixa renda; fomentar o empreendedorismo das classes médias; dar continuidade à recuperação do salário mínimo; ampliar o crescimento de empregos formais e da massa salarial; e aprofundar a política nacional para micro, pequena e média empresas, nos moldes da Lei Geral aprovada por este Congresso, que estabelece tratamento diferenciado em matéria de crédito, acesso à tecnologia e às exportações.

É preciso garantir o crescimento de todos, diminuindo desigualdades entre as pessoas e as regiões. Para diminuir a desigualdade entre as pessoas a alavanca básica é a educação; para diminuir a desigualdade entre as regiões o principal instrumento são os grandes programas de desenvolvimento, especialmente os de infraestrutura. Estes grandes programas e projetos de desenvolvimento regional já estão definidos e envolvem setores estratégicos como energia, transporte, inovação tecnológica, insumos básicos e construção civil.

Na área de energia, eles privilegiam o petróleo, gás, etanol, biocombustíveis e eletricidade.

Na área de inovação tecnológica: os softwares, fármacos, bens de capital, semicondutores e TV Digital.

Na área dos transportes, englobam indistintamente os setores automotivo, ferroviário, naval e aéreo.

Na construção civil, os setores de infraestrutura, habitação e saneamento básico.

Na área dos insumos, a siderurgia, papel e celulose, petroquímica e mineração.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Reitero que a educação de qualidade será prioridade de meu Governo. Mais do que a qualificação para o mundo do trabalho, a educação é um instrumento de libertação, que o acesso à cultura propicia. Ela dá conteúdo à cidadania formal de homens e mulheres.

Um país cresce quando é capaz de absorver conhecimentos. Mas se torna forte, de verdade, quando é capaz de produzir conhecimento.

Para isso é fundamental valorizar todos os níveis de nosso sistema educacional – sem exceção, fortalecer a pesquisa pura e aplicada, consolidar a incorporação e o desenvolvimento de novas tecnologias.

Temos aqui um gigantesco desafio. O que outros países fizeram ainda nos séculos dezenove ou vinte, nós teremos de realizar nos próximos anos. Trata-se de superar

os grandes déficits educacionais que nos afligem e, ao mesmo tempo, dar passos acelerados para transformar nosso país em uma sociedade de conhecimento, que nos permita uma inserção competitiva e soberana no mundo. O Brasil quer, num só movimento, resolver as pendências do passado e ser contemporâneo do futuro. Graças ao esforço de todos nós, com a decisiva participação do Congresso Nacional, o Brasil conta com um instrumento fundamental para melhorar a educação básica, que é o FUNDEB. Com ele, poderemos aumentar dez vezes o investimento nas áreas mais carentes do ensino, e 60% destes recursos serão aplicados na melhoria de salários e na formação do professor. Para que o Brasil tenha uma educação verdadeiramente de qualidade, serão necessários professores bem remunerados, com sólida formação profissional, condições adequadas de trabalho e permanente atualização.

Os educadores poderão, dessa forma, melhorar o seu desempenho e os resultados da sua atividade pedagógica. A Universidade Aberta é decisiva no aperfeiçoamento dos docentes, pois permite que os professores se reciclem sem sair de suas cidades. Nesta luta pela qualidade, vamos também ampliar a renovação tecnológica do ensino, informatizando todas as escolas públicas. Quero reafirmar, neste dia tão importante, que o meu sonho é ajudar a transformar o Brasil no país mais democrático do mundo no acesso à universidade.

Para isso contribuirão as novas universidades e extensões universitárias e as escolas técnicas em todas as cidades polo do país. Para isso contribuirá também a expansão das bolsas do ProUNI. O Brasil assistirá dentro de dez ou quinze anos o surgimento de uma nova geração de intelectuais, cientistas, técnicos e artistas originários das camadas pobres da população. Este foi sempre o nosso propósito: democratizar não só a renda, mas também o conhecimento e o poder. Outras áreas vitais para a população – e objeto de permanente demanda – são as da saúde e da segurança pública. Como fizemos no nosso primeiro mandato, vamos continuar modernizando os dois setores para que a população brasileira, em especial a mais pobre, tenha uma melhor qualidade de vida. Sinto que em matéria de segurança pública – um verdadeiro flagelo nacional – crescem as condições para uma efetiva cooperação entre a União e os estados da Federação, sem a qual será muito difícil resolver este crucial problema. Meus Senhores e minhas Senhoras,

Apesar dos avanços científicos e tecnológicos de nosso mundo, ainda não foi inventada nenhuma ferramenta mais importante do que a política para a solução dos problemas dos povos. Nunca o mundo viveu – como vive hoje – um período de tão grande descrédito na política. Mas, paradoxalmente, nunca a política foi tão imprescindível. Temos no Brasil um desafio pela frente. Desafio para as forças que se identificam com este Governo e para aquelas que se situam na oposição. Temos de refletir sobre nossas instituições e nossas práticas políticas. Temos de construir consensos que não eliminem nossas diferenças, nem apaguem os conflitos próprios das sociedades democráticas. Precisamos de um sistema político capaz de dar conta da rica diversidade de nossa vida social. Nossas instituições têm de ser mais permeáveis à voz das ruas. Precisamos fortalecer um espaço público capaz de gerar novos direitos e produzir uma cidadania ativa.

As formas de democracia participativa não são opostas às da democracia representativa. Elas se complementam. Meu Governo, atento às manifestações das ruas e, em especial, aos movimentos sociais, construiu grande parte de suas políticas públicas e importantes decisões governamentais, consultando a opinião da sociedade organizada em Conferências Nacionais, Conselhos e Foros. Continuaremos nesse rumo. Reafirmamos, finalmente, nossos compromissos éticos em uma perspectiva republicana. Nada mais ético do que a promoção do bem comum e da justiça. A reforma política deve ser prioritária no Brasil. Convido todos os senhores para nos sentarmos à mesa e iniciarmos o seu debate e urgente encaminhamento, ao lado de outras reformas importantes, como a tributária, que precisamos concluir. O fortalecimento de nosso sistema democrático dará nova qualidade à presença do Brasil na cena mundial. Nossa política externa – motivo de orgulho pelos excelentes resultados que trouxe para a nação – foi marcada por uma clara opção pelo multilateralismo, necessário para lograr um mundo de paz e de solidariedade. Essa opção nos permitiu manter excelentes relações políticas, econômicas e comerciais com as grandes potências mundiais e, ao mesmo tempo, priorizar os laços com o Sul do mundo. Estamos mais próximos da África – um dos berços da civilização brasileira. Fizemos do entorno sul-americano o centro de nossa política externa. O Brasil associa seu destino econômico, político e social ao do continente, ao MERCOSUL e à Comunidade Sul-americana de Nações.

Senhoras e Senhores,

É tempo do nascimento de um novo humanismo, fundado nos valores universais da democracia, da tolerância e da solidariedade. O Brasil tem muito o que contribuir neste debate. Colocamos o respeito aos Direitos Humanos no centro de nossas preocupações. Ampliamos políticas públicas nesta direção e criamos instituições de Estado fortes e capazes de garantir que este país combaterá de maneira decidida e permanente todas as formas de discriminação de gênero, raça, orientação sexual e faixa etária.

Por isso cresce a participação das mulheres na vida econômica, social e política do país. Cada vez mais, os negros ocupam o lugar que lhes é devido em um Brasil democrático. Assim como os povos indígenas, que reconquistam e consolidam a sua dignidade histórica. Apesar dos avanços que nossas políticas públicas propiciaram, especialmente na esfera educacional, ainda há muito que fazer pelos jovens, importante segmento de nossa sociedade, a quem caberá conduzir este país nas próximas décadas.

Em um mundo que busca caminhos para o convívio, espaços para o diálogo, para a coabitação do múltiplo e do diverso, o Brasil tem o que oferecer. Nosso País pode ser uma voz e um exemplo autêntico e poderoso para o mundo na questão da diversidade. Pode ajudar a mostrar que neste planeta desigual, é possível avançar no sentido do entendimento, quando os interesses dos diferentes e, sobretudo, dos excluídos passam a integrar efetivamente a agenda nacional.

Senhoras e Senhores,

Fui reconduzido à Presidência da República pela vontade majoritária do povo brasileiro. A realização do segundo turno deu mais nitidez à escolha, contrapondo projetos de país com contornos bem definidos e diferenciados. O povo fez uma escolha consciente. Mais do que um homem, escolheu uma proposta, optou por um lado. Não faltaram os que, do alto de seus preconceitos elitistas, tentaram desqualificar a opção popular como fruto da sedução que poderia exercer sobre ela o que chamavam de “distribuição de migalhas”.

Os que assim pensam não conhecem e não entendem este País. Desconhecem o que é um povo sem feitores, capaz de expressar-se livremente. O que distribuimos – e mais do que isso: socializamos – foi cidadania. Este povo constitui a verdadeira opinião pública do país que alguns pretenderam monopolizar. Finalmente, quem tentou desqualificar a opção popular não foi capaz de valorar algo fundamental.

A vontade de mudança – que esteve reprimida por décadas, séculos – expressou-se pacificamente, democraticamente e esta manifestação contribuiu de modo notável para o fortalecimento das instituições.

O caminho da política exige paciência, concessões mútuas, compreensão do outro. Exige que sejamos capazes de levar ao extremo a prática da escuta. Pois só assim é possível sintonizar e harmonizar interesses. Mas exige opções, alinhamentos. Neste dia inaugural de meu novo mandato, não peço a ninguém que abandone suas convicções. Não desejo que a oposição deixe de cumprir o papel que dela esperam os que por ela livremente optaram.

Quero pedir-lhes, apenas, que olhemos mais para o que nos une do que para o que nos separa. Que concentremos o debate nos grandes desafios colocados para o nosso país e para o mundo. Que estejamos à altura do que necessita e deseja o nosso povo. Só assim poderemos estar todos a serviço deste país que tanto amamos. Eu, de minha parte, governarei para todos, sem olhar para cor, credo, opção ideológica ou partidária. Mais que nunca, sou um homem de uma só causa. E esta causa se chama Brasil.

Minhas Senhoras, meus Senhores,

Reconheço que Deus tem sido generoso comigo.

Mais do que mereço.

Eu pedi forças... e Deus me deu dificuldades para fazer-me forte.

Eu pedi sabedoria... e Deus me deu problemas para resolver.

Eu pedi prosperidade... e Deus me deu cérebro e músculos para trabalhar.

Eu pedi coragem... e Deus me deu perigos para superar.

Eu pedi amor... e Deus me deu pessoas com dificuldades para ajudar.

Eu pedi dádivas... e Deus me deu oportunidades.

Eu não recebi nada do que pedi, mas eu recebi tudo que precisava.
Muito obrigado."

**ANEXO C-Pronunciamento da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na
sessão solene de posse no Congresso Nacional
Brasília – DF, 01 de janeiro de 2011.**

Queridas brasileiras e queridos brasileiros,

Pela decisão soberana do povo, hoje será a primeira vez que a faixa presidencial cingirá o ombro de uma mulher.

Sinto uma imensa honra por essa escolha do povo brasileiro e sei do significado histórico desta decisão.

Sei, também, como é aparente a suavidade da seda verde-amarela da faixa presidencial, pois ela traz consigo uma enorme responsabilidade perante a nação.

Para assumi-la, tenho comigo a força e o exemplo da mulher brasileira. Abro meu coração para receber, neste momento, uma centelha de sua imensa energia. E sei que meu mandato deve incluir a tradução mais generosa desta ousadia do voto popular que, após levar à presidência um homem do povo, decide convocar uma mulher para dirigir os destinos do país.

Venho para abrir portas para que muitas outras mulheres, também possam, no futuro, ser presidenta; e para que --no dia de hoje-- todas as brasileiras sintam o orgulho e a alegria de ser mulher.

Não venho para enaltecer a minha biografia; mas para glorificar a vida de cada mulher brasileira. Meu compromisso supremo é honrar as mulheres, proteger os mais frágeis e governar para todos!

Venho, antes de tudo, para dar continuidade ao maior processo de afirmação que este país já viveu.

Venho para consolidar a obra transformadora do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com quem tive a mais vigorosa experiência política da minha vida e o privilégio de servir ao país, ao seu lado, nestes últimos anos.

De um presidente que mudou a forma de governar e levou o povo brasileiro a confiar ainda mais em si mesmo e no futuro do seu País.

A maior homenagem que posso prestar a ele é ampliar e avançar as conquistas do seu governo. Reconhecer, acreditar e investir na força do povo foi a maior lição que o presidente Lula deixou para todos nós.

Sob sua liderança, o povo brasileiro fez a travessia para uma outra margem da história.

Minha missão agora é de consolidar esta passagem e avançar no caminho de uma nação geradora das mais amplas oportunidades.

Quero, neste momento, prestar minha homenagem a outro grande brasileiro, incansável lutador, companheiro que esteve ao lado do Presidente Lula nestes oito anos: nosso querido vice José Alencar. Que exemplo de coragem e de amor à vida nos dá este homem! E que parceria fizeram o presidente Lula e o vice-presidente José Alencar, pelo Brasil e pelo nosso povo!

Eu e Michel Temer nos sentimos responsáveis por seguir no caminho iniciado por eles.

Um governo se alicerça no acúmulo de conquistas realizadas ao longo da história. Ele sempre será, ao seu tempo, mudança e continuidade. Por isso, ao saudar os extraordinários avanços recentes, é justo lembrar que muitos, a seu tempo e a seu modo, deram grandes contribuições às conquistas do Brasil de hoje. Vivemos um dos melhores períodos da vida nacional: milhões de empregos estão sendo criados; nossa taxa de crescimento mais que dobrou e encerramos um longo período de dependência do FMI, ao mesmo tempo em que superamos nossa dívida externa.

Reduzimos, sobretudo, a nossa histórica dívida social, resgatando milhões de brasileiros da tragédia da miséria e ajudando outros milhões a alcançarem a classe média.

Mas, em um país com a complexidade do nosso, é preciso sempre querer mais, descobrir mais, inovar nos caminhos e buscar novas soluções.

Só assim poderemos garantir, aos que melhoraram de vida, que eles podem alcançar mais; e provar, aos que ainda lutam para sair da miséria, que eles podem, com a ajuda do governo e de toda sociedade, mudar de patamar.

Que podemos ser, de fato, uma das nações mais desenvolvidas e menos desiguais do mundo - um país de classe média sólida e empreendedora. Uma democracia vibrante e moderna, plena de compromisso social, liberdade política e criatividade institucional.

Queridos brasileiros e queridas brasileiras,

Para enfrentar estes grandes desafios é preciso manter os fundamentos que nos garantiram chegar até aqui.

Mas, igualmente, agregar novas ferramentas e novos valores.

Na política é tarefa indeclinável e urgente uma reforma política com mudanças na legislação para fazer avançar nossa jovem democracia, fortalecer o sentido programático dos partidos e aperfeiçoar as instituições, restaurando valores e dando mais transparência ao conjunto da atividade pública.

Para dar longevidade ao atual ciclo de crescimento é preciso garantir a estabilidade de preços e seguir eliminando as travas que ainda inibem o dinamismo de nossa economia, facilitando a produção e estimulando a capacidade empreendedora de nosso povo, da grande empresa até os pequenos negócios locais, do agronegócio à agricultura familiar.

É, portanto, inadiável a implementação de um conjunto de medidas que modernize o sistema tributário, orientado pelo princípio da simplificação e da racionalidade. O uso intensivo da tecnologia da informação deve estar a serviço de um sistema de progressiva eficiência e elevado respeito ao contribuinte.

Valorizar nosso parque industrial e ampliar sua força exportadora será meta permanente. A competitividade de nossa agricultura e da pecuária, que faz do Brasil grande exportador de produtos de qualidade para todos os continentes, merecerá toda nossa atenção. Nos setores mais produtivos a internacionalização de nossas empresas já é uma realidade.

O apoio aos grandes exportadores não é incompatível com o incentivo à agricultura familiar e ao microempreendedor. As pequenas empresas são responsáveis pela maior parcela dos empregos permanentes em nosso país. Merecerão políticas tributárias e de crédito perenes.

Valorizar o desenvolvimento regional é outro imperativo de um país continental, sustentando a vibrante economia do Nordeste, preservando e respeitando a biodiversidade da Amazônia no Norte, dando condições à extraordinária produção agrícola do centro-oeste, a força industrial do Sudeste e a pujança e o espírito de pioneirismo do Sul.

É preciso, antes de tudo, criar condições reais e efetivas capazes de aproveitar e potencializar, ainda mais e melhor, a imensa energia criativa e produtiva do povo brasileiro.

No plano social, a inclusão só será plenamente alcançada com a universalização e a qualificação dos serviços essenciais. Este é um passo, decisivo e irrevogável, para consolidar e ampliar as grandes conquistas obtidas pela nossa população.

É, portanto, tarefa indispensável uma ação renovada, efetiva e integrada dos governos federal, estaduais e municipais, em particular nas áreas da saúde, da educação e da segurança, vontade expressa das famílias brasileiras.

Queridas brasileiras e queridos brasileiros,

A luta mais obstinada do meu governo será pela erradicação da pobreza extrema e a criação de oportunidades para todos.

Uma expressiva mobilidade social ocorreu nos dois mandatos do Presidente Lula. Mas, ainda existe pobreza a envergonhar nosso país e a impedir nossa afirmação plena como povo desenvolvido.

Não vou descansar enquanto houver brasileiros sem alimentos na mesa, enquanto houver famílias no desalento das ruas, enquanto houver crianças pobres abandonadas à própria sorte. O conagraçamento das famílias se dá no alimento, na paz e na alegria. E este é o sonho que vou perseguir!

Esta não é tarefa isolada de um governo, mas um compromisso a ser abraçado por toda sociedade. Para isso peço com humildade o apoio das instituições públicas e privadas, de todos os partidos, das entidades empresariais e dos trabalhadores, das universidades, da juventude, de toda a imprensa e de das pessoas de bem. A superação da miséria exige prioridade na sustentação de um longo ciclo de crescimento. É com crescimento que serão gerados os empregos necessários para as atuais e as novas gerações.

É com crescimento, associado a fortes programas sociais, que venceremos a desigualdade de renda e do desenvolvimento regional.

Isso significa - reitero - manter a estabilidade econômica como valor absoluto. Já faz parte de nossa cultura recente a convicção de que a inflação desorganiza a economia e degrada a renda do trabalhador. Não permitiremos, sob nenhuma hipótese, que esta praga volte a corroer nosso tecido econômico e a castigar as famílias mais pobres. Continuaremos fortalecendo nossas reservas para garantir o equilíbrio das contas externas. Atuaremos decididamente nos fóruns multilaterais na defesa de políticas econômicas saudáveis e equilibradas, protegendo o país da concorrência desleal e do fluxo indiscriminado de capitais especulativos.

Não faremos a menor concessão ao protecionismo dos países ricos que sufoca qualquer possibilidade de superação da pobreza de tantas nações pela via do esforço de produção.

Faremos um trabalho permanente e continuado para melhorar a qualidade do gasto público.

O Brasil optou, ao longo de sua história, por construir um estado provedor de serviços básicos e de previdência social pública.

Isso significa custos elevados para toda a sociedade, mas significa também a garantia do alento da aposentadoria para todos e serviços de saúde e educação universais. Portanto, a melhoria dos serviços é também um imperativo de qualificação dos gastos governamentais.

Outro fator importante da qualidade da despesa é o aumento dos níveis de investimento em relação aos gastos de custeio. O investimento público é essencial como indutor do investimento privado e como instrumento de desenvolvimento regional.

Através do Programa de Aceleração do Crescimento e do Minha Casa Minha Vida, manteremos o investimento sob estrito e cuidadoso acompanhamento da Presidência da República e dos ministérios.

O PAC continuará sendo um instrumento de coesão da ação governamental e coordenação voluntária dos investimentos estruturais dos estados e municípios. Será também vetor de incentivo ao investimento privado, valorizando todas as iniciativas de constituição de fundos privados de longo prazo.

Por sua vez, os investimentos previstos para a Copa do Mundo e para as Olimpíadas serão concebidos de maneira a dar ganhos permanentes de qualidade de vida, em todas as regiões envolvidas.

Este princípio vai reger também nossa política de transporte aéreo. É preciso, sem dúvida, melhorar e ampliar nossos aeroportos para a Copa e as Olimpíadas. Mas é mais que necessário melhorá-los já, para arcar com o crescente uso deste meio de transporte por parcelas cada vez mais amplas da população brasileira.

Queridas brasileiras e queridos brasileiros,

Junto com a erradicação da miséria, será prioridade do meu governo a luta pela qualidade da educação, da saúde e da segurança.

Nas últimas duas décadas, o Brasil universalizou o ensino fundamental. Porém é preciso melhorar sua qualidade e aumentar as vagas no ensino infantil e no ensino médio.

Para isso, vamos ajudar decididamente os municípios a ampliar a oferta de creches e de pré-escolas.

No ensino médio, além do aumento do investimento público vamos estender a vitoriosa experiência do PROUNI para o ensino médio profissionalizante, acelerando a oferta de milhares de vagas para que nossos jovens recebam uma formação educacional e profissional de qualidade.

Mas só existirá ensino de qualidade se o professor e a professora forem tratados como as verdadeiras autoridades da educação, com formação continuada, remuneração adequada e sólido compromisso com a educação das crianças e jovens. Somente com avanço na qualidade de ensino poderemos formar jovens preparados, de fato, para nos conduzir à sociedade da tecnologia e do conhecimento. Queridas brasileiras e queridos brasileiros,

Consolidar o Sistema Único de Saúde será outra grande prioridade do meu governo. Para isso, vou acompanhar pessoalmente o desenvolvimento desse setor tão essencial para o povo brasileiro.

Quero ser a presidenta que consolidou o SUS, tornando-o um dos maiores e melhores sistemas de saúde pública do mundo.

O SUS deve ter como meta a solução real do problema que atinge a pessoa que o procura, com uso de todos os instrumentos de diagnóstico e tratamento disponíveis, tornando os medicamentos acessíveis a todos, além de fortalecer as políticas de prevenção e promoção da saúde.

Vou usar a força do governo federal para acompanhar a qualidade do serviço prestado e o respeito ao usuário.

Vamos estabelecer parcerias com o setor privado na área da saúde, assegurando a reciprocidade quando da utilização dos serviços do SUS.

A formação e a presença de profissionais de saúde adequadamente distribuídos em todas as regiões do país serão outra meta essencial ao bom funcionamento do sistema.

Queridas brasileiras e queridos brasileiros,

A ação integrada de todos os níveis de governo e a participação da sociedade é o caminho para a redução da violência que constrange a sociedade e as famílias brasileiras.

Meu governo fará um trabalho permanente para garantir a presença do Estado em

todas as regiões mais sensíveis à ação da criminalidade e das drogas, em forte parceria com Estados e Municípios.

O estado do Rio de Janeiro mostrou o quanto é importante, na solução dos conflitos, a ação coordenada das forças de segurança dos três níveis de governo, incluindo - quando necessário - a participação decisiva das Forças Armadas.

O êxito desta experiência deve nos estimular a unir as forças de segurança no combate, sem tréguas, ao crime organizado, que sofisticava a cada dia seu poder de fogo e suas técnicas de aliciamento de jovens.

Buscaremos também uma maior capacitação federal na área de inteligência e no controle das fronteiras, com uso de modernas tecnologias e treinamento profissional permanente.

Reitero meu compromisso de agir no combate às drogas, em especial ao avanço do crack, que desintegra nossa juventude e infelicita as famílias.

Queridas brasileiras e queridos brasileiros,

O pré-sal é nosso passaporte para o futuro, mas só o será plenamente se produzir uma síntese equilibrada de avanço tecnológico, avanço social e cuidado ambiental. A sua própria descoberta é resultado do avanço tecnológico brasileiro e de uma moderna política de investimentos em pesquisa e inovação. Seu desenvolvimento será fator de valorização da empresa nacional e seus investimentos serão geradores de milhares de novos empregos.

O grande agente desta política é a Petrobrás, símbolo histórico da soberania brasileira na produção energética.

O meu governo terá a responsabilidade de transformar a enorme riqueza obtida no Pré Sal em poupança de longo prazo, capaz de fornecer às atuais e às futuras gerações a melhor parcela dessa riqueza, transformada, ao longo do tempo, em investimentos efetivos na qualidade dos serviços públicos, na redução da pobreza e na valorização do meio ambiente. Recusaremos o gasto apressado, que reserva às futuras gerações apenas as dívidas e a desesperança.

Meus queridos brasileiros e brasileiras,

Muita coisa melhorou em nosso país, mas estamos vivendo apenas o início de uma nova era. O despertar de um novo Brasil.

Recorro a um poeta da minha terra: "o que tem de ser, tem muita força". Pela primeira vez o Brasil se vê diante da oportunidade real de se tornar, de ser, uma

nação desenvolvida. Uma nação com a marca inerente da cultura e do estilo brasileiros --o amor, a generosidade, a criatividade e a tolerância.

Uma nação em que a preservação das reservas naturais e das suas imensas florestas, associada à rica biodiversidade e a matriz energética mais limpa do mundo, permitem um projeto inédito de país desenvolvido com forte componente ambiental. O mundo vive num ritmo cada vez mais acelerado de revolução tecnológica. Ela se processa tanto na decifração de códigos desvendadores da vida quanto na explosão da comunicação e da informática.

Temos avançado na pesquisa e na tecnologia, mas precisamos avançar muito mais. Meu governo apoiará fortemente o desenvolvimento científico e tecnológico para o domínio do conhecimento e a inovação como instrumento da produtividade. Mas o caminho para uma nação desenvolvida não está somente no campo econômico. Ele pressupõe o avanço social e a valorização da diversidade cultural. A cultura é a alma de um povo, essência de sua identidade.

Vamos investir em cultura, ampliando a produção e o consumo em todas as regiões de nossos bens culturais e expandindo a exportação da nossa música, cinema e literatura, signos vivos de nossa presença no mundo.

Em suma: temos que combater a miséria, que é a forma mais trágica de atraso, e, ao mesmo tempo, avançar investindo fortemente nas áreas mais sofisticadas da invenção tecnológica, da criação intelectual e da produção artística e cultural. Justiça social, moralidade, conhecimento, invenção e criatividade, devem ser, mais que nunca, conceitos vivos no dia-a-dia da nação.

Queridos brasileiros e queridas brasileiras,

Considero uma missão sagrada do Brasil a de mostrar ao mundo que é possível um país crescer aceleradamente, sem destruir o meio-ambiente.

Somos e seremos os campeões mundiais de energia limpa, um país que sempre saberá crescer de forma saudável e equilibrada.

O etanol e as fontes de energia hídricas terão grande incentivo, assim como as fontes alternativas: a biomassa, a eólica e a solar. O Brasil continuará também priorizando a preservação das reservas naturais e das florestas.

Nossa política ambiental favorecerá nossa ação nos fóruns multilaterais. Mas o Brasil não condicionará sua ação ambiental ao sucesso e ao cumprimento, por terceiros, de acordos internacionais.

Defender o equilíbrio ambiental do planeta é um dos nossos compromissos nacionais mais universais.

Meus queridos brasileiros e brasileiras,

Nossa política externa estará baseada nos valores clássicos da tradição diplomática brasileira: promoção da paz, respeito ao princípio de não-intervenção, defesa dos Direitos Humanos e fortalecimento do multilateralismo.

O meu governo continuará engajado na luta contra a fome e a miséria no mundo. Seguiremos aprofundando o relacionamento com nossos vizinhos sul-americanos; com nossos irmãos da América Latina e do Caribe; com nossos irmãos africanos e com os povos do Oriente Médio e dos países asiáticos. Preservaremos e aprofundaremos o relacionamento com os Estados Unidos e com a União Europeia. Vamos dar grande atenção aos países emergentes.

O Brasil reitera, com veemência e firmeza, a decisão de associar seu desenvolvimento econômico, social e político ao de nosso continente.

Podemos transformar nossa região em componente essencial do mundo multipolar que se anuncia, dando consistência cada vez maior ao Mercosul e à Unasul. Vamos contribuir para a estabilidade financeira internacional, com uma intervenção qualificada nos fóruns multilaterais.

Nossa tradição de defesa da paz não nos permite qualquer indiferença frente à existência de enormes arsenais atômicos, à proliferação nuclear, ao terrorismo e ao crime organizado transnacional.

Nossa ação política externa continuará propugnando pela reforma dos organismos de governança mundial, em especial as Nações Unidas e seu Conselho de Segurança.

Queridas brasileiras e queridos brasileiros,

Disse, no início deste discurso, que eu governarei para todos os brasileiros e brasileiras. E vou fazê-lo.

Mas é importante lembrar que o destino de um país não se resume à ação de seu governo. Ele é o resultado do trabalho e da ação transformadora de todos os brasileiros e brasileiras. O Brasil do futuro será exatamente do tamanho daquilo que, juntos, fizermos por ele hoje. Do tamanho da participação de todos e de cada um:

Dos movimentos sociais,

dos que labutam no campo,

dos profissionais liberais,

dos trabalhadores e dos pequenos empreendedores,

dos intelectuais,
dos servidores públicos,
dos empresários,
das mulheres,
dos negros, dos índios e dos jovens,
de todos aqueles que lutam para superar distintas formas de discriminação.

Quero estar ao lado dos que trabalham pelo bem do Brasil na solidão amazônica, na seca nordestina, na imensidão do cerrado, na vastidão dos pampas. Quero estar ao lado dos que vivem nos aglomerados metropolitanos, na vastidão das florestas; no interior ou no litoral, nas capitais e nas fronteiras do Brasil. Quero convocar todos a participar do esforço de transformação do nosso país.

Respeitada a autonomia dos poderes e o princípio federativo, quero contar com o Legislativo e o Judiciário, e com a parceria de governadores e prefeitos para continuarmos desenvolvendo nosso País, aperfeiçoando nossas instituições e fortalecendo nossa democracia.

Reafirmo meu compromisso inegociável com a garantia plena das liberdades individuais; da liberdade de culto e de religião; da liberdade de imprensa e de opinião. Reafirmo que prefiro o barulho da imprensa livre ao silêncio das ditaduras. Quem, como eu e tantos outros da minha geração, lutamos contra o arbítrio e a censura, somos naturalmente amantes da mais plena democracia e da defesa intransigente dos direitos humanos, no nosso País e como bandeira sagrada de todos os povos. O ser humano não é só realização prática, mas sonho; não é só cautela racional, mas coragem, invenção e ousadia. E esses são elementos fundamentais para a afirmação coletiva da nossa nação.

Eu e meu vice Michel Temer fomos eleitos por uma ampla coligação partidária. Estamos construindo com eles um governo onde capacidade profissional, liderança e a disposição de servir ao país serão os critérios fundamentais. Mais uma vez estendo minha mão aos partidos de oposição e as parcelas da sociedade que não estiveram conosco na recente jornada eleitoral. Não haverá de minha parte discriminação, privilégios ou compadrio.

A partir deste momento sou a presidenta de todos os brasileiros, sob a égide dos valores
republicanos.

Serei rígida na defesa do interesse público. Não haverá compromisso com o erro, o

desvio e o malfeito. A corrupção será combatida permanentemente, e os órgãos de controle e investigação terão todo o meu respaldo para aturem com firmeza e autonomia.

Queridas brasileiras e queridos brasileiros,

Chegamos ao final desse longo discurso. Dediquei toda a minha vida a causa do Brasil. Entreguei minha juventude ao sonho de um país justo e democrático. Suportei as adversidades mais extremas infligidas a todos que ousamos enfrentar o arbítrio. Não tenho qualquer arrependimento, tampouco ressentimento ou rancor. Muitos da minha geração, que tombaram pelo caminho, não podem compartilhar a alegria deste momento. Divido com eles esta conquista, e rendo-lhes minha homenagem.

Esta dura caminhada me fez valorizar e amar muito mais a vida e me deu sobretudo coragem para enfrentar desafios ainda maiores. Recorro mais uma vez ao poeta da minha terra:

"O correr da vida embrulha tudo. A vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem"
É com esta coragem que vou governar o Brasil.

Mas mulher não é só coragem. É carinho também. Carinho que dedico a minha filha e ao meu neto. Carinho com que abraço a minha mãe que me acompanha e me abençoa.

É com este mesmo carinho que quero cuidar do meu povo, e a ele - só a ele - dedicar os próximos anos da minha vida.

Que Deus abençoe o Brasil!

Que Deus abençoe a todos nós!"

**ANEXO D- Pronunciamento da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na
sessão solene de posse no Congresso Nacional
Brasília – DF, 01 de janeiro de 2015.**

Senhoras e Senhores,

Senhor presidente do Senado Federal, Renan Calheiros,

Senhor vice-presidente da República, Michel Temer,

Senhor presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves,

Senhoras e senhores Chefes de Estado, Chefes de Governo, Vice-chefes de Estado e Vice-chefes de governo que me honram com suas presenças aqui hoje.

Senhor presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Ricardo Lewandowski,

Senhores e senhores chefes das missões estrangeiras e embaixadores acreditados junto ao meu governo,

Senhoras e senhores ministros de Estado,

Senhoras e senhores governadores,

Senhoras e senhores senadores,

Senhoras e senhores deputados federais,

Senhoras e senhores representantes da imprensa,

Meus queridos brasileiros e brasileiras.

Volto a esta Casa com a alma cheia de alegria, de responsabilidade, de esperança.

Sinto alegria por ter vencido os desafios e honrado o nome da mulher brasileira. O nome de milhões de mulheres guerreiras, mulheres anônimas que voltam a ocupar, encarnadas na minha figura, o mais alto posto dessa nossa grande nação.

Encarno, também, outra alma coletiva que amplia ainda mais a minha responsabilidade e a minha esperança. O projeto de nação que é detentor do mais profundo e duradouro apoio popular da nossa história democrática. Esse projeto de nação triunfou e permanece devido aos grandes resultados que conseguiu até agora, e que porque também o povo entendeu que este é um projeto coletivo e de longo prazo. Este projeto pertence ao povo brasileiro e, mais do que nunca, é para o povo brasileiro e com o povo brasileiro que vamos governar.

A partir do extraordinário trabalho iniciado pelo governo do presidente Lula, continuado por nós, temos hoje a primeira geração de brasileiros que não vivenciou a

tragédia da fome. Resgatamos 36 milhões da extrema pobreza e 22 milhões apenas em meu primeiro governo.

Nunca tantos brasileiros ascenderam às classes médias. Nunca tantos brasileiros conquistaram tantos empregos com carteira assinada. Nunca o salário mínimo e os demais salários se valorizaram por tanto tempo e com tanto vigor. Nunca tantos brasileiros se tornaram donos de suas próprias casas. Nunca tantos brasileiros tiveram acesso ao ensino técnico e à universidade. Nunca o Brasil viveu um período tão longo sem crises institucionais. Nunca as instituições foram tão fortalecidas e respeitadas e nunca se apurou e puniu com tanta transparência a corrupção.

Em nossos governos, cumprimos o compromisso fundamental de oferecer a uma população enorme de excluídos, de pessoas excluídas, os direitos básicos que devem ser assegurados a qualquer cidadão: o direito de trabalhar, de alimentar a sua família, de educar e acreditar em um futuro melhor para seus filhos. Isso que era tanto para uma população que tinha tão pouco, tornou-se pouco para uma população que conheceu, enfim, governos que respeitam e que a respeitam, e que realmente se esforçam para protegê-la.

A população quis que ficássemos porque viu o resultado do nosso trabalho, compreendeu as limitações que o tempo nos impôs e concluiu que podemos fazer muito mais. O recado que o povo brasileiro nos mandou não foi só de reconhecimento e de confiança, foi também um recado de quem quer mais e melhor.

Por isso, a palavra mais repetida na campanha foi mudança e o tema mais invocado foi reforma. Por isso, eu repito hoje, nesta solenidade de posse, perante as senhoras e os senhores: fui reconduzida à Presidência para continuar as grandes mudanças do país e não trairei este chamado. O povo brasileiro quer mudanças, quer avançar e quer mais. É isso que também eu quero. É isso que vou fazer, com destemor mas com humildade, contando com o apoio desta Casa e com a força do povo brasileiro. Este ato de posse é, antes de tudo, uma cerimônia de reafirmação e ampliação de compromissos. É a inauguração de uma nova etapa neste processo histórico de mudanças sociais do Brasil.

Faço questão, também, de renovar, nesta Casa, meu compromisso de defesa permanente e obstinada da Constituição, das leis, das liberdades individuais, dos direitos democráticos, da mais ampla liberdade de expressão e dos direitos humanos. Queridos brasileiros e brasileiras,

Em meu primeiro mandato, o Brasil alcançou um feito histórico: superamos a extrema pobreza. Mas, como eu disse - e sei que é a convicção e a expectativa de todos os brasileiros -, o fim da miséria é apenas um começo. Agora é a hora de prosseguir com o nosso projeto de novos objetivos. É hora de melhorar o que está bom, corrigir o que é preciso e fazer o que o povo espera de nós.

Sim, neste momento, ao invés de simplesmente garantir o mínimo necessário, como foi o caso ao longo da nossa história, temos, agora, que lutar para oferecer o máximo possível. Vamos precisar, governo e sociedade, de paciência, coragem, persistência, equilíbrio e humildade para vencer os obstáculos. E venceremos esses obstáculos.

O povo brasileiro quer democratizar, cada vez mais, a renda, o conhecimento e o poder. O povo brasileiro quer educação, saúde, e segurança de mais qualidade. O povo brasileiro quer ainda mais transparência e mais combate a todos os tipos de crimes, especialmente a corrupção e quer ainda que o braço forte da justiça alcance a todos de forma igualitária.

Eu não tenho medo de encarar estes desafios, até porque sei que não vou enfrentá-los sozinha, não vou enfrentar esta luta sozinha. Sei que conto com o apoio dos senhores e das senhoras parlamentares, legítimos representantes do povo neste Congresso Nacional. Sei que conto com o apoio do meu querido vice-presidente Michel Temer, parceiro de todas as horas. Sei que conto com o esforço dos homens e mulheres do Judiciário. Sei que conto com o forte apoio da minha base aliada, de cada liderança partidária de nossa base e com os ministros e as ministras que estarão, a partir de hoje, trabalhando ao meu lado pelo Brasil. Sei que conto com o apoio de cada militante do meu partido, o PT, e da militância de cada partido da base aliada, representados aqui pelo mais destacado militante e maior líder popular da nossa história, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Sei que conto com o apoio dos movimentos sociais e dos sindicatos; e sei o quanto estou disposta a mobilizar todo o povo brasileiro nesse esforço para uma nova arrancada do nosso querido Brasil.

Assim como provamos que é possível crescer e distribuir renda, vamos provar que se pode fazer ajustes na economia sem revogar direitos conquistados ou trair compromissos sociais assumidos. Vamos provar que depois de fazermos políticas sociais que surpreenderam o mundo, é possível corrigir eventuais distorções e torná-las ainda melhores.

É inadiável, também, implantarmos práticas políticas mais modernas, éticas e, por isso, mesmo mais saudáveis. É isso que torna urgente e necessária a reforma política.

Uma reforma profunda que é responsabilidade constitucional desta Casa, mas que deve mobilizar toda a sociedade na busca de novos métodos e novos caminhos para nossa vida democrática. Reforma política que estimule o povo brasileiro a retomar seu gosto e sua admiração pela política.

Queridas brasileiras e queridos brasileiros,

Neste momento solene de posse é importante que eu detalhe algumas ações e atitudes concretas que vão nortear nosso segundo mandato.

As mudanças que o país espera para os próximos quatro anos dependem muito da estabilidade e da credibilidade da economia. Isso, para nós todos, não é novidade. Sempre orientei minhas ações pela convicção sobre o valor da estabilidade econômica, da centralidade do controle da inflação e do imperativo da disciplina fiscal, e a necessidade de conquistar e merecer a confiança dos trabalhadores e dos empresários.

Mesmo em meio a um ambiente internacional de extrema instabilidade e incerteza econômica, o respeito a esses fundamentos econômicos nos permitiu colher resultados positivos. Em todos os anos do meu primeiro mandato, a inflação permaneceu abaixo do teto da meta e assim vai continuar.

Na economia, temos com o que nos preocupar, mas também temos o que comemorar. O Brasil é hoje a 7ª economia do mundo, o 2º maior produtor e exportador agrícola, o 3º maior exportador de minérios, o 5º país que mais atrai investimentos estrangeiros, o 7º país em acúmulo de reservas cambiais e o 3º maior usuário de internet.

Além disso, é importante notar que a dívida líquida do setor público é hoje menor do que no início do meu mandato. As reservas internacionais estão em patamar histórico, na casa dos US\$ 370 bilhões. Os investimentos estrangeiros diretos atingiram, nos últimos anos, volumes recordes.

Mais importante: a taxa de desemprego está nos menores patamares já vivenciados na história de nosso país. Geramos 5 milhões e 800 mil empregos formais em um período em que o mundo submergia no desemprego. Porém queremos avançar ainda mais e precisamos fazer mais e melhor!

Por isso, no novo mandato vamos criar, por meio de ação firme e sóbria, firme e sóbria na economia, um ambiente ainda mais favorável aos negócios, à atividade produtiva, ao investimento, à inovação, à competitividade e ao crescimento sustentável. Combateremos sem trégua a burocracia. Tudo isso voltado para o que é mais

importante e mais prioritário: a manutenção do emprego e a valorização, muito especialmente a valorização do salário mínimo, que continuaremos assegurando.

Mais que ninguém sei que o Brasil precisa voltar a crescer. Os primeiros passos desta caminhada passam por um ajuste nas contas públicas, um aumento na poupança interna, a ampliação do investimento e a elevação da produtividade da economia. Faremos isso com o menor sacrifício possível para a população, em especial para os mais necessitados. Reafirmo meu profundo compromisso com a manutenção de todos os direitos trabalhistas e previdenciários.

Temos consciência que a ampliação e a sustentabilidade das políticas sociais exige equidade e correção permanente de distorções e eventuais excessos. Vamos, mais uma vez derrotar a falsa tese que afirma existir um conflito entre a estabilidade econômica e o crescimento do investimento social, dos ganhos sociais e do investimento em infraestrutura.

Ao falar dos desafios da nossa economia, faço questão de deixar uma palavra aos milhões de micro e pequenos empreendedores do Brasil. Em meu primeiro mandato, aprimoramos e universalizamos o Simples e ampliamos a oferta de crédito para os pequenos empreendedores.

Quero, neste novo mandato, avançar ainda mais. Pretendo encaminhar ao Congresso Nacional um projeto de lei criando um mecanismo de transição entre as categorias do Simples e os demais regimes tributários. Vamos acabar com o abismo tributário que faz os pequenos negócios terem medo de crescer. E sabemos que, se o pequeno negócio não cresce, o país também não cresce. Nos dedicaremos, ainda, a ampliar a competitividade do nosso país e de nossas empresas.

Daremos prioridade ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da inovação, estimulando e fortalecendo as parcerias entre o setor produtivo e nossos centros de pesquisa e universidades.

Um Brasil mais competitivo está nascendo também, a partir dos maciços investimentos em infraestrutura, energia e logística. Desde 2007, foram duas edições do Programa de Aceleração do Crescimento - o PAC-1 e o PAC-2 -, que totalizaram cerca de R\$ 1 trilhão e 600 bilhões em investimentos em milhares de kms de rodovias, ferrovias; em obras nos portos, nos terminais hidroviários e nos aeroportos. Em expansão da geração e da rede de transmissão de energia. Em obras de saneamento e ligações de energia do Luz para Todos.

Com o Programa de Investimentos em Logística, demos um passo adiante, construímos parcerias com o setor privado, implementando um novo modelo de concessões que acelerou a expansão e permitiu um salto de qualidade de nossa logística. Asseguramos concessões de aeroportos e de milhares de km de rodovia e a autorização para terminais privados nos portos.

Agora, vamos lançar o 3º PAC, o 3º Programa de Aceleração do Crescimento e o segundo Programa de Investimento em Logística. Assim, a partir de 2015 iniciaremos a implantação de uma nova carteira de investimento em logística, energia, infraestrutura social e urbana, combinando investimento público e, sobretudo, parcerias privadas. Vamos aprimorar os modelos de regulação do mercado, garantir que o mercado privado de crédito de longo prazo, por exemplo, se expanda. Garantir também que haja sustentação para os projetos de financiamento de grande vulto.

Reafirmo ainda meu compromisso de apoiar estados e municípios na tão desejada expansão da infraestrutura de transporte coletivo em nossas cidades. Está em andamento na realidade uma carteira de R\$ 143 bilhões em obras de mobilidade urbana por todo o Brasil.

Assinalo que, neste novo mandato, daremos especial atenção à infraestrutura que vai nos conduzir ao Brasil do futuro: a rede de internet em banda larga. Em 2014, em um esforço conjunto com este Congresso Nacional, demos ao Brasil uma das legislações mais modernas do mundo na área da internet, o Marco Civil da Internet. Reitero aqui meu compromisso de, nos próximos quatro anos, promover a universalização do acesso a um serviço de internet em banda larga barato, rápido e seguro.

Quero reafirmar ainda o compromisso de continuar reduzindo os desequilíbrios regionais, impulsionando políticas transversais e projetos estruturantes, especialmente no Nordeste e na região da Amazônia. Foi decisivo mitigar o impacto desta prolongada seca no semiárido nordestino, mas mais importante será a conclusão da nova e transformadora infraestrutura de recursos hídricos perenizando mais de 1.000 km de rios, combinada com o importante investimento social em mais de um milhão de cisternas.

Senhoras e Senhores,

Gostaria de anunciar agora o novo lema do meu governo. Ele é simples, é direto e é mobilizador. Reflete com clareza qual será a nossa grande prioridade e sinaliza para qual setor deve convergir o esforço de todas as áreas do governo. Nosso lema será: BRASIL, PÁTRIA EDUCADORA!

Trata-se de lema com duplo significado. Ao bradarmos "BRASIL, PÁTRIA EDUCADORA" estamos dizendo que a educação será a prioridade das prioridades, mas também que devemos buscar, em todas as ações do governo, um sentido formador, uma prática cidadã, um compromisso de ética e um sentimento republicano. Só a educação liberta um povo e lhe abre as portas de um futuro próspero. Democratizar o conhecimento significa universalizar o acesso a um ensino de qualidade em todos os níveis – da creche à pós-graduação; Significa também levar a todos os segmentos da população – dos mais marginalizados, aos negros, às mulheres e a todos os brasileiros a educação de qualidade.

Ao longo deste novo mandato, a educação começará a receber volumes mais expressivos de recursos oriundos dos royalties do petróleo e do fundo social do pré-sal. Assim, à nossa determinação política se somarão mais recursos e mais investimentos.

Vamos continuar expandindo o acesso às creches e pré-escolas garantindo para todos, o cumprimento da meta de universalizar, até 2016, o acesso de todas as crianças de 4 e 5 anos à pré-escola. Daremos sequência à implantação da alfabetização na idade certa e da educação em tempo integral. Condição para que a nossa ênfase no ensino médio seja efetiva porque através dela buscaremos, em parceria com os estados, efetivar mudanças curriculares e aprimorar a formação dos professores. Sabemos que essa é uma área frágil no nosso sistema educacional.

O Pronatec oferecerá, até 2018, 12 milhões de vagas para que nossos jovens, trabalhadores e trabalhadoras tenham mais oportunidades de conquistar melhores empregos e possam contribuir ainda mais para o aumento da competitividade da economia brasileira. Darei especial atenção ao Pronatec Jovem Aprendiz, que permitirá às micro e pequenas empresas contratarem um jovem para atuar em seu estabelecimento.

Vamos continuar apoiando nossas universidades e estimulando sua aproximação com os setores mais dinâmicos da nossa economia e da nossa sociedade. O Ciência Sem Fronteiras vai continuar garantindo bolsas de estudo nas melhores universidades do mundo para 100 mil jovens brasileiros.

Queridas e queridos brasileiros e brasileiras

O Brasil vai continuar como o país líder, no mundo, em políticas sociais transformadoras. Aos beneficiários do Bolsa Família continuaremos assegurando o acesso às políticas sociais e a novas oportunidades de renda. Destaque será dado à

formação profissional dos beneficiários adultos e à educação das crianças e dos jovens.

Com a terceira fase do Minha Casa, Minha Vida contrataremos mais 3 milhões de novas moradias, que se somam aos 2 milhões de moradias entregues até 2014 e às 1 milhão e 750 mil moradias que estão em construção e que serão entregues neste segundo mandato.

Na saúde, reafirmo nosso compromisso de fortalecer o SUS. Sem dúvida, a marca mais forte do meu governo, no primeiro mandato, foi a implantação do Mais Médicos, que levou o atendimento básico de saúde a mais de 50 milhões de brasileiros, nas áreas mais vulneráveis do nosso país. Persistiremos, ampliando as vagas em graduação e em residência médica, para que cada vez mais jovens brasileiros possam se tornar médicos e assegurar atendimento ao povo brasileiro. Neste segundo mandato, vou implantar o Mais Especialidades para garantir o acesso resolutivo e em tempo oportuno aos pacientes que necessitem de consulta com especialista, exames e os respectivos procedimentos.

Assumo, com todas as brasileiras e brasileiros, o compromisso de redobrar nossos esforços para mudar o quadro da segurança pública em nosso país. Instalaremos Centros de Comando e Controle em todas as capitais, ampliando a capacidade de ação de nossas polícias e a integração dos órgãos de inteligência e das forças de segurança pública. Reforçaremos as ações e a nossa presença nas fronteiras para o combate ao tráfico de drogas e de armas com o Programa Estratégico de Fronteiras, realizado em parceria entre as Forças Armadas e as polícias federais, entre o Ministério de Defesa e o Ministério da Justiça.

Vou, sobretudo, propor ao Congresso Nacional alterar a Constituição Federal, para tratar a segurança pública como atividade comum de todos os entes federados, permitindo à União estabelecer diretrizes e normas gerais válidas para todo o território nacional, para induzir políticas uniformes no país e disseminar a adoção de boas práticas na área policial.

Senhoras e senhores,

Investimos muito e em todo o país sem abdicar, um só momento, do nosso compromisso com a sustentabilidade ambiental, a sustentabilidade ambiental do nosso desenvolvimento. Um dado explicita este compromisso: alcançamos, nos quatro anos de meu primeiro mandato, as quatro menores taxas de desmatamento da Amazônia.

Nos últimos 4 anos, o Congresso Nacional aprovou um novo Código Florestal e implementamos o Cadastro Ambiental Rural, o CAR. Vamos aprofundar a modernização de nossa legislação ambiental e, já a partir deste ano, nos engajaremos fortemente nas negociações climáticas internacionais para que nossos interesses sejam contemplados no processo de estabelecimento dos parâmetros globais de redução de emissões.

Nossa inserção soberana na política internacional continuará sendo marcada pela defesa da democracia, pelo princípio de não-intervenção e respeito à soberania das nações, pela solução negociada dos conflitos, pela defesa dos Direitos Humanos, e pelo combate à pobreza e às desigualdades, pela preservação do meio ambiente e pelo multilateralismo. Insistiremos na luta pela reforma dos principais organismos multilaterais, cuja governança hoje não reflete a atual correlação de forças global.

Manteremos a prioridade à América do Sul, América Latina e Caribe, que se traduzirá no empenho em fortalecer o Mercosul, a Unasul e a Comunidade dos Países da América Latina e do Caribe (Celac), sem discriminação de ordem ideológica. Agradeço, inclusive, a presença de meus queridos colegas e governantes da América Latina aqui presentes. Da mesma forma será dada ênfase a nossas relações com a África, com os países asiáticos e com o mundo árabe.

Com os Brics, nossos parceiros estratégicos globais - China, Índia, Rússia e África do Sul –, avançaremos no comércio, na parceria científica e tecnológica, nas ações diplomáticas e na implementação do Banco de Desenvolvimento dos Brics e na implementação também do acordo contingente de reservas.

É de grande relevância aprimorarmos nosso relacionamento com os Estados Unidos, por sua importância econômica, política, científica e tecnológica, sem falar no volume de nosso comércio bilateral. O mesmo é válido para nossas relações com a União Europeia e com o Japão, com os quais temos laços fecundos.

Em 2016, os olhos do mundo estarão mais uma vez voltados para o Brasil, com a realização das Olimpíadas. Temos certeza que mais uma vez, como aconteceu na Copa, vamos mostrar a capacidade de organização do Brasil e, agora, numa das mais belas cidades do mundo, o nosso Rio de Janeiro.

Amigos e amigas,

Tudo que estamos dizendo, tudo que estamos propondo converge para um grande objetivo: ampliar e fortalecer a democracia, democratizando verdadeiramente o poder. Democratizar o poder significa lutar pela reforma política, ouvir com atenção a

sociedade e os movimentos sociais e buscar a opinião do povo para reforçar a legitimidade das ações do Executivo. Democratizar o poder significa combater energicamente a corrupção. A corrupção rouba o poder legítimo do povo. A corrupção ofende e humilha os trabalhadores, os empresários e os brasileiros honestos e de bem. A corrupção deve ser extirpada.

O Brasil sabe que jamais compactuei com qualquer ilícito ou malfeito. Meu governo foi o que mais apoiou o combate à corrupção, por meio da criação de leis mais severas, pela ação incisiva e livre de amarras dos órgãos de controle interno, pela absoluta autonomia da Polícia Federal como instituição de Estado, e pela independência sempre respeitada diante do Ministério Público. Os governos e a Justiça estarão cumprindo os papéis que se espera deles: se punirem exemplarmente os corruptos e os corruptores.

A luta que vimos empreendendo contra a corrupção e, principalmente, contra a impunidade, ganhará ainda mais força com o pacote de medidas que me comprometi durante a campanha, e me comprometo a submeter à apreciação do Congresso Nacional ainda neste primeiro semestre.

ão cinco medidas: transformar em crime e punir com rigor os agentes públicos que enriquecem sem justificativa ou não demonstrem a origem dos seus ganhos; modificar a legislação eleitoral para transformar em crime a prática de caixa 2; criar uma nova espécie de ação judicial que permita o confisco dos bens adquiridos de forma ilícita ou sem comprovação; alterar a legislação para agilizar o julgamento de processos envolvendo o desvio de recursos públicos; e criar uma nova estrutura, a partir de negociação com o Poder Judiciário que dê maior agilidade e eficiência às investigações e processos movidos contra aqueles que têm foro privilegiado.

Em sua essência, essas medidas têm o objetivo de garantir processos e julgamentos mais rápidos e punições mais duras, mas jamais poderão agredir o amplo direito de defesa e o contraditório; jamais poderão significar a condenação prévia sem defesa de inocentes.

Estou propondo um grande pacto nacional contra a corrupção, que envolve todas as esferas de governo e todos os núcleos de poder, tanto no ambiente público como no ambiente privado.

Senhoras e Senhores,

Como fiz na minha diplomação, quero agora me referir a nossa Petrobras, uma empresa com 86 mil empregados dedicados, honestos e sérios, que teve,

lamentavelmente, alguns servidores que não souberam honrá-la, sendo atingidos pelo combate à corrupção.

A Petrobras já vinha passando por um vigoroso processo de aprimoramento de gestão. A realidade atual só faz reforçar nossa determinação de implantar, na Petrobras, a mais eficiente e rigorosa estrutura de governança e controle que uma empresa já teve no Brasil.

A Petrobras é capaz disso e capaz de muito mais. Ela se tornou a maior empresa do mundo em capacitação técnica para a prospecção de petróleo em águas profundas. Daí resultou a maior descoberta de petróleo deste início de século – as jazidas do pré-sal -, cuja exploração, que já é realidade, vai tornar o Brasil um dos maiores produtores de petróleo do planeta.

Temos muitos motivos para preservar e defender a Petrobras de predadores internos e de seus inimigos externos. Por isso, vamos apurar com rigor tudo de errado que foi feito e fortalecê-la cada vez mais. Vamos, principalmente, criar mecanismos que evitem que fatos como estes possam voltar a ocorrer. O saudável empenho da Justiça, de investigar e punir, deve também nos permitir reconhecer que a Petrobras é a empresa mais estratégica para o Brasil e a que mais contrata e investe no país.

Temos, assim, que saber apurar e saber punir, sem enfraquecer a Petrobras, nem diminuir a sua importância para o presente e para o futuro. Não podemos permitir que a Petrobras seja alvo de um cerco especulativo de interesses contrariados com a adoção do regime de partilha e da política de conteúdo nacional, partilha e política de conteúdo nacional que asseguraram ao nosso povo o controle sobre nossas riquezas petrolíferas. A Petrobras é maior do que quaisquer crises e, por isso, tem capacidade de superá-las e delas sair mais forte.

Queridos brasileiros e queridas brasileiras,

O Brasil não será sempre um país em desenvolvimento. Seu destino é ser um país desenvolvido e justo, e é este destino que estamos construindo e buscando cada vez mais, com o esforço de todos, construir. Uma nação em que todas as pessoas tenham as mesmas oportunidades: de estudar, trabalhar, viver em condições dignas na cidade ou no campo. Um país que respeita e preserva o meio ambiente e onde todas as pessoas podem ter os mesmos direitos: à liberdade de informação e de opinião, à cultura, ao consumo, à dignidade, à igualdade independentemente de raça, credo, gênero ou sexualidade.

Dedicarei obstinadamente todos os meus esforços para levar o Brasil a iniciar um novo ciclo histórico de mudanças, de oportunidades e de prosperidade, alicerçado no fortalecimento de uma política econômica estável, sólida, intolerante com a inflação, e que nos leve a retomar uma fase de crescimento robusto e sustentável, com mais qualidade nos serviços públicos. Assumo aqui um compromisso com o Brasil que produz e com o Brasil que trabalha.

Reafirmo também o meu respeito e a minha confiança no Poder Judiciário, no Congresso Nacional, nos partidos e nos representantes do povo brasileiro. Reafirmo minha fé na política, na política que transforma para melhor a vida do povo. Peço aos senhores e às senhoras parlamentares que juntemos as mãos em favor do Brasil, porque a maioria das mudanças que o povo exige tem que nascer aqui, na grande casa do povo.

Meus amigos e minhas amigas,

Já estive algumas vezes um pouco perto da morte e destas situações saí uma pessoa melhor e mais forte.

Sou ex-opositora de um regime de força que provocou em mim dor e me deixou cicatrizes, mas não tenho nenhum revanchismo. Mas este processo jamais destruiu em mim o sonho de viver num país democrático e a vontade de lutar e de construir este país cada vez melhor. Por isso, sempre me emociono ao dizer que eu sou uma sobrevivente. Também enfrentei doenças mas, se me permitem, quero dizer mais: pertenço a uma geração vencedora. Uma geração que viu a possibilidade da democracia no horizonte e viu ela se realizar.

Essas duas características, elas me aproximam do povo brasileiro - ele também, um sobrevivente e um vitorioso, que jamais abdica de seus sonhos. Luta para realizá-los. Deus colocou em meu peito um coração cheio de amor pela minha pátria. Antes de tudo, o que a música cantava, um coração valente, não é que a gente não tem medo de nada, a gente controla o medo. Um coração que dispara no peito com a energia do amor, do sonho e, sobretudo, com a possibilidade de construir um Brasil desenvolvido. Eu não tenho medo de proclamar para vocês que nós vamos vencer todas as dificuldades, porque temos a chave para vencê-las, vencer todas as dificuldades.

Esta chave pode ser resumida num verso, e esse verso tem, de uma certa forma, sabor de oração, que diz o seguinte: "O impossível se faz já; só os milagres ficam para depois".

Muito Obrigada.

Viva o Brasil e viva o povo brasileiro!